



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



**ANA CLAUDIA LOPES MARTINS**

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM MANAUS NO  
PERÍODO DE 1970 A 1985**

MANAUS

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E**  
**SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



**ANA CLAUDIA LOPES MARTINS**

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM MANAUS NO**  
**PERÍODO DE 1970 A 1985**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas para obtenção do título de mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de pesquisa: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Milena Fernandes Barroso

MANAUS

2021

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M386f Martins, Ana Claudia Lopes  
A formação profissional dos assistentes sociais em Manaus no período de 1970 a 1985 / Ana Claudia Lopes Martins . 2021  
184 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Milena Fernandes Barroso  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Formação profissional. 2. Serviço social. 3. Amazonas. 4. Conservadorismo. I. Barroso, Milena Fernandes. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**ANA CLAUDIA LOPES MARTINS**

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM MANAUS NO  
PERÍODO DE 1970 A 1985**

Aprovado em 23 / 09 / 2021

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Milena Fernandes Barroso  
Presidente – PPGSS/UFAM

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Kátia de Araújo Lima Vallina  
Membro interno – PPGSS/UFAM

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Josiane Soares Santos  
Membro externo – Programa de Pós-graduação em Serviço Social/UFS

Dedico esta dissertação a todas/os as/os  
Assistentes Sociais que constroem e  
reconstroem a profissão todos os dias, que são  
a história viva e que não fogem à luta. Aos  
profissionais de coragem!

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim deste mestrado não foi tarefa fácil devido às próprias dificuldades inerentes à pós-graduação e, especialmente, ao contexto de pandemia de covid-19 que ceifou a vida de milhares de pessoas e transformou a realidade de muitas outras. Desta maneira, num momento tão difícil como este, concluir esta dissertação se torna um ato de coragem que eu não teria conseguido se não fosse a força que só o nosso Mestre Querido poderia me conceder e o amor expresso no apoio, incentivo e compreensão de pessoas iluminadas que se mantiveram ao meu lado em todo este árduo processo.

Primeiramente, gostaria de agradecer pela vida e saúde de todos os que serão citados aqui, pois sabemos que na atual conjuntura os ataques à vida e à existência são constantes. Assim, meus agradecimentos especiais são:

A minha mãe, Claudomira, por me amar em todas as pequenas ações, me oferecer todas as condições materiais e emocionais para que eu não me preocupasse com nada, me incentivar a seguir firme e estar sempre comigo.

Ao meu pai, Claudionor, por me acompanhar na minha jornada acadêmica, pelas conversas e debates incessantes e, principalmente, por me ouvir e me aconselhar, quando preciso.

A minha avó Fátima, que sempre encontrou uma forma de cuidar de mim e, de forma leve, me alegrou e me animou com sua personalidade engraçada e séria ao mesmo tempo.

Ao Fabio, que foi verdadeiramente meu companheiro ao longo desses 8 anos juntos e que durante o mestrado, me acalmou nos momentos de choro e ansiedade, fazia graça para que eu risse e esquecesse dos problemas e me amou até nos piores dias.

Aos meus gatinhos Mio e Jeremy, que só a presença me acalmava e me fazia acreditar que nada é tão importante que não possa ser deixado para depois de um carinho na cabeça.

A Clivia Costa Barroco, por me acompanhar em todos os meus planos mais malucos desde a graduação, por estudar comigo nos tempos livres e partilhar as angústias desse novo momento. Nossa parceria sempre dá certo, amiga. Você é uma inspiração de dedicação e compromisso!

As amigas, Taysa, por aguentar meus estresses nas inúmeras atividades que fizemos juntas; Isteice, pelo companheirismo nos lanches da tarde na UFAM e pelas conversas sempre descontraídas; Yasmin e Nayara, pelos risos e loucuras que sempre me faziam esquecer do mestrado; e ao Guilherme, por entender minha ausência nesses tempos e persistir na nossa amizade mesmo assim.

A Prof. Milena Fernandes Barroso, pela orientação sempre certa, pelo afeto, compreensão e incentivos a seguir essa caminhada acadêmica. A Prof. Kátia Vallina, pela acolhida no mestrado e pelas primeiras orientações, nas quais tomei como exemplo, sua competência teórica e apreço pela liberdade. Ao Prof. Marcelo Vallina, por me apresentar esta temática de pesquisa ainda no segundo período da graduação e por acreditar em mim ainda naquele momento.

Ao Prof. Raimundo Nonato, diretor do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, que fez tudo que estava ao seu alcance para que eu pudesse procurar os documentos nos arquivos tanto do Instituto quanto do Departamento de Serviço Social, e depois durante a pandemia, foi até a UFAM para que eu pudesse retirar os Trabalhos de Conclusão de Curso.

Ao Departamento do curso de Serviço Social, na pessoa do Prof. Marcelo Vallina, que me permitiu a retirada dos TCCs, para que eu pudesse realizar a leitura de forma calma em casa. A Deidra Frazão e Yasmin Farias, pelo material enviado que também compôs o universo desta pesquisa.

A Prof. Magela Ranciaro, pela experiência no estágio docente que me inspirou a persistir no sonho de ser professora universitária e me ensinar o tipo de relação que quero construir com meus futuros alunos, uma relação de respeito e afeto.

Ao Prof. Reinaldo Nobre Pontes e a Prof. Hamida Assunção Pinheiro, que participaram da banca de qualificação e contribuíram significativamente para a construção deste trabalho e a Prof. Josiane Soares Santos, por compor a banca de defesa e pelas generosas colaborações que subsidiam a versão final desta dissertação.

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), em especial às docentes, Socorro Chaves, Débora Bandeira (*in memoriam*), Marinez Gil Nogueira, Roberta Coelho de Andrade, Lidiany Cavalcante, Simone Baçal, Cristiane Bonfim e Yoshiko Sasaki. Em cada disciplina estudada, pude perceber o quanto são profissionais competentes e comprometidas com a educação e o futuro da nossa profissão.

A turma do PPGSS/UFAM de 2019, que iniciou essa jornada em uma outra realidade e agora conclui esse ciclo de forma virtual, aprendi muito com vocês e guardo com ternura todas as criativas dinâmicas feitas em sala de aula. Além disso, sei que não importa o tempo que passe, sempre nos lembraremos com carinho da nossa colega Mylena Alcantara (*in memoriam*), espero que a força e a coragem dela nos inspire a sermos profissionais de excelência que lutam bravamente pelos Direitos Humanos.

Ao CNPq, pela bolsa de estudos concedida.

Por fim, agradeço ao local que foi minha segunda casa por mais de cinco anos, a Universidade Federal do Amazonas. O ambiente universitário, mesmo perpassado por inúmeras contradições, será, em minha memória, um símbolo de resistência e luta pela educação e pelo projeto de país que devemos construir coletivamente.



## RESUMO

A presente dissertação versa sobre a formação profissional em Serviço Social no Amazonas, especificamente em Manaus, no período de 1970 a 1985, tendo como objetivo a análise das tendências teórico-metodológicas presentes no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), entre os anos de 1970 e 1985. Buscamos analisar o contexto da ditadura civil-militar com destaque para as suas particularidades no Amazonas e implicações para a formação em Serviço Social; apreender as perspectivas teórico-metodológicas contidas nos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos no período delimitado e discutir sobre o conservadorismo presente na formação profissional em Serviço Social em Manaus. Para realização destes objetivos, utilizamos o método de análise do materialismo histórico dialético, sendo a pesquisa delineada como teórica e documental, tendo como principal material de análise os Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos no período delimitado na pesquisa. O estudo indica as principais tendências teórico-metodológicas da formação profissional nesse período da autocracia burguesa, sendo estas: Doutrina Social da Igreja Católica, o neotomismo, o funcionalismo, o desenvolvimentismo, o estrutural-funcionalismo, a fenomenologia e o ideário de Paulo Freire. Durante este período, o pensamento conservador voltado para manutenção e reprodução da sociedade burguesa estava expresso tanto nas grades curriculares, ementas e TCCs do referido curso.

**Palavras- chave:** formação profissional; Serviço Social; Amazonas; ditadura; conservadorismo.

## RESUMEN

La presente disertación trata sobre la formación profesional en Servicio Social en Amazonas, específicamente en Manaus, entre 1970 y 1985, y tiene como objetivo analizar las tendencias teórico-metodológicas presentes en el curso de Servicio Social de la Universidad Federal de Amazonas (UFAM), entre 1970 y 1985. Buscamos analizar el contexto de la dictadura cívico-militar con énfasis en sus particularidades en Amazonas e implicaciones para la formación en Servicio Social; aprehender las perspectivas teórico-metodológicas contenidas en los Trabajos de Conclusión del Curso producidos en el período definido y discutir el conservadurismo presente en la formación profesional en Servicio Social en Manaus. Para alcanzar estos objetivos, se utilizó el método de análisis del materialismo histórico dialéctico, y la investigación se perfiló como teórica y documental, teniendo como principal material de análisis los Trabajos de Finalización de Curso producidos en el período delimitado en la investigación. El estudio señala las principales tendencias teórico-metodológicas de la formación profesional en este periodo de la autocracia burguesa, que son: la Doctrina Social de la Iglesia Católica, el neotomismo, el funcionalismo, el desarrollismo, el estructural-funcionalismo, la fenomenología y los ideales de Paulo Freire. Durante este periodo, el pensamiento conservador orientado a mantener y reproducir la sociedad burguesa se expresó tanto en los planes de estudio, como en los menús y TCC del mencionado curso.

**Palabras clave:** formación profesional; servicio social; Amazonas; dictadura; conservadurismo.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de inclusão e exclusão para seleção da amostra. ....	20
Quadro 2: Trabalhos selecionados para amostra divididos por temática. ....	20
Quadro 3: Discussões sobre o Serviço Social de Caso encontradas nos TCCs analisados (1970-1985).....	73
Quadro 4: Discussões sobre o Serviço Social de Grupo encontradas nos TCCs analisados (1970-1985).....	74
Quadro 5: Conceito de Serviço Social Médico identificado nos TCCs (1970-1985). ....	80
Quadro 6: Discussão sobre o Serviço Social de Comunidade. ....	83
Quadro 7: Disciplinas requeridas pela Escola de Serviço Social à Universidade em 21/02/1972. ....	108
Quadro 8: Síntese das principais técnicas, instrumentos e atividades citados nos TCCs (1970-1985).....	114

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ADUA	Associação do Docentes da Universidade Federal do Amazonas
AI-5	Ato Institucional nº 5
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CSU	Centro Social Urbano
EPB	Estudos dos Problemas Brasileiros
MEC	Ministério da Educação
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGSS	Programa de Pós- graduação em Serviço Social na Amazônia
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UA	Universidade do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
Usaid	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
ZFM	Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I - O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DA DITADURA CIVIL MILITAR E O SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS .....</b>	<b>24</b>
1.1. O processo de <i>modernização conservadora</i> na ditadura civil- militar .....	25
1.2. O impulso desenvolvimentista e as contradições sociais da ditadura civil-militar.....	34
1.3. As implicações do projeto desenvolvimentista no Amazonas e a incorporação do curso de Serviço Social à Universidade .....	47
<b>CAPÍTULO II - AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS PRESENTES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS.....</b>	<b>61</b>
2.1. A Doutrina Social da Igreja Católica.....	61
2.2. O Neotomismo e o Humanismo cristão de Jacques Maritain .....	66
2.3. Positivismo- Funcionalismo .....	70
2.4. Perspectiva desenvolvimentista .....	77
2.5. Estrutural-funcionalismo .....	84
2.6. Fenomenologia.....	89
2.7. Perspectiva <i>Paulo Freiriana</i> .....	91
<b>CAPÍTULO III - O CONSERVADORISMO PRESENTE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS.....</b>	<b>94</b>
3.1. Conservadorismo e Serviço Social .....	94
3.2. Dimensões da formação profissional: Currículos, estágio e técnicas.....	105
3.3. As expressões do conservadorismo na formação profissional em Serviço Social no Amazonas.....	120
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>131</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>135</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>159</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de problematizar acerca da formação profissional em Serviço Social no Amazonas no período de 1970 a 1985. A escolha deste marco temporal não é aleatória, refere-se a um momento de questionamentos, inquietações e mudanças em nível teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo dentro da profissão. Esta movimentação, que inicia em meados da década de 1960, é denominada por José Paulo Netto (2011) de Renovação do Serviço Social e tem como marco histórico de ruptura com o conservadorismo, no âmbito da formação profissional, a criação do Currículo Mínimo em 1982 (no Curso de Serviço Social em Manaus, aprovado em 1985).

A produção teórica sobre a formação profissional em Serviço Social no Amazonas é bastante escassa, principalmente se considerarmos o período delimitado nesta pesquisa. A Escola de Serviço Social “André Vidal de Araújo” foi criada oficialmente em 1941, na cidade de Manaus, cinco anos após a criação da primeira Escola de Serviço Social no Brasil. Uma das pioneiras a estudar esta Escola, foi Rita de Cássia Montenegro (1986) que apontou a existência de uma formação ideologicamente católica, nos moldes da Escola de Serviço Social de São Paulo.

Conforme Montenegro (1986), para André Vidal de Araújo, fundador da Escola, a formação especializada forneceria os conhecimentos teóricos e técnicos para “sanar ou evitar os males sociais”, todavia, é importante destacar que tal formação seria apenas um ‘aperfeiçoamento de qualidades naturais’, como bondade, devotamento, abnegação e dinamismo, ‘necessárias’ ao exercício profissional.

Salientamos que na literatura do Serviço Social, há autores que problematizam a trajetória da profissão. Destacamos pelo pioneirismo da perspectiva teórico-metodológica adotada, a análise de Manuel Manrique Castro (2011), que ‘situa o Serviço Social na história’ ao analisar a gênese e a formação da profissão no continente latino-americano, especificamente no Brasil, Peru e Chile, evidenciando dois pontos constitutivos da configuração profissional, a Doutrina Social da Igreja Católica e a ideologia desenvolvimentista.

Fruto desse mesmo projeto de pesquisa sobre a história do Serviço Social na América Latina, atentamos para análise feita por Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982), que analisam o desenvolvimento da profissão articulado com as dinâmicas socioeconômicas e políticas no Brasil. Outro autor que discute tais questões é Eduardo Mourão de Vasconcelos (2000), que aborda a forte influência do Movimento de Higiene Mental na constituição do Serviço Social brasileiro, aspecto importante e até então inexplorado na literatura.

Ao analisarem a Escola de Serviço Social de Manaus no período da década de 1940, tanto Vasconcelos (2017) como Lima e Vallina (2017) — em suas pesquisas, respectivamente, sobre o pensamento do fundador da Escola e a influência na formação profissional nos anos de 1941 a 1946 — assinalam uma corrente higienista permeando a formação profissional em Serviço Social e nas concepções de seu fundador.

Outras discussões pertinentes à temática foram feitas por Simone de Oliveira (2009) e Márcia Perales Silva (2015), que abordaram o Novo Currículo (Projeto de Formação Profissional) do curso de Serviço Social da UFAM implantado em 1985. Márcia Perales Silva (2015) buscou conhecer as expressões dos fundamentos e princípios do novo currículo no exercício profissional, o que pode ser representado como uma avaliação qualitativa desse novo momento. Já Oliveira (2009) aprofundou o debate acerca dos conhecimentos que fundamentam tanto a formação quanto a prática profissional dos assistentes sociais, entre os anos de 1989 e 1998. Ambas as autoras contribuíram para o debate acerca do Serviço Social no Amazonas.

Nesse ínterim, notamos que os estudos sobre a formação em Serviço Social no Amazonas deixam uma lacuna na reconstrução histórica do referido curso na cidade de Manaus, deixando passar um período deveras importante que é a Renovação do Serviço Social. Segundo José Paulo Netto (2011, p. 127), este movimento configura-se “como um caleidoscópio de propostas teórico-metodológicas, com marcadas fraturas ideológicas, projetos profissionais em confronto, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas [...]”, e pode ser caracterizado pela predominância de três vertentes diferenciadas: modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura.

A primeira perspectiva teve como núcleo central, a tematização do Serviço Social, como uma profissão voltada à integração nos marcos do desenvolvimento definidos pela autocracia burguesa. O Serviço Social se aproximou de teorias como o estrutural-funcionalismo para dar um viés moderno à profissão e até mesmo para legitimá-la. Era necessário responder às demandas daquele contexto histórico de acordo com o processo desenvolvimentista que estava sendo colocado. São expressões deste momento, os Seminários de Araxá<sup>1</sup> (1967) e o de Teresópolis<sup>2</sup> (1970).

---

<sup>1</sup> Este Seminário ocorreu na cidade de Araxá em Minas Gerais, durante os dias 17 e 26 de março de 1967. Conforme Netto (2011), o Documento produzido como resultado deste encontro, preocupava-se com a ‘teorização do Serviço Social’, todavia, não há o enfrentamento explícito com tal teorização. Há uma redução da teorização a um sentido técnico operacional, baseado no modelo da ‘modernização’. O autor aponta que ainda que não houvesse uma abordagem teórico-metodológica rigorosa, há uma clara dominância do referencial teórico estrutural-funcionalista.

<sup>2</sup> O Seminário de Teresópolis foi realizado em janeiro de 1970, na cidade com o mesmo nome no Rio de Janeiro. Há neste momento uma preocupação com estudos sobre a Metodologia do Serviço Social, apontando para requalificação do papel sociotécnico do assistente social, inserindo o profissional como “funcionário do desenvolvimento” na ambiência da ‘modernização conservadora’ conduzida pelo Estado (NETTO, 2011).

Conforme Netto (2011), a partir da segunda metade de 1970, essa perspectiva passa a perder sua hegemonia, principalmente devido à crise da autocracia burguesa que cria as condições necessárias para a redução da polarização intelectual. Surge um novo momento de reflexão, denominado pelo autor de reatualização do conservadorismo, no qual a perspectiva modernizadora deixa de ser a arena central do debate e passa a concorrer com outras vertentes, principalmente a corrente fenomenológica. Como índices desse deslocamento, o autor destaca os Seminários de Sumaré (1978) e do Alto da Boa Vista<sup>3</sup> (1984).

Por fim, a perspectiva de intenção de ruptura, que segundo Netto (2011), se desenvolveu de forma diferente das demais, pois surge, de forma “marginal”, dentro do âmbito acadêmico na primeira metade da década de 1970, todavia, repercute para além da academia, chegando até às organizações da categoria profissional na virada da década de 1970 para os anos 1980.

Percebemos que as duas primeiras perspectivas assinaladas por Netto (2011) apontam para a continuidade do conservadorismo enraizado desde a gênese da profissão e é somente com a terceira perspectiva que surge a crítica e o intento de romper com este conservadorismo. As autoras Forti e Coelho (2015) ressaltam que, ainda que a Renovação do Serviço Social brasileiro tenha provocado mudanças na profissão, o que prevaleceu durante a década de 1970 foi a hegemonia conservadora no Serviço Social, devido tanto aos limites impostos pela ditadura quanto pelas limitações do acúmulo de conhecimentos intelectuais da profissão.

Desta maneira, podemos dizer que a formação profissional em Serviço Social apresentava vieses conservadores nesse período histórico. Em específico, no curso de Serviço Social em Manaus, algumas pesquisas de iniciação científica apontam que os Trabalhos de Conclusão de Curso da década de 1970 tinham como influências teórico-metodológicas, perspectivas conservadoras.

Martins (2018) ao estudar estes TCCs na área da saúde, identificou aspectos do que é caracterizado como “Serviço Social Tradicional” e poucas discussões da agenda modernizadora. Silva (2019), ao estudar como as relações de gênero eram manifestadas nestes TCCs, não identificou mudanças quanto à concepção de Serviço Social, sendo esta mais próxima do arcabouço tradicional da profissão. Marinho e Vallina (2019), ao analisarem as concepções de “Desenvolvimento de Comunidade<sup>4</sup>” contidas nos TCCs deste período,

---

<sup>3</sup> Estes dois Seminários ocorreram na cidade do Rio de Janeiro e tiveram repercussões menores que os dois primeiros, segundo Netto (2011), tais encontros careciam de debates e polêmicas contemporâneas, possuindo, inclusive, um anacronismo em relação ao contexto brasileiro. O que se evidencia nestes dois eventos é a pobreza teórica, visto que as contribuições destes Seminários estão longe das problematizações feitas pela própria profissão e não acompanham o nível teórico já disseminado nos cursos de pós-graduação em Serviço Social (NETTO, 2011).

<sup>4</sup> Desenvolvimento de Comunidade é um método de trabalho utilizado pelo Serviço Social, conforme Manrique Castro (2011, p. 143), inicialmente, esta abordagem parecia estar alinhada com os objetivos históricos do Serviço



identificam marcas de caráter ortodoxo, que predominavam durante as décadas de 1940 e 1950 e possuíam um caráter funcionalista, acrítico, aclassista e apolítico, no qual a comunidade é tida como um ‘todo harmônico e integrado’.

Assim, tendo em vista o conhecimento expresso por Netto (2011) sobre esse momento da história e os resultados das pesquisas realizadas, levantam-se alguns questionamentos, tais como: Quais as perspectivas teóricas conservadoras que se faziam presentes na formação profissional em Serviço Social no Amazonas? Como tais perspectivas se expressaram na formação profissional do curso de Serviço Social no Amazonas?

A partir disso, temos como objetivo geral desta pesquisa: Analisar as tendências teórico-metodológicas presentes no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), entre os anos de 1970 e 1985. E como específicos: analisar o contexto da ditadura civil- militar com destaque para as suas particularidades no Amazonas e implicações para a formação em Serviço Social; apreender as perspectivas teórico-metodológicas contidas nos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos no período delimitado; discutir sobre o conservadorismo presente na formação profissional em Serviço Social em Manaus.

Entendemos que esta pesquisa se mostra imprescindível para a compreensão da formação profissional do assistente social no Amazonas, visto a importância deste momento histórico para a profissão e a escassez de trabalhos produzidos dentro desta temática. Desta maneira, este trabalho possui um caráter inovador, na medida em que começa a preencher uma lacuna na trajetória histórica da profissão no Amazonas.

Para cumprir os objetivos propostos, esta pesquisa adotou o método de análise do materialismo histórico dialético, por considerar a realidade em uma concepção dialética e a materialidade do fenômeno, tendo a compreensão também que o objeto da pesquisa é histórico (TRIVIÑOS, 2011). Netto (2011a, p. 52) aponta que,

para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada, nem menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade para ‘enquadrar’ o seu objeto de investigação.

A partir deste método, o objetivo do pesquisador é alcançar a essência do objeto, ou seja, apreender a estrutura e a dinâmica do objeto pesquisado. Desta maneira, o pesquisador

---

Social, “contribuir na geração do bem-estar coletivo e na superação do atraso, desenvolvendo instrumentos de intervenção próprios e compatíveis com um enfoque global”. Conforme Myriam Baptista (1976, p. 7 *apud* CASTRO, 2011, p. 145), o Desenvolvimento de Comunidade refere-se à “utilização sistematizada do poder de iniciativa e cooperação dos indivíduos e das comunidades locais e a sua canalização para os esforços de desenvolvimento nacional”.

precisa ir “além da aparência fenomênica, imediata e empírica”, para apreender a essência, “por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (NETTO, 2011a, p. 22).

Evidenciamos que, para Marx, o sujeito tem um papel essencialmente ativo, visto que para apreender a essência do objeto, “o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimento, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação” (NETTO, 2011a, p. 25). Em concordância, Goldenberg (2004, p. 67) afirma que “o bom pesquisador deve lançar mão de todos os recursos disponíveis que possam auxiliar à compreensão do problema estudado”.

Como delineamento, a pesquisa é do tipo teórica e documental, tendo como categorias centrais o Serviço Social, a formação profissional e o conservadorismo. A pesquisa teórica, conforme Demo (1985, p. 24) envolve um levantamento e sistematização bibliográfica em teses, dissertações, relatórios de pesquisas, artigos científicos, livros, revistas, “através da qual tomamos conhecimento da produção existente; podemos aceitá-la, rejeitá-la e com ela dialogar criticamente”.

A pesquisa documental foi feita com os Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas durante o período de 1970 a 1985. Conforme Godoy (1995, p. 21), a pesquisa documental refere-se ao “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares”. Esta autora ainda aponta que este tipo de pesquisa é utilizado quando investigamos um período longo, buscando identificar tendências no comportamento do fenômeno.

Durante o processo de pesquisa, identificamos que entre os anos de 1970 a 1985 foram produzidos 476<sup>5</sup> Trabalhos de Conclusão de Curso. Todavia, nem todos estes trabalhos ainda existem na Universidade Federal do Amazonas.

Cabe mencionar que os Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos até 1973 estão armazenados no Departamento do Curso de Serviço Social da Universidade e nesta busca, dos 134 trabalhos que deveriam estar no local, só foi possível encontrar 100 trabalhos.

---

<sup>5</sup> Essa contagem foi feita a partir do Catálogo de TCCs que está no Departamento de Serviço Social. Neste Catálogo, a contagem chega à 475, todavia, um Trabalho a mais foi encontrado na lista da Biblioteca Setorial Norte, assim, mesmo que não conste no Catálogo do Departamento, este Trabalho foi incluído na contagem de TCCs produzidos no período delimitado na pesquisa.

Os TCCs produzidos a partir de 1974 estão armazenados no arquivo da Biblioteca Setorial Norte da UFAM e na busca pelos 342 trabalhos que deveriam estar depositados no local, só existem 143 trabalhos, segundo a relação de monografias disponibilizada pela Biblioteca.

Desta maneira, consideramos como universo da pesquisa somente os TCCs que realmente estão depositados tanto no Departamento do curso de Serviço Social quanto na Biblioteca Setorial Norte, o que totaliza 243 trabalhos, ou seja, do total de 476 TCCs que foram produzidos, 233 se perderam entre os arquivos da instituição, o que demonstra a falta de zelo com materiais importantes para a história do curso de Serviço Social em Manaus.

Com a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas na Universidade desde 13 de março de 2020<sup>6</sup>, devido a pandemia da covid-19, o acesso a estes documentos ficou inviável. Entramos em contato com o Departamento do curso de Serviço Social, que permitiu que retirássemos os 100 trabalhos que estavam armazenados no local. O mesmo contato foi feito com a Biblioteca, todavia, informaram que não poderia ser feita a retirada dos TCCs e o acesso para leitura só poderia ser feito nas segundas-feiras de 10h às 12hrs.

Por se tratar de 143 trabalhos, levamos em consideração que não teríamos tempo adequado para realizar a pesquisa qualitativa, sem contar as inúmeras locomoções até à Universidade em um período de restrições de circulação de pessoas. Manaus foi considerada a “capital mundial da covid-19” e passou por diversos momentos de aprofundamento da crise sanitária e aumento expressivo<sup>7</sup> do número de casos e mortes nos anos de 2020 e 2021.

Considerando essas questões, optamos por buscar TCCs produzidos entre os anos de 1974-1985 que já haviam sido digitalizados por colegas em pesquisas anteriores e nesta busca conseguimos 21 trabalhos. Assim, em posse dos 121 TCCs, iniciamos o processo de leitura e catalogação para identificar a temática trabalhada, o local de estágio das autoras, dentre outras questões mais amplas como epígrafe e a concepção de Serviço Social encontrada.

Salientamos que este momento de leitura foi lento, por se tratar de um trabalho artesanal com documentos antigos, alguns deteriorados e com mofo, sendo necessário muito cuidado ao

---

<sup>6</sup> Segundo a Portaria nº626 de 13 de março de 2020 da UFAM, que suspendeu as atividades presenciais acadêmicas e administrativas por 15 dias, todavia, devido ao avanço da covid-19, foi feita uma decisão *ad referendum* no dia 26 de março de 2020 que suspendeu por tempo indeterminado as atividades administrativas e acadêmicas presenciais.

<sup>7</sup> Segundo dados da prefeitura de Manaus, entre 13 de março de 2020, quando foi registrado o primeiro caso da covid-19 no Amazonas, e dezembro de 2020, os casos confirmados da doença chegaram a quase 84 mil e mais de 3 mil morreram em decorrência da doença. Até agosto de 2021, os casos totalizavam 202.033 e 9.466 mortos. Durante a primeira onda em 2020, o sistema de saúde no Amazonas foi um dos primeiros a entrar em colapso, com falta de leitos, profissionais e equipamentos de proteção individual. A situação foi ainda pior durante a segunda onda em 2021, na qual faltou cilindros de oxigênio, item básico para tratamento dos casos graves.

manuseá-los para que não fossem danificados. Após essa leitura atenta e cuidadosa, foi possível retirar a amostra, considerando os objetivos da pesquisa e os critérios de inclusão e exclusão apresentados no quadro 1, disponível abaixo:

Quadro 1: Critérios de inclusão e exclusão para seleção da amostra.

<b>Critérios de inclusão</b>	<b>Critérios de exclusão</b>
Acessibilidade: considera somente os 121 TCCs que foi possível acessar naquele momento da pesquisa.	TCCs que apresentaram poucas discussões teóricas.
Temporalidade: atenta para que todo o período delimitado fosse contemplado, visto que havia 100 TCCs de 1970-1973 e somente 21 de 1974-1985.	TCCs que mostraram discussões teóricas repetidas ou idênticas.
Diversidade de temas: seleção de pelo menos dois trabalhos de cada temática encontrada.	

Fonte: Pesquisa documental (2021)

Desta maneira, foram selecionados 28 Trabalhos de Conclusão de Curso, 16 referentes ao período de 1970 a 1973 e 12 de 1974 até 1985, com as seguintes temáticas: Comunidade, criança e adolescente, penitenciária, saúde, previdência, empresa, grupo, habitação, educação, outros. O quadro 2 apresenta os trabalhos selecionados:

Quadro 2: Trabalhos selecionados para amostra divididos por temática.

<b>Temática</b>	<b>Título</b>	<b>Autora</b>	<b>Ano</b>
Comunidade	Colonização- um processo de organização comunitária	Maria José Corrêa Siqueira	1970
	O Serviço Social e seu desenvolvimento no âmbito comunitário	Maria das Graças Alfaia do Lago	1974
	Organizações comunitárias e o Bem- Estar social	Vermity Santos Pereira	1976
	Centro Social como instrumento de vida comunitária	Elenize Faria Scherer	1977
Criança e adolescente	Nascer de novo!	Dagmar dos Anjos Feitoza	1972
	O Serviço Social no processo de “reeducação” do menor na unidade “Desembargador André Araújo”	Maria Auxiliadora Cruz da Silva	1983
Penitenciária	A marginalização fator de desintegração social	Francisca Rita Rodrigues de Alencar	1971
	Sistema Penitenciário: Importância de seu estudo	Vania Maria Nery Santana	1972
Saúde	Maternidade e Infância e os Problemas Médico-Sociais	Cléa Bessa da Costa	1972
	Prevenir o câncer ginecológico é salvar vidas	Luzelita Veras Carvalho	1974
	Atuação do Serviço Social na área de internação de um Hospital Infantil	Maria de Fátima de M. Prestes	1976
	O dinamismo do Serviço Social num hospital infantil	Eliana de Souza Vieira	1978
	Abordagem da Hanseníase no contexto social e médico	Dislene Maria Castro do Casal	1979
Previdência	Atuação do Serviço Social junto ao previdenciário	Creuzza Nazaré Lima	1970
	Experiências do Serviço Social no campo previdenciário	Ruth Israel Lopes	1974
	O Assistente Social e o programa de reabilitação profissional do INPS no Amazonas	Maria Amélia Gadelha dos Santos	1982
	O Programa de Reabilitação Profissional e o Serviço Social- Contribuição para o processo reabilitatório	Maria Amélia Alves de Freitas	1983

	Tentativa de investigação diagnóstica a partir do método 'Paulo Freire' na clínica pediátrica e obstétrica do INAMPS	Clarice Pazuello Benzecry	1984
Empresa	O Serviço Social no ângulo empresarial	Maria Lenize Tapajós Maués	1971
	Da conveniência de transformar em atividade permanente a "cultura da juta"	Icléia Costa Moreira	1972
Grupo	O homem - sua necessidade de socialização	Magali Maria de Almeida Martins	1971
	O trabalho de grupo despertando consciências	Luzia Oliveira Reis	1972
Habitação	O Serviço Social e a sistemática habitacional	Neuza de Souza Teixeira	1970
	Habitação direito fundamental da pessoa humana	Marly Bentes Nogueira	1971
Educação	A ação educativa e a integração sócio-cultural (sic) na Amazônia	Arabi Amed e Silva	1970
	As escolas de formação profissional no processo do desenvolvimento	Maria de Fátima da Silva Abinader	1970
Outros	O Serviço Social atuando junto ao Palácio Rio Negro	Marilene B. Guimarães	1970
	Serviço Social de casos, grupos e comunidade	Antonio Bittencourt Gomes	1973

Fonte: Pesquisa documental (2021)

Além disso, como suporte para as análises sobre o conservadorismo, foram utilizadas as seguintes fontes primárias: grades curriculares (1972, 1974 e 1979) e as ementas e planos de ensino encontradas no Departamento do curso de Serviço Social – Programa de Serviço Social Aplicado I de 1977, 1976 e 1973, Estágio III de 1978, Ementa de Estágio I de 1979, 1980, 1978.

Para sistematização<sup>8</sup> e análise qualitativa dos dados coletados foi utilizado o procedimento de análise de conteúdo. Nesse sentido, vale lembrar que “os instrumentos não são desta ou daquela ciência, mas da ciência, da sociedade, e a partir das mediações que realizamos os utilizando como ferramentas, aportamos as particularidades de nossas áreas de conhecimento ao seu uso” (PRATES et.al., 2019, p. 34), em consonância, Netto (2011a), aponta que instrumentos e técnicas podem servir a concepções metodológicas diferentes, pois são formas de “apoderar-se” da matéria.

Segundo Richardson (2012, p. 224), a análise de conteúdo “Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas etc.) e extrair os momentos mais importantes”. Consoante Godoy (1995, p. 23), “O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira”.

<sup>8</sup> Para os Trabalhos de Conclusão de Curso, utilizamos um roteiro de pesquisa documental que se encontra nos apêndices desta dissertação.

A análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), é dividida em três fases: pré-análise, que envolve as ações de organização do material, além de operacionalização e sistematização das ideias; exploração do material, com atividades que exigem esforço e dedicação, como codificação e categorização da informação; por fim, o tratamento dos resultados, que envolve realizar interpretações e fazer inferências sobre o material trabalhado.

Essa fase de análise dos dados envolve, conforme Goldenberg (2004, p. 92), bastante tempo de reflexão e dedicação, é necessário que o pesquisador tenha sensibilidade para maximizar os dados coletados e a teoria estudada, nas palavras da autora, “Esta capacidade de articular teoria e dados empíricos é uma das maiores riquezas do cientista”.

Conforme Netto (2011a), após a conclusão da investigação – considerando, é claro, que esta conclusão é apenas provisória no âmbito científico –, o pesquisador poderá apresentar expositivamente os resultados, como segue:

para Marx, os pontos de partida são opostos: na investigação, o pesquisador parte de perguntas, questões; na exposição, ele já parte dos resultados que obteve na investigação – por isso, diz Marx “é mister, sem dúvida, distinguir formalmente o método de exposição e o método de pesquisa” (NETTO, 2011a, p. 27).

Desta maneira, em posse dos resultados analíticos da pesquisa, iniciamos a redação desta dissertação, que está dividida em três capítulos, com três subtópicos cada um deles. No primeiro capítulo é evidenciado a ditadura enquanto um processo de modernização conservadora no Brasil, sendo apresentados os principais aspectos sociais desse cenário a partir da visão das autoras dos TCCs, discutindo também as ideias de subdesenvolvimento e desenvolvimento, e por fim, esboçando as implicações do projeto desenvolvimentista da ditadura para o Amazonas e para o curso de Serviço Social no estado.

No segundo capítulo são expostas as principais tendências teóricas encontradas nos TCCs, sendo elas: Doutrina Social da Igreja Católica, neotomismo e o humanismo cristão, funcionalismo, desenvolvimentismo, estrutural-funcionalismo, fenomenologia e as ideias de Paulo Freire. Destacamos como particularidade que, apesar de não estar na maioria dos TCCs encontrados, a linha desenvolvimentista se expressou em discursos fortemente alinhados com a ditadura civil-militar e o seu ideário para a Amazônia.

Por fim, no terceiro capítulo são discutidas as expressões do pensamento conservador na formação profissional em Serviço Social no Amazonas – tanto nos TCCs como nas grades e ementas –, iniciando pela discussão sobre a origem do conservadorismo, as dimensões que

perpassam a formação profissional e as principais expressões conservadoras encontradas nos TCCs.

O atual contexto de agudização das expressões da crise estrutural do capital vem sendo solo fértil para o avanço de um ultraconservadorismo no mundo e, particularmente no Brasil, de enfrentamentos teóricos-políticos que repercutem no Serviço Social, ameaçando o Projeto Ético-Político construído historicamente a partir de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos críticos e comprometidos com a democracia, liberdade e justiça social. Nesse sentido, almejamos que a pesquisa contribua para a defesa deste Projeto profissional, aprofundando a crítica ao conservadorismo ao elucidar um retrato de um período central da história da formação profissional do Serviço Social no Amazonas.

## CAPÍTULO I

### O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DA DITADURA CIVIL MILITAR E O SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS

Neste capítulo discutiremos a conjuntura instaurada a partir de 1964, considerando que este é o momento histórico em que está inserido o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas durante 1970 a 1985. Com o objetivo de analisar o contexto da ditadura civil-militar com destaque para as suas particularidades no Amazonas e implicações para a formação em Serviço Social, o capítulo está dividido em três tópicos.

No primeiro tópico apresentaremos os aspectos que caracterizam a ditadura civil-militar enquanto um processo de modernização conservadora e de forma a ilustrar tal discussão, utilizamos a apreensão das autoras dos TCCs<sup>9</sup> sobre a sociedade e o governo, indicando que em sua maioria, os discursos destas alunas estavam alinhados com as ações do Estado ditatorial.

No segundo e terceiro tópicos, o conteúdo dos Trabalhos de Conclusão de Curso será apresentado de forma a evidenciar as “problemáticas”<sup>10</sup> societárias do período ditatorial, a partir da visão das autoras em contradição com as análises feitas pelos estudiosos da ditadura.

Assim, de maneira geral, esboçaremos como as ações de “integração” da Amazônia impulsionadas pela modernização conservadora – em especial a Zona Franca de Manaus – resultaram no rápido crescimento populacional na cidade de Manaus, agravando as refrações da questão social no âmbito da habitação, criança e adolescente, condições de vida do trabalhador e educação.

Nesse sentido, mencionaremos como o curso de Serviço Social foi incorporado pela Universidade Federal do Amazonas (antiga Universidade do Amazonas), tendo um aumento significativo da quantidade de profissionais formados, representando um possível crescimento da demanda de Serviço Social no estado. Por fim, evidenciaremos as principais áreas temáticas encontradas nos 121 Trabalhos de Conclusão de Curso acessados e como estes eram vistos pelas autoras – um requisito para sua formação e o momento de relatar o conteúdo aprendido no curso e, principalmente, suas ações no estágio.

---

<sup>9</sup> Para diferenciar as citações, utiliza-se o nome e sobrenome para as autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso e somente o sobrenome para os autores utilizados na fundamentação teórica desta dissertação.

<sup>10</sup> Utiliza-se o termo “problemática” pois facilita o entendimento a partir da leitura que as autoras dos TCCs faziam em relação a sociedade em que viviam, todavia, destacamos que tais “problemáticas” são, em nossa perspectiva, expressões da questão social, esta entendida a partir da relação contraditória entre capital/trabalho. Compartilhamos do entendimento de Netto (2011b, p. 17) acerca da questão social, enquanto “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operário impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”.



### 1.1. O processo de *modernização conservadora* na ditadura civil- militar

A discussão a respeito da ditadura civil-militar<sup>11</sup> envolve múltiplos aspectos, o que permite um amplo debate sobre este momento da história brasileira. Segundo Miranda (2018), a produção teórica acerca da ditadura tem crescido, e em contextos que movimentos sociais pedem intervenção militar e a volta da ditadura, este tema torna-se cada vez mais necessário.

Devido à diversidade de aspectos, muitas são as abordagens que estes estudos podem tomar. Um conceito basilar para compreender o processo sócio-político e econômico deste período, é o de modernização conservadora<sup>12</sup>. Aliás, para os estudiosos da modernização capitalista no Brasil, este é um conceito que explica não somente este momento da história brasileira, mas diversos outros, como a própria constituição da formação sócio- econômica do país.

Perlatto (2014) salienta que Florestan Fernandes foi um dos principais autores a refletir sobre os impactos do desenvolvimento dependente sobre a modernização conservadora dos países latino-americanos e, especificamente, do Brasil. Em sua análise sobre capitalismo dependente e sociedade de classes, Fernandes (1975, p. 80) indica que o padrão dependente de modernização capitalista – que se desenvolveu na América Latina – implicou na persistência e revitalização de aspectos “que não são especificamente ‘modernos’, embora sejam essenciais, em graus variáveis, à eficácia dos fins visados através da modernização dependente”, nesse sentido, a modernização acaba por envolver “a fusão do ‘moderno’ com o ‘antigo’ ou, então, do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, operando-se o que se poderia descrever como a ‘modernização do arcaico’ e a simultânea ‘arcaização do moderno’.” (FERNANDES, 1975, p. 80).

De acordo com Pires (2008), o conceito de modernização conservadora foi cunhado pela primeira vez por Moore Jr. (1975) ao estudar as passagens à economia capitalista industrial na Alemanha e no Japão. Estes países tiveram revoluções burguesas parciais, visto que as classes burguesas não destruíram de forma efetiva as estruturas socioeconômicas e políticas do regime anterior e estreitaram seus laços políticos com os terratenentes<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Esta nomenclatura é utilizada, pois entendemos que o golpe ocorrido em 1964 foi orquestrado não somente pelos militares, mas também por partes da sociedade civil, como exemplo a burguesia nacional e internacional. Nesse sentido, acreditamos que o termo seja o mais adequado por considerar também a vinculação de civis ao projeto da ditadura.

<sup>12</sup> Utilizado por Netto (2011), Vianna (1998), Motta (2014) e Pires (2008), dentre outros.

<sup>13</sup> Pires (2008) utiliza o termo “terratenente”, que significa “o que tem terra” e normalmente é utilizado para designar dono de grandes extensões de terra agrícola.

Diferentemente das revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra, França e nos Estados Unidos – que são consideradas passagens de forma ‘clássica’ e tiveram como resultado sociedades capitalistas democráticas (MOORE JR., 1975 *apud* PIRES, 2008) – nos processos de passagem para a sociedade industrial moderna na Alemanha e no Japão ocorreu a manutenção das elites pré-industriais e a exclusão dos camponeses e trabalhadores da estrutura política, o que permitiu a livre institucionalização do contrato político e econômico entre a burguesia e os terratenentes.

Nesse sentido, “o processo de modernização conservadora conduziu, então, estes países para a formação de uma sociedade industrial moderna, mas com uma estrutura política conservadora” (PIRES, 2008, p. 13), ou seja, esse pacto entre a burguesia e os terratenentes permitiu a transição para uma sociedade capitalista, estimulando principalmente sua industrialização, todavia, sem romper com as estruturas sociopolíticas pré-industriais e excluindo a classe subalterna de toda essa passagem, desta forma, também podemos chamar este processo de “revolução pelo alto”, conceito também trabalhado por Moore Jr.

O impacto desta formulação entre os teóricos brasileiros foi intenso e passou a ser utilizado na análise da transição para o capitalismo no Brasil. Nestes estudos, o conceito de modernização conservadora ou “revolução pelo alto” não foi utilizado sozinho, juntaram-se conceitos complementares como “via prussiana”<sup>14</sup> de Lênin, e “revolução passiva”<sup>15</sup> de Antonio Gramsci (MAZZEO, 2015).

Tais estudos permitiram diversas leituras sobre a transição para a sociedade capitalista industrial moderna e vários outros momentos da história brasileira que se intitulam revoluções. Conforme Vianna (1998, p. 185), “qualificam-se como revoluções, movimentos políticos que somente encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitá-la, e assim se fala em Revolução de 1930, Revolução de 1964 [...]”.

---

<sup>14</sup> O conceito de via prussiana é abordado no livro “O programa agrário da social-democracia russa na primeira revolução russa de 1905-1907” publicado em 1908 por Lênin. Segundo Mazzeo (2015), este conceito é utilizado pelo autor ao denominar o caminho de desenvolvimento burguês sem ruptura revolucionária com o feudalismo (como ocorreu na via clássica). Um caso de via prussiana foi o que ocorreu na Alemanha, que como falamos anteriormente, teve sua burguesia aliada aos terratenentes, “a revolução burguesa dá lugar a uma reforma modernizadora, onde a nobreza junker se apossa do aparelho do Estado, que passa a ser o poderoso coordenador do processo de modernização” (MAZZEO, 2015, p. 97).

<sup>15</sup> Já o conceito de revolução passiva foi, segundo Gramsci (*apud* COUTINHO, 2011, p. 315), utilizado por Vicenzo Cuccio ao se referir a revolução ocorrida na Itália, após as guerras napoleônicas. Todavia, Gramsci (*apud* COUTINHO, 2011, p. 315) assinala que este conceito pode ser usado “para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”. Vale ressaltar que o autor não utiliza este conceito somente para o período de consolidação da sociedade capitalista, conforme Coutinho (1999, p. 201), Gramsci usou-o “também como instrumento para explicar a passagem da fase concorrencial à fase monopolista do capitalismo”.

Para Coutinho (1999), o Brasil não passou por uma revolução democrático-burguesa, pois seu processo de modernização capitalista foi conduzido pelo Estado, que utilizou seu aparato repressivo e econômico em um grande acordo entre as classes dominantes. Nas palavras do autor, “todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo [...], encontraram uma solução ‘pelo alto’, ou seja, elitista e antipopular” (COUTINHO, 1999, p. 196). Em concordância, Fernandes (1987, p. 285) aponta que as classes dominantes “sempre encontraram terreno propício para resolver suas questões conflitantes intra muros, articulando de modo mecânico os interesses divergentes que pudessem ser compostos dentro da ordem ou através de revoluções ‘de cima para baixo’”.

Nesse sentido, Vianna (1998) e Coutinho (1999) apontam a ditadura civil-militar de 1964 como mais um episódio de revolução passiva na história do Brasil. Em consonância, Netto (2011) afirma que o período ditatorial pode ser caracterizado de modernização conservadora, visto toda sua ordenação econômica e política.

Este processo de modernização conservadora iniciado em 1964 significou para o país, um modelo econômico marcado pelos interesses do capital estrangeiro e de grandes grupos nacionais, elevado índice de concentração de renda, aprofundamento das desigualdades sociais e estabelecimento de uma estrutura estatal-burocrática e administrativa firmada no sustentáculo político-ideológico da doutrina de segurança nacional (NETTO, 2011). Com a finalidade de apreender este complexo momento da história brasileira, podemos periodizá-la em três momentos<sup>16</sup>, baseado em Dantas (2014): 1964 a 1968, 1968 até início da década de 1970, 1974 até o fim da ditadura.

Durante o primeiro momento, o Estado ditatorial gestou seu processo de modernização conservadora. Dantas (2014, p. 41) aponta que a ditadura, ao tempo em que estruturou a política econômica visando os interesses do capital implantou “medidas de suspensão das liberdades democráticas, desmonte das organizações da classe trabalhadora e supressão de leis e políticas adotadas pelo regime populista que estavam em contradição com os interesses do capital [...]”.

Nesse sentido, buscamos verificar se as autoras dos TCCs faziam alguma referência às transformações ocasionadas pela ditadura, sendo encontrados os seguintes discursos: Luzia Oliveira Reis (1972, p. 48) aponta que o século XX era o “século das grandes realizações” e se caracterizou pelas maiores mudanças no “campo psico-social (sic), econômico, político ou

---

<sup>16</sup> Não há um consenso em relação a datas específicas, mas diversos autores fazem essa periodização contendo três ou quatro momentos. Exemplo: Netto (2011) divide em três momentos: abril de 1964 a dezembro de 1968, dezembro de 1968 a 1974, para o fim de 1974 a 1979; Fagnani (2005), ao fazer uma periodização da política social durante o período ditatorial, divide em quatro momentos: 1964 a 1967, 1968 a 1973, 1974 a 1979, e 1980 a 1984.

mesmo militar, isto em todos os países do mundo os quais sob qualquer regime, tem sempre, o seu povo, o objetivo precípua de elevar o nível de suas condições de vida.”. Um destaque importante e crítico, visto seu entendimento acerca do “golpe de Estado” e da “modernização” pretendida, é feito pela autora do TCC “O Assistente Social e o programa de reabilitação profissional do INPS no Amazonas”, Maria Amélia Gadelha dos Santos (1982, p. 21):

Após o golpe de Estado de 1964, um novo direcionamento foi dado à sociedade brasileira. No plano econômico a ideologia da “Modernização” dirige as ações econômicas no sentido de garantir o funcionamento da produção ampliada do capital alicerçada na doutrina da interdependência e do desenvolvimento internacionalista. Procura-se assim descaracterizar o movimento sindical como órgão de reivindicações e representação classista, estimulando-se a incorporação de atividades assistenciais e recreativas por parte do mesmo.

Notamos que diferente do breve comentário sobre as transformações ocorridas na sociedade, este último Trabalho apresentou um entendimento mais amplo sobre o pós-golpe, assinalando sua contradição entre capital e trabalho e mencionando questões como “ideologia da ‘modernização’ e ‘doutrina da interdependência e desenvolvimento internacionalista’.

Um outro Trabalho de Conclusão de Curso que também se destaca nesse sentido é o de Arabi Amed e Silva (1970, p. 12), ao falar acerca do desenvolvimento e sub- desenvolvimento, a autora afirma que “A pesquisa histórica demonstra que a situação do sub- desenvolvido da atualidade decorre, em grande parte, das relações econômicas entre os países desenvolvidos e seus adeptos sub- desenvolvidos.”. Ao utilizar-se da obra Desenvolvimento capitalista e sub- desenvolvimento no Brasil<sup>17</sup>, Arabi Amed e Silva (1970, p. 14) afirma que “o sub- desenvolvimento foi e ainda é gerado pelo mesmo processo histórico que gerou também o desenvolvimento econômico: o desenvolvimento do capitalismo’.”.

Salientamos que desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o ‘mundo capitalista’ considerava imprescindível controlar os países periféricos, pois para continuarem a se desenvolver precisavam da matéria-prima e dos dinamismos econômicos destes países, além de serem “o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo”, e caso não dominassem, tais países poderiam ser espaços propícios para o desenvolvimento do ‘mundo socialista’ (FERNANDES, 1987).

Para os países centrais, ainda de acordo com Fernandes (1987), a modernização pretendida nos países periféricos deveria ocorrer sob o lema “desenvolvimento com segurança”; a ideia central era a de que tais países precisariam ter ‘estabilidade política’ para que pudessem

---

<sup>17</sup> Arabi Amed e Silva (1970) não escreve de quem é a autoria e a citação não é encontrada nas referências do Trabalho, procuramos pelo título na internet, todavia não é possível informar a autoria com exatidão.

‘cooperar economicamente’ com os países centrais, todavia, essa ‘estabilidade política’, tão necessária para o desenvolvimento econômico do capital monopolista dependente, só seria possível com uma extrema concentração do poder político estatal.

Desta maneira, o que se verificou na política econômica do Brasil foi a unificação da ação governamental e a vontade empresarial, configurando-se um espaço econômico necessário para o desenvolvimento do capital monopolista, visto que a modernização institucional se direcionou, com grande intensidade, para a construção das condições estruturais e dinâmicas indispensáveis à implantação e consolidação das grandes corporações e da lógica de desenvolvimento que estas pressupõem (FERNANDES, 1987).

Esse ‘desenvolvimento econômico’ dissociava-se, nos momentos mais críticos, do desenvolvimento político, o que levou a dominação burguesa a:

um padrão capitalista altamente *racional* e *modernizador* de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais, contra-revolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa (FERNANDES, 1987, p. 268).

Ianni (2019, p. 27) aponta que durante todo o período da ditadura civil-militar<sup>18</sup>, o Estado “adotou o planejamento como retórica e técnica de governo”. Tal técnica, segundo o discurso ditatorial, possuía a neutralidade capaz de aprimorar o desenvolvimento do país, ao tempo em que “não influenciava as forças de mercado e a liberdade”. Todavia, o objetivo desta técnica era muito claro “Tratava-se de fortalecer o aparelho estatal – basicamente o Poder Executivo – de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do capital” (IANNI, 2019, p. 27-28).

Um exemplo disso é citado no TCC de Maria Amélia Gadelha dos Santos (1982, p. 21-22), ao comentar sobre a centralização do modelo técnico-administrativo da previdência a partir de 1966; tal situação, conforme a autora, amplia as funções do Estado e “alija os trabalhadores do cenário político. A política previdenciária visava reestruturar as relações entre o Estado e a classe operária e, com isso, afirmar o domínio do controle anti-político, administrativo e tecnocrático.” (este discurso encontrado no TCC foi feito com base em James Malloy em “Previdência Social e classe operária”, publicado no Estudos CEBRAP, n ° 15).

Outro discurso importante referente ao planejamento e a eficácia é feito pela autora do TCC “O Serviço Social e a sistemática habitacional”, Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 10):

---

<sup>18</sup> Octavio Ianni (2019) utiliza o termo “ditadura militar”.

[...] o planejamento surgiu da necessidade do povo em adquirir condições de trabalho para uma vida honesta. Nesse sentido, não se pode desconhecer o esforço do governo em fixar padrões de eficiência e regulamentos de bem-estar social [...]. Com o avanço da tecnologia multiplicando a satisfação das necessidades humanas e fazendo surgir novas aspirações ao homem, o Poder Público, especialmente, é chamado a planejar as suas atividades na prestação de serviços básicos que venham satisfazer àquelas aspirações.

Nesse sentido, reiteramos que todas as ações do Estado estavam voltadas para beneficiar a acumulação privada, principalmente, o capital estrangeiro. Netto (2011, p. 31) sinaliza que “as linhas mestras deste ‘modelo’ [econômico] concretizam a ‘modernização conservadora’ conduzida no interesse do monopólio”.

Coutinho (1999, p. 204) assinala que as classes dominantes “Preferiram delegar a função de dominação política ao Estado – ou seja, às camadas militares e tecnoburocráticas –, ao qual coube a tarefa de ‘controlar’ e, quando necessário, reprimir as classes subalternas”. Desta maneira, toda a retórica sobre o planejamento foi utilizada para “legitimar” a ditadura. Em função da racionalidade, da modernização, da operatividade, a ditadura pôde conduzir o “arrocho salarial, a intervenção nos sindicatos operários e camponeses, a prisão e tortura de líderes operários e camponeses, o aumento brutal da taxa de exploração dos assalariados da indústria e agricultura” (IANNI, 2019, p. 29).

O referido autor enfatiza que “o que parece estar na base da parafernália tecnocrática, que aparece como instrumental de política de planejamento, é a poderosa aliança entre o capital monopolista e a ditadura” (IANNI, 2019, p. 57). Desta maneira, extrai-se do planejamento dois significados fundamentais: a) o planejamento, enquanto técnica governamental que permite que a mais-valia deixe de ser potencial para ser efetiva; e b) o conjunto de ações e instrumentos que envolvem o planejamento passam a se desenvolver como uma justificativa da articulação entre o capital monopolista e a ditadura.

Assim, são incorporados ao aparelho do Estado uma gama de profissionais “técnicos” que passam a atuar em todos os setores da sociedade, desde o mais alto escalão até o executor das ações, no sentido de “modernizar” a organização estatal, buscando a tecnicidade, a ciência e a eficiência (IANNI, 2019, p. 63). O profissional de Serviço Social também surge como um desses especialistas. No trecho abaixo da autora do TCC “Nascer de novo!”, Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 36- 37), é possível visualizar a relação entre o Estado e o Serviço Social:

O Estado tem uma comum responsabilidade frente aos problemas sociais que provocam ruptura da vida familiar. Portanto se faz necessária, a habilidade para descoberta dos conhecimentos fundamentais que possam ser solucionados através da

implantação do Serviço Social, levando-se em conta a implantação de uma infraestrutura que possibilite a assistência tanto a família como a criança. A complexidade do problema [criança marginalizada], engloba a todos da comunidade. São tarefas do Estado, que através do Serviço Social, leva a criança e seus familiares a uma mudança progressiva dentro das exigências requeridas pelo problema.

O segundo momento da ditadura, conforme Dantas (2014), inicia em 1968 e permeia até o início da década de 1970. A diferenciação deste período decorre do crescimento das greves e dos movimentos contrários a ditadura que iam as ruas pedir seu fim, o que levou a promulgação da Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968; e o chamado “milagre econômico”, que materializou todas as condições de acumulação capitalista propiciadas pela ditadura (DANTAS, 2014), todavia, com efeitos sociais nefastos, que serão discutidos no próximo tópico a partir da análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Assim, ao tempo em que a ditadura atestava à legitimação da sua retórica de planejamento, racionalidade e modernização com o dito “milagre”, seu aparato repressivo mostrou sua pior faceta com o AI-5. Netto (2011, p. 39- 40) afirma que “o terrorismo de Estado é a contraface política da ‘racionalização’, da ‘modernização conservadora’ conduzida ao clímax na economia visível na consolidação do ‘modelo’”.

O AI-5 rompe os impasses acometidos pela modernização conservadora. A ditadura que se mostrava até 1968 ainda permitia certas mediações de caráter democrático-parlamentar, além de fazer diversas alusões a uma democracia, todavia, após este ano “abre-se o genuíno momento da autocracia burguesa” e a ditadura reacionária “converte-se num regime político de nítidas características fascistas.” (NETTO, 2011, p. 38).

Este Ato foi complementado com outros dispositivos legais, como a Lei de Imprensa, Lei de Censura, Lei de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informações e os Conselhos de Desenvolvimento, tanto econômico como social. Todo esse aparato legal criado neste período permitiu a liberdade policial-repressiva para que o Estado intimidasse, aprisionasse, torturasse e espionasse seus opositores, criando um vasto aparelho repressivo. A concepção de segurança interna e externa instituída pela ditadura compreendeu as ideias de que todos eram responsáveis pela segurança nacional, o que deu aos governantes e aos funcionários do Estado o poder de julgar entre o permitido e o proibido (IANNI, 2019).

Desta maneira, evidenciamos o quanto se elevou o poder do Executivo, deixando o Judiciário e o Legislativo subordinados, nas palavras de Ianni (2019, p. 236), “o Executivo absorveu os processos decisórios, os mecanismos de mando, os meios de execução e os instrumentos de ‘legitimação’ de tudo que envolvia o exercício do poder estatal”.

Vale destacar que o aparelhamento estatal, que a ditadura precisou para concretizar sua política econômica, não se resumia ao âmbito econômico e político, ele atingiu todos os âmbitos da vida social, inclusive a cultura. Netto (2011) indica que a política cultural da ditadura ficou centrada em duas faces que se combinavam de diversas formas e se fizeram presentes em maior ou menor grau no decorrer deste período.

A primeira face de tal política consistiu na ação repressiva, visto que, para a autocracia burguesa, era necessário reprimir toda e qualquer vertente cultural antagônica à ordem sociopolítica do capital monopolista. O “mundo da cultura” dominante no período anterior à ditadura tinha um profundo viés elitista, todavia já se formavam tendências culturais advindas do povo, e eram justamente estas que precisavam ser reprimidas (NETTO, 2011).

A segunda face, “consistia em alentar tendências que, no ‘mundo da cultura’, lhe assegurassem, na melhor das hipóteses, tanto uma efetiva legitimação ideal, ou, na pior, quanto a ausência de contestação concreta” (NETTO, 2011, p. 51). Assim, conforme Ianni (2019, p. 245), criou-se uma *indústria cultural fascista* com o intuito de “proteger a instituição da família” da subversão, das ameaças aos valores e a moral. Essa “indústria” possuía órgãos de fomento à propaganda governamental e de censura (basicamente, política) que atingiu principalmente, “a televisão, rádio, teatro, cinema, jornal, revista, livro, sala de aula, etc.”, segundo o discurso governamental, estes meios de comunicação faziam parte de um plano subversivo que colocaria em risco a segurança nacional.

Por fim, o terceiro momento da periodização que estamos apresentando consiste nos anos entre 1974 até o fim da ditadura, que abrange a crise do “milagre econômico” brasileiro e a reorganização dos movimentos de massa, as greves operárias e a luta pelo fim da ditadura. É a partir de 1973 que o “milagre econômico” começa a se exaurir e “inscrevem-se as determinações que, pela mediação da resistência democrática e pela ação do movimento popular, desembocarão na crise do regime autocrático burguês” (NETTO, 2011, p. 40).

Com os impactos da crise econômica a partir de 1974, o regime ditatorial é obrigado a promover uma política de “abertura lenta, pacífica, e gradual”, com intuito de fazer uma transição para um regime democrático (formalmente) sem modificar as bases da acumulação capitalista, ou seja, de forma controlada e “pelo alto”. Todavia, tal abertura se estendeu por uma década e culminou na luta pelas “Diretas Já” em 1984, que colocou fim à ditadura (DANTAS, 2014).

Acerca deste processo de “redemocratização”, também conhecido como distensão, Netto (2011, p. 41) afirma que essa estratégia política tinha como finalidade:



a recomposição de um bloco sociopolítico para assegurar a institucionalização duradoura do sistema de relações econômico-sociais e políticas estruturado a serviço dos monopólios (especialmente a estruturação plasmada no Estado). Seu objetivo axial, assentado numa “iniciativa da liberalização controlada e limitada”, consistia em “instaurar no país a superestrutura política que considera adequada: uma combinação estável de formas parlamentares limitadas com mecanismos decisórios ditatoriais” (PCB, 1984 *apud* NETTO, 2011, p. 41).

A crise do “milagre econômico” evidencia também o colapso da legitimação da ditadura; a sua base de consenso entre as camadas médias e alguns setores da burguesia foi rapidamente perdida, assim, “os aparelhos da sociedade civil puderam voltar à luz, hegemonzados agora por um amplo arco de forças antiditatoriais, que ia da esquerda socialista aos conservadores ‘esclarecidos’” (COUTINHO, 1999, p. 217).

Esta perda de legitimação da ditadura pode ser evidenciada no processo eleitoral de 1974, quando este “derruiu qualquer pretensão de legitimação do autocratismo burguês em sua configuração militar-fascista, explicitando que seu futuro imediato tendia a comprometer-se numa rede crescente de fenômenos de instabilidade” (NETTO, 2011, p. 41).

Apontamos, com base em Dantas (2014, p. 42), que foi “A combinação entre crise econômica e mobilização popular [que] evidenciou os limites estruturais do regime de acumulação despótico num país de capitalismo dependente [...]”.

Em consonância, Coutinho (1999, p. 217) explica mais claramente que a ditadura, ao promover uma política econômica modernizadora, acabou por desenvolver de forma extraordinária as forças produtivas e inseriu o Brasil na fase do capital monopolista, e ainda que tal modernização tenha sido conservadora<sup>19</sup>, a própria ditadura consolidou as condições para que a sociedade civil tivesse uma “justa relação” com o Estado. É nessa linha de raciocínio que o autor destaca que “O ‘feiticeiro’ desencadeara forças que já não podia controlar”.

Mesmo que duramente reprimida, a sociedade civil mantinha certa margem de autonomia, todavia, a partir de meados da década de 1970, esse grupo passou a se expandir e ser mais diversificado, envolvendo trabalhadores da cidade e do campo, mulheres, jovens, intelectuais, etc.

A sociedade civil passou a se movimentar no sentido de auto-organização, o que resultou nas manifestações a favor das eleições diretas para presidente em 1984, isto “desempenhou um papel decisivo na derrota definitiva da ditadura militar, [pois] foi a culminação desse processo de fortalecimento da sociedade civil, que assumiu dimensões até então inéditas na história do Brasil” (COUTINHO, 1999, p. 215).

---

<sup>19</sup> Nas palavras do autor, “na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e de renda” (COUTINHO, 1999, p. 217).

É também, justamente a partir dos anos de 1970, que as populações ou grupos sociais atingidos pela apropriação privada da terra, passam a se organizar e se articular em movimentos sociais contestatórios, tais organizações tinham o intuito de estabelecer estratégias e linhas de ação para resistir ao progresso do capital (LOUREIRO, 2009). Acerca desta assertiva, é importante destacar dois pontos fundamentais:

O primeiro é que a emancipação pressupõe a resistência e a luta dos grupos e das camadas oprimidas contra a dominação a que ficam sujeitos pelo modelo econômico hegemônico; é a esse fator que alguns grupos sociais da região se aplicam quando se envolvem em movimentos e lutas de resistência. O segundo está ligado ao fato de que, desde os anos 1970, quando o padrão hegemônico de inserção da Amazônia no mercado global entra em vigor de forma mais definida e que, como consequência, acelera-se a concentração de renda, os movimentos de resistência e luta dos grupos sociais subordinados emergem vigorosamente e tornam-se cada vez mais evidentes e críticos (LOUREIRO, 2009, p. 46).

Esses movimentos sociais se organizaram de inúmeras formas – visto que os conflitos por terra variavam de acordo com o modo que o *capital* se defrontava com os moradores – compondo “um espectro amplo e heterógeno de formas de resistência” (LOUREIRO, 2009, p. 47).

Até aqui, indicamos alguns elementos da ditadura civil-militar que a caracterizam como modernização conservadora, com o intento de mostrar a centralidade do Estado na condução desse processo, abordamos suas estratégias de modernização com o modelo econômico voltado para acumulação privada e expropriação do trabalhador (a), e como, com base nisso passou a reprimir e controlar a classe subalterna. A seguir apresentaremos como a modernização conservadora impactou na vida dos brasileiros, indicando, principalmente, os problemas sociais e as contradições com o que se pretendia durante este período.

## **1.2. O impulso desenvolvimentista e as contradições sociais da ditadura civil-militar**

Como evidenciado no tópico anterior, o período da ditadura civil-militar pode ser entendido a partir do conceito de modernização conservadora, visto que ao tempo em que o Estado, comandado pelas elites brasileiras e pelo capital estrangeiro, conduziu um processo de modernização e racionalização em todos os setores do país, também foi responsável por reprimir e cercear direitos, mostrando sua faceta mais conservadora, e em alguns momentos, fascista como apresentado por Netto (2011). Desta maneira, é evidente que a modernização conservadora impactou na vida dos brasileiros.

As autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso abordaram “problemáticas” no âmbito educacional a partir da realidade em que escreveram os trabalhos, ou seja, o período ditatorial. Maria de Fátima da Silva Abinader (1970), ao se referir aos aspectos da realidade brasileira, aponta como problemas: o elevado índice de analfabetismo e baixo nível de escolaridade. Destacamos o Trabalho de Arabi Amed e Silva (1970, p. 14) que é dedicado à “problemática” da educação brasileira, que é caracterizada “sempre pela sua parcialidade e deficiência quanto às necessidades”.

Conforme Arabi Amed e Silva (1970), o ensino médio é deficitário quanti e qualitativamente, a remuneração do corpo docente não é capaz de atrair mais profissionais e os métodos de ensino são “obsoletos e ineficazes”, além disso, Arabi Silva (1970, p. 19) indica que se deve considerar que há uma fraqueza no ensino médio, visto que este é apenas um “interregno entre o ginásio e a universidade”, todavia “nem todos podem aspirar a um diploma acadêmico. Há, na faixa intermediária da educação, canais próprios à realização de outras vocações compromissadas com o lado estritamente prático da vida.”.

Acerca desta questão, salientamos que a ditadura promoveu reformas no âmbito educacional, como exemplo a Reforma do 1º e 2º graus (Lei nº 5.692 de 1971) que objetiva a profissionalização e instituiu que todas as escolas de 2º grau deveriam oferecer cursos técnicos, tornando-se escolas profissionalizantes (FAGNANI, 2005). Segundo Ferreira e Bittar (2008, p. 335), as reformas que ocorreram na área educacional tinham como objetivo situar a educação como um instrumento em função da racionalidade tecnocrática, tendo em vista o propósito de “estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção” e assim propiciar o slogan ‘Brasil grande potência’.

Todavia, ressaltamos que o ensino médio técnico era direcionado aos mais pobres, visto que era a modalidade de ensino ofertada pelas escolas públicas estaduais e municipais, enquanto que as escolas privadas não eram obrigadas a aderir este ensino. Desta maneira, para os filhos da burguesia era promovido o ensino propedêutico ao ensino superior, favorecendo o interesse de manter a universidade enquanto espaço ultra elitista (CARLOS, CAVALCANTE e NETA, 2018).

A saúde também é mencionada pelas autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso como um dos problemas brasileiros. É citado por Clarice Pazuello Benzecry (1984) que os problemas na saúde estão diretamente relacionados com a qualidade de vida, pois saúde é a “adequação do homem ao meio”, envolvendo as condições de saúde, habitação, nutrição, saneamento básico, deficiências ocasionadas pelo subdesenvolvimento, e não “ausência de

doença”. É importante elucidar que a partir desta concepção de saúde, Clarice Pazuello Benzecry (1984) buscou analisar o alto índice de mortalidade infantil relacionando os dados com os fatores renda, salário, saneamento básico e alimentação nos anos de 1960 e 1970.

Nesse sentido, destacamos que a modernização arquitetada provocou expressões da questão social mais complexas, visto que a crise do ‘milagre econômico’ produziu indicadores sociais alarmantes, como exemplo, no âmbito da saúde. Paiva e Teixeira (2014, p. 19) revelam diagnósticos de abrangência continental, financiados pela Organização Pan-americana da Saúde (Opas), que “apontavam um quadro sanitário preocupante que combinava baixa cobertura assistencial e disseminação de doenças marcadamente da pobreza, como as verminoses e aquelas de veiculação hídrica”. Mathias (2018, p. 1) expõe um trecho de uma reportagem do jornal Folha de São Paulo em 1977, que evidencia a situação da saúde no Brasil:

Os serviços de saúde no Brasil atendem basicamente às necessidades dos grupos sociais de maior poder aquisitivo. São serviços voltados para a recuperação e não para a prevenção, concentram-se na solução de problemas degenerativos que afligem as camadas mais bem situadas na escala social, quando as doenças infecciosas ainda são responsáveis por grande parte da mortalidade e morbidade da população brasileira. Estes serviços têm ainda uma tendência marcante à sofisticação e à complexidade. Respondem aos interesses dos produtores de insumos, de equipamentos e aos produtores de serviços. A população, neste contexto, deixa de ser sujeito para ser mercadoria manipulada pelas forças de mercado.

Ponte (2010, p. 185) recorda que o crescimento das cidades em conjunto com a falta de estrutura sanitária das habitações e a desnutrição, ou seja, precárias condições de vida, teve como consequência alterações na situação epidemiológica do país, “revelando, em sua face mais visível, o recrudescimento das doenças transmissíveis e o aumento da mortalidade infantil”. O aumento populacional nos grandes centros urbanos foi gerado pela abertura do mercado de trabalho que atraiu pessoas em vulnerabilidade social que vivam no campo, segundo o referido autor, “Estima-se que, entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro movimentou cerca de 27 milhões de pessoas, encontrando-se entre os maiores movimentos populacionais observados na história mundial” (PONTE, 2010, p. 185).

Nesse ínterim, salientamos que algumas autoras dos TCCs estudados também analisam o problema habitacional. Para Marly Bentes Nogueira (1971), a “problemática” da escassez de moradia contrasta com o desenvolvimento/progresso da humanidade e suas principais causas são: o rápido crescimento demográfico e explosão demográfica em relação ao número de moradias e falta de recursos econômicos (originados da não especialização da mão-de-obra); êxodo rural; guerras; migrações internacionais; alto preço dos materiais de construção.

Assinalamos que Marly Bentes Nogueira (1971, p. 19) escreve sobre a situação habitacional no Brasil a partir de dados estatísticos e ressalta a falta de material estatístico atualizado, apesar de toda a discussão e apresentação de dados, a autora não aprofunda a análise das causas dessa “problemática” e se mostra favorável com a atuação da ditadura frente a esta situação, ao afirmar que: este problema “está sendo combatido, graças a efetiva atuação da política habitacional brasileira e com resultados realmente efetivos”. Ainda segundo Marly Bentes Nogueira (1971, p. 24) a política habitacional no Brasil é “o primeiro grande passo para equacionar um dos problemas fundamentais para o desenvolvimento social e econômico do país”, pois deve-se levar em consideração que “a habitação não é um fim em si mesmo, senão apenas um meio para conseguir objetivos mais amplos no progresso social e econômico”

Conforme Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 25), como consequência ocorre a proliferação de “favelas, mocambos, cortiços e casas de má qualidade na periferia da cidade”. Em consonância, Marly Bentes Nogueira (1971, p. 24) aponta o surgimento de “anormalidades sociais” como a “delinquência juvenil, prostituição, baixo índice de moralidade, miséria, alto índice de desemprego, falta de assistência médica, alto índice de analfabetismo, baixo nível cultural no país”.

Neste movimento migratório ocorrido por impulso da modernização conservadora, um fator deve ser destacado: a heterogeneidade na produção do espaço urbano, que envolve, fundamentalmente, o antagonismo de classes sociais territorializadas e o processo de transformação do solo urbano em uma mercadoria (LUCIANO; MELLO, 2019). Maricato (1987, p. 26) afirma que a casa própria é um “elemento de segurança objetiva contra a rotatividade no emprego (ou o desemprego aberto) e contra o baixo poder aquisitivo, já que os salários mal chegam a cobrir as despesas de alimentação, saúde, transporte, etc.”.

Desta maneira, ao tempo em que o Estado promovia a industrialização nos grandes centros, deveria também ter empreendido ações para atender as demandas por moradia da classe trabalhadora; todavia, “as ações dos agentes públicos foram direcionadas para o atendimento das necessidades dos proprietários dos meios de produção, desconsiderando questões fundamentais para os trabalhadores, como a habitação de interesse social.” (LUCIANO; MELLO, 2019, p. 2).

Outra “problemática” citada pelas autoras dos trabalhos analisados, é o “fenômeno das populações marginais”, Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983) explica que tal situação se dá devido a intensa migração do campo para a cidade, culminando numa “estrutura dualista”, uma parte integrada e outra marginalizada do dinamismo socioeconômico. Maria de Fátima da Silva Abinader (1970, p. 28) indica que no país há contrastes econômicos e sociais, ou seja, áreas

com grande crescimento industrial e urbano e áreas com miséria, tal assimetria no crescimento econômico se dá devido “a) falta de planificação; b) estrutura geográfica irregular; c) concentração no sul.”.

Notamos que apesar da leitura sobre os contrastes socioeconômicos, a explicação sobre sua causa é factual e até mesmo com viés técnico, o que acompanha as análises dos tecnocratas da modernização conservadora. Além disso, acerca da ideia de uma “estrutura dual”, Leão e Ogama (2017, p. 246) apontam para o entendimento de Jacques Lambert no livro *Os Dois Brasis*, no qual o autor esclarece a existência de uma dualidade estrutural na sociedade brasileira: “convivem diversos tempos de sua formação na colônia e sua dinâmica histórica, dualismo que, desde logo, é imprescindível superar para a consecução de um Brasil moderno, industrializado [...]”.

Por conseguinte, Aguiar (2011) ressalta que desde o início da década de 1960, o Serviço Social já se apropriava deste entendimento. Ayda Reis já citava esta obra no II Congresso Brasileiro de Serviço Social; segundo ela, o autor de ‘*Os Dois Brasis*’ “[...] traça com uma propriedade o perfil dos dois países que somos: do Brasil arcaico e do Brasil novo – duas estruturas coexistentes, indissolúvelmente ligadas, que se contrastam e onde se inserem subculturas numerosas.” (AGUIAR, 2011, p. 134)

Atentamos que tal análise, apesar de identificar a estrutura dual, parte de uma visão mais clássica de desenvolvimento. Conforme Leão e Ogama (2017, p. 247), para o autor de *Os Dois Brasis*, a superação dessa dualidade é possível por meio do desenvolvimento, ou seja, “o Brasil arcaico precisa ceder diante do Brasil moderno, para proceder seu desenvolvimento ou ‘evolução’”. Como o próprio Lambert afirma “trata-se da difusão, em toda a América portuguesa, de uma revolução econômica e cultural que há muito se processa no Sul, onde tem obtido grande êxito” (LAMBERT, 1967, p.192 *apud* LEÃO; OGAMA, 2017, p. 247).

Segundo a autora do TCC “As escolas de formação profissional no processo de desenvolvimento”, Maria de Fátima da Silva Abinader (1970), este “fenômeno das populações marginais” se agrava devido às “problemáticas” no âmbito do trabalho, como segue: “há precariedade não só da formação de uma política de emprego, como as críticas de produtividade do trabalho nacional, com um reflexo de sub-emprego crônico que se poderá definir como um trabalho em más condições de produtividade pessoal” (ABINADER, 1970, p. 24-25).

Salientamos que Maria de Fátima da Silva Abinader (1970, p. 26) não explica o que seriam essas “más condições de produtividade pessoal”, mas explicita seu alinhamento à lógica governamental quando afirma que:

Haveremos de contar com o espírito renovador da Classe empresarial do Brasil, num entendimento das problemáticas da Formação Profissional, a fim de ajudarem a prosseguir no ideal que norteia e preside os altos desígnios e destinos dessas Instituições por ela mesma fundada com aquele alto sentimento de solidariedade cultural e humana.

Diferente da análise da autora, recordamos que durante o período ditatorial houve uma acentuada exploração da força de trabalho, que foi convocada a participar do projeto desenvolvimentista, sendo assim “sacrificada pelo aumento da jornada e pelo arrocho salarial incorporados pelo modelo econômico como peças importantes da aceleração do crescimento.” (PONTE, 2010, p. 186).

Ianni (2019) relembra que todas as reformas realizadas pela ditadura estavam baseadas na subordinação da classe operária, sendo que o principal instrumento da economia política foi a política salarial, nas palavras do autor:

Na prática, foi a classe operária que sofreu o maior impacto da política salarial dos governos militares. Tratava-se de aumentar a taxa e a massa de mais-valia, de modo a garantir a expansão e a consolidação econômica e política do capital monopolista; garantir a grande burguesia nacional e imperialista. Foi assim que o Estado encarregou-se do conjunto da questão salarial: estudo, decisão, execução e fiscalização. Depois de estabelecer diretrizes para o arrocho salarial no setor público em geral, o Estado foi levado a estender essas e formular novas diretrizes para o controle salarial no setor privado. Para aumentar a eficácia desse controle, os governantes ameaçaram, prenderam e torturaram operários e membros de diretoria de sindicatos. Inclusive houve mortos e desaparecidos. (IANNI, 2019, p. 112).

Compartilhamos do entendimento de que as políticas previdenciária, sindical e salarial fazem parte de um amplo processo de desenvolvimento da acumulação capitalista, sob domínio do imperialismo (IANNI, 2019). Destacamos que tal compreensão não é encontrada nos Trabalhos de Conclusão de Curso analisados, entretanto, algumas autoras avançam em suas análises, como é o caso de Maria Amélia Gadelha dos Santos (1982).

Sobre a previdência social, baseada em Celso Barroso Leite e Luis Paranhos Velloso, Maria Amélia Gadelha dos Santos (1982) assinala que os problemas da previdência social são os mesmos problemas genéricos do Brasil. Ademais, segundo ela, a crise da previdência se dá devido a estratégia de comprar serviços médicos para a rede de hospitais da previdência ao invés de ampliar a capacidade de atendimento da previdência social, tal situação encarece o custo do serviço de saúde e leva a distorções, além de contribuírem para uma prática instrumental da assistência médica ao invés de focalizar em programas mais eficazes como os voltados para atenção primária.

Conforme Maria Amélia Gadelha dos Santos (1982, p. 23), “ao invés de ampliar a cobertura das necessidades mais sentidas da população quanto às ações primárias e de menor custo preferiu-se expandir a internação, modalidade assistencial a ser utilizada apenas quando não houver outras alternativas.”. Maria Amélia Gadelha dos Santos (1982, p. 24) continua e afirma que:

Estes dados mostram a medicalização da Previdência Social com predominância dos programas curativos. Com os milhões de segurados desnutridos, carentes com suas condições inalteradas. E mais ainda as condições sociais geradoras desses males são mantidas com o arrocho salarial, a industrialização do campo, o êxodo rural, a incrementação dos bóias frias, enfim, com o capitalismo selvagem que acentua a concentração do poder, da propriedade, da riqueza.

Neste sentido, identificamos aspectos da calamitosa situação da previdência nesta década, consequência da própria política adotada pela ditadura civil-militar. Fagnani (2005) assinala que na década de 1980, o complexo previdenciário sofreu com uma dura crise, ocasionada pelo ajuste recessivo, visto que a principal fonte de financiamento dependia dos salários dos trabalhadores, e conforme o autor, “essas receitas declinaram, a partir de 1979, devido aos efeitos da política econômica na contratação da massa de salários.”.

Vale destacar que tais “problemáticas”, segundo os trabalhos analisados, estão diretamente relacionadas com o subdesenvolvimento. A autora do TCC “O Programa de Reabilitação Profissional e o Serviço Social- Contribuição para o processo reabilitatório”, Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983, p. 21) afirma que “o menor desassistido é uma resposta ao subdesenvolvimento produto de uma gama de problemas sociais que se integram formando um emaranhado círculo vicioso”.

Já a autora Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 110) assinala que “Cuidando da criança estamos construindo os alicerces de uma sociedade mais consciente, libertando o povo de seu subdesenvolvimento, extinguindo a privação da liberdade através da própria liberdade.”. Por fim, as autoras Ruth Israel Lopes (1974), Clarice Pazuello Benzecry (1984) e Maria de Fátima da Silva Abinader (1970) apresentam situações gerais de subdesenvolvimento:

baixo poder aquisitivo, más condições de saúde, baixo nível cultural, falta de vida associativa, carência de qualificação profissional, conflitos gerados pela aculturação na vida urbana em consequência de migrações desordenadas, enfim, toda uma série de fenômenos decorrentes da transição do estágio de subdesenvolvimento para o desenvolvimento. (LOPES, 1974, p. 58)

No que se refere ao subdesenvolvimento, ou melhor dizendo, à nossa realidade subdesenvolvida, Cristina Possas diz que ‘o atual quadro sanitário brasileiro é dramático, predominando as doenças infecciosas associadas à desnutrição e à ausência de saneamento, as quais se propagam por todo o país’. (BENZECRY, 1984, p. 10).



excesso de mão de obra desqualificada; escassez de profissionais qualificados em todos os níveis. (ABINADER, 1970, p. 45).

Aguiar (2011, p. 134) recorda que “A concepção de subdesenvolvimento é o dualismo e a nível das ciências sociais a base teórica desses assistentes sociais é o funcionalismo. Este dá aos profissionais em questão uma visão de comunidade como uma unidade harmônica.”. Desta maneira, “os disfuncionais” precisavam ser integrados, para que houvesse um “equilíbrio das tensões”, ou seja, um pleno funcionamento do sistema. O referido autor argumenta que

A ação do assistente social não se dirige aos problemas que nascem das relações sociais de produção, mas aos problemas efeitos, ou problemas ligados à vida da cidade como luz, água, melhora de ruas etc. Diríamos que o desejo de mudança nasce mais do medo em relação às massas do que de um comprometimento com essas mesmas massas (AGUIAR, 2011, p. 134-135).

Como vimos no tópico anterior, o discurso sobre o desenvolvimento era central durante período ditatorial, tendo aparecido também nos Trabalhos lidos. Uma expressão recorrente nos trabalhos é colocada por Elenise Faria Scherer (1977, p. 8), qual seja a sociedade brasileira está ‘em vias de desenvolvimento’.

Toda essa movimentação desenvolvimentista era impulsionada pela aliança com os Estados Unidos, que já vinha sendo construída desde antes da ditadura, como apontado no tópico anterior. Castro (2011) salienta que desde a década de 1950, os países desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, procuravam integrar o mercado latino-americano perante sua hegemonia econômica.

Para o imperialismo, em especial os Estados Unidos, o que se requiriria aos países subdesenvolvidos era um “desenvolvimento rápido e seguro”, isso justificou a militarização do poder e os modelos autoritários difundidos na América Latina (FERNANDES, 1975).

Aguiar (2011) aponta que uma das características da ditadura civil-militar era o “engajamento do Brasil com os Estados Unidos e com o Ocidente”, tal relação significava estreitar os laços entre os países da América Latina com os Estados Unidos, combatendo o subdesenvolvimento para impedir as ações dos países comunistas do Oriente.

Nesse sentido, Fernandes (1975, p. 21) salienta que o imperialismo é “[...] destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos.”, considerando que estes países não possuem

condições para um crescimento auto-sustentado, para a integração nacional da economia e para uma rápida industrialização [...] estavam tentando explorar uma

espécie de miniatura do modelo europeu de revolução burguesa, através de expedientes improvisados e oportunistas. (FERNANDES, 1975, p. 21).

A visão clássica de subdesenvolvimento, dentro da teoria do desenvolvimento de Walt Whitman Rostow, o entendia como uma etapa a ser superada dentro de um processo mais amplo que seria o desenvolvimento, diferentemente da ideia de diversos outros autores como exemplo Celso Furtado, que entende o subdesenvolvimento como um contexto histórico específico, tendo singularidades na América Latina (BIELSCHOWSKY, 2000).

Fernandes (1987, p. 290) indica que essa visão esquemática de que o subdesenvolvimento e a dependência iriam desaparecer conforme o avanço do desenvolvimento capitalista nos país periféricos não leva em consideração que “a expansão capitalista da parte dependente da periferia estaria fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das econômicas capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial [...]”.

Além disso, para que houvesse a autonomização do desenvolvimento capitalista seria necessária “a ruptura da dominação externa (colonial, neocolonial ou imperialista)” (FERNANDES, 1987, p. 291). O autor indica que é possível que ocorra o crescimento capitalista “acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis.” (FERNANDES, 1987, p. 291).

Aguiar (2011) afirma que o projeto de desenvolvimento envolvia a integração da população nessas ações governamentais, e para isso se fazia presente o profissional de Serviço Social. Como aponta a autora do TCC “Organizações comunitárias e o Bem- Estar social”, Vermity Santos Pereira (1976, p. 17) a obtenção do desenvolvimento social depende da crença de todos os envolvidos de que este “desenvolvimento [é] possível de atingir”. Assim, a participação das pessoas “acelera o processo desenvolvimentista, funcionando como fermento para o grande bolo que é a comunidade”, vale dizer que essa requisição de participação dos moradores das comunidades era feita pelas políticas de ação e pelos programas nacionais.

Como explana Aguiar (2011), o Assistente Social participava do momento de execução das políticas sociais e tinha como função:

no dizer de Safira: ‘de eliminar os obstáculos ao crescimento econômico – tais como a resistência cultural às inovações – à criação de condições imprescindíveis à eficácia do mesmo’. Ela tem a função de fazer a economia funcionar dentro dos padrões capitalistas (AGUIAR, 2011, p. 146).

É notável essa relação entre o desenvolvimento do país e o capital humano<sup>20</sup>. A autora do TCC “Experiências do Serviço Social no campo previdenciário”, Ruth Israel Lopes (1974) aponta que os processos de desenvolvimento devem se ocupar de todas as dimensões das condições de vida do homem e não somente do aumento da riqueza do país. Em consonância, Maria Lenize Tapajós Maués (1971, p. 12) afirma que desenvolvimento não se refere somente ao âmbito econômico, sendo indispensável “um complexo lastro educativo-instrução, saúde, formação de técnicos e profissionais, promoção humana e social. É um processo de valorização humana capaz de dar ao homem melhores condições para enfrentar as exigências do progresso’.”.

Segundo Ferreira e Bittar (2008), pela filiação entre o Brasil e os Estados Unidos durante esse período e a forte influência da “escola econômica” de Chicago, os tecnocratas sustentavam o aumento da produtividade econômica a partir dos pressupostos instrumentais da ‘teoria do capital humano’. Tal concepção foi desenvolvida por Theodore W. Schultz, na qual entendia que a “educação/instrução” é um bem de consumo de longa duração e, acima de tudo, um valor social de caráter econômico.

Essa teoria permitiu fazer uma relação direta entre educação e economia, atribuindo à educação, a capacidade de fomentar a produtividade econômica; assim, a educação passa a ser subordinada à lógica do crescimento econômico. Além disso, a tese do capital humano defende que os trabalhadores se transformaram em capitalistas, devido à aquisição de “educação/instrução” que possui valor econômico.

É nesse sentido que se encontra a assertiva de Arabi Amed e Silva (1970, p. 25):

A educação gera desenvolvimento – e, por sua vez, o desenvolvimento gera educação. Esta evidência está a indicar que o segmento empresarial, especialmente da faixa tecnológica industrial, não pode limitar-se a condição de mero observador e canalizador dos recursos provenientes das universidades. Cabe-lhes participar do próprio processo de produção desses recursos, já que eles são um investimento de tanta importância como, por exemplo, a atualização dos parques industriais.

Desta maneira, Arabi Amed e Silva (1970, p. 26) aponta que o governo brasileiro colocou a educação como prioridade dentro dos “Quinze Programas básicos” do Ministério do Planejamento, “dando prosseguimento à sua estratégia desenvolvimentista”, realçando a dimensão educacional do desenvolvimento, utilizando-se da fala Presidente Médici em discurso

---

<sup>20</sup> Vale destacar outras referências teóricas que influenciaram o entendimento acerca do desenvolvimento, como exemplo a ideia de desenvolvimento humano de Amartya Sen. Tal concepção amplia o entendimento de desenvolvimento para além do viés econômico, o desenvolvimento, segundo o autor, “consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição enquanto agentes de sua própria mudança” (SEM, 2000, p. 10 *apud* FREITAS et.al, 2016, p. 54).

na UFRGS “À nação inteira compete a tarefa de ganhar a batalha da inteligência”. A autora Arabi Amed e Silva (1970, p. 9) finaliza, reafirmando que: “Procuro com o trabalho, mostrar o quanto uma nação – o seu povo – lucra com trabalho educativo, e, na parte prática, como educadora despertar uma, várias comunidades menores para o desenvolvimento [...]”.

Ainda abordando a questão da educação, Maria de Fátima da Silva Abinader (1970, p. 74) sugere que o Estado,

como órgão que tem o papel preponderante na educação de todo cidadão, deva responsabilizar-se pela criação de uma estrutura nacional que se constitua dos meios capazes de proporcionar ao indivíduo melhores condições sociais e morais, além da sua adaptação profissional.

Além disso, a autora prossegue: “o Estado, em nome do interesse nacional, deva convocar a co-participação das empresas, para que, através da atuação direta e indireta, estas adquiram responsabilidade no campo do ensino primário e no campo da formação imediata e futura.” (ABINADER, 1970, p. 74).

Nesse sentido, lembramos que no pós-64, os laços entre o Brasil e os Estados Unidos foram estreitados, fixando a partir de 1965, vários contratos de cooperação na área do ensino, tais contratos ficaram conhecidos como “Acordos MEC-Usaid” (SAVIANI, 2008). Desta maneira, as reformas educacionais vieram sob linhas gerais sugeridas pelos Estados Unidos, sob o signo da modernização. Conforme Chauí (1978), o projeto MEC-Usaid pautava-se em três pilares: educação e desenvolvimento, educação e segurança, educação e comunidade.

O primeiro pilar assentou como prioridades: a profissionalização rápida e a privatização do ensino, para que fosse criada uma mão de obra especializada, sobretudo no que tange à tecnologia, para atender o ‘mercado em expansão’. Devemos salientar que a ideia era criar profissionais aptos a executar saberes externos, ou seja, não se queria criar pesquisadores; nas palavras da autora “educação e desenvolvimento, como não poderia deixar de ser, significava educação e reprodução da ‘dependência’” (CHAUÍ, 1978, p. 149).

Ainda segundo a autora, o segundo pilar, educação e segurança, envolvia formar cidadãos conscientes, com noções de civismo e ânsia por solucionar os “problemas brasileiros”, obviamente, tanto o civismo quanto tais ‘problemas’ eram determinados pela ditadura, assim, como consequência e como “compensação humanística para o tópico tecnológico anterior” (CHAUÍ, 1978, p. 150), foram criadas as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB).

Motta (2014) aponta que, de forma geral, o paradigma modernizador centrava-se nesta perspectiva de crescimento econômico e melhorias no aparato estatal; por sua vez, o paradigma autoritário-conservador tinha como proposição a exclusão dos atores políticos e os segmentos subalternos, combatendo as ideias e os agentes da esquerda no âmbito da cultura e política e defendendo valores como família, moral, pátria.

Por fim, o item educação e comunidade que se referiu à relação escola-comunidade, considerando que esta levaria suas demandas àquela, e assim, a escola formaria profissionais aptos a responder tais demandas. Todavia, na prática, esta relação fixou-se em escola-empresa, já que a ‘comunidade’ ouvida e atendida era composta pelos grupos e conselhos empresariais (CHAUÍ, 1978).

Neste item, destacamos a formação e expansão do Serviço Social e sua inserção nas políticas de desenvolvimento de comunidade. Castro (2011) aponta que o Serviço Social fazia parte do pequeno rol de profissões aptas a atenderem as novas demandas do ‘desenvolvimento’. Os assistentes sociais foram chamados a se especializarem em planejamento, administração e especialmente, em desenvolvimento de comunidade, pois assim, poderiam integrar as equipes multidisciplinares, responsabilizando-se pela ‘parte social’.

Ainda conforme o autor, o desenvolvimento de comunidade, em uma concepção funcionalista, se referia a um “processo que envolvesse cidadãos e técnicos, a partir de uma base elementar, para conseguir que a comunidade, em seu conjunto, fosse uma entidade criadora” (CASTRO, 2011, p. 140). O *modus operandi* de tal processo seria a identificação de necessidades e a alocação de recursos, o que recaiu sobre a “atuação técnica” do Serviço Social e foi reconhecido como um procedimento da ação profissional, assim como Caso e Grupo.

Salientamos que a educação relacionada com o desenvolvimento era considerada por Arabi Amed e Silva (1970, p. 9) “uma forma de promoção do homem em toda sua plenitude”, ou como aponta Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 60), “a educação deve ser considerada como um processo de desenvolvimento integral do homem, de maneira que coincida com a concepção que se tem hoje de um desenvolvimento global e integral”. Para conceituação, a educação a qual Arabi Amed e Silva (1970, p. 9) se refere é “o próprio trabalho de Serviço Social aplicado no educando através de seus métodos apropriados, indo à educação de base mais além quando procura desenvolver no homem todas as suas potencialidades”.

Fagnani (2005) ao analisar as políticas sociais durante a ditadura, esclarece que a modernização conservadora se expressou no sentido de modernizar os setores institucional e financeiro o que possibilitou a expansão da oferta de bens e serviços entre as camadas médias e altas. Todavia, em seu caráter conservador, a redistribuição de renda foi reduzida e a

população mais pobre não foi atingida pelas políticas. Nesse sentido, é interessante destacarmos algumas percepções das autoras dos TCCs acerca das ações do Estado em outras áreas para além da educação, como exemplo na habitação e na penitenciária.

Na habitação, Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 34) coloca que o Brasil tem se destacado por seu empenho em solucionar sua crise habitacional, segundo ela: “O mecanismo de construções e financiamentos em operação desde agosto de 1964 é de âmbito nacional, engloba esforços tanto do governo como da iniciativa privada e possibilita, a tempo, a aquisição de moradia aos que dela necessitam.”, além disso, Neuza Teixeira (1970, p. 34-35) prossegue:

A situação habitacional do País em 1964, decorrente de cerca de vinte e cinco anos de congelamento de aluguéis e desgaste de recursos aplicados ao longo de mais de vinte anos de inflação, em financiamentos de dilatado prazo; a necessidade de reativação da indústria de construção civil e o processo de urbanização acelerada resultante do desenvolvimento industrial foram os fatores que a história registra como determinantes da busca, pelo primeiro governo da Revolução, sob a orientação do Presidente Castelo Branco; de um programa que permitisse simultaneamente o atendimento de todos esses aspectos da conjunta social do País nos primeiros meses após a Revolução de Março de 1964.

É notável a concordância da autora com toda a movimentação ditatorial no pós-1964, todavia, a partir de um viés crítico, Fagnani (2005) esclarece que desde o início da década de 1960, a situação habitacional se agravava devido às migrações do campo para a cidade, sendo assim, essa questão passou a ser vista em caráter nacional e sua solução era focada no aspecto financeiro. Desta maneira, logo após o golpe de 1964, a área da habitação foi uma das primeiras a sofrer com as intervenções estatais, visto que a “política habitacional também foi concebida como instrumento para estimular o crescimento econômico e para incorporar as massas urbanas ao mercado de trabalho, por utilizar mão-de-obra intensiva e desqualificada.” (FAGNANI, 2005, p. 55-56).

Acerca da penitenciária, dois trabalhos apontam questões relevantes. Vania Maria Nery Santana (1972, p. 33) escreve sobre os recursos e orçamentos – que apesar de bom funcionamento das atividades, “é preciso que se adote um critério técnico baseado nos índices dos custos das utilidades, segundo sua taxa de crescimento, a fim de que se evite improvisações sensivelmente prejudiciais [...]” – e Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 111) aponta que a deficiência encontrada na penitenciária está vinculada ao subdesenvolvimento do Estado – visto que este não possui condições de melhorar o local ou construir espaços para diversos trabalhos, sendo assim, “Pode ser que tudo isso venha a ser displicência dos governantes. Mesmo assim, há um total esquecimento das autoridades para com estas considerações e sugestões que podem, inclusive, constituir-se como investimento para o Estado.”.

Notamos que o foco destas percepções sobre o Estado se refere aos aspectos materiais e de recursos, não sendo identificada uma análise mais profunda referente à questão, como por exemplo a problematização sobre o aumento de pessoas em situação de prisão, que envolve a criminalização da sociedade civil, visto que “os ‘problemas sociais’ passam a ser cada vez mais enquadrados nessa ótica de criminalização. A ‘prostituição’, o ‘menor abandonado’, a ‘delinquência juvenil’ passam a definir-se como práticas criminais ou criminosas.” (IANNI, 2019, p. 259).

Por fim, salientamos que neste tópico abordamos os impactos sociais da modernização conservadora no país, a partir da percepção das autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso, evidenciando “problemáticas” na área da educação, saúde, habitação, trabalho e previdência que contrastam com os ideais modernizadores pretendidas pelo Estado. Além disso, discutimos sobre o subdesenvolvimento, desenvolvimento e sua relação com a educação, trazendo algumas percepções sobre as ações estatais nesta área, na habitação e penitenciária.

### **1.3. As implicações do projeto desenvolvimentista no Amazonas e a incorporação do curso de Serviço Social à Universidade**

As ações governamentais dirigidas pelo regime autocrático atingiram as regiões do país de forma distinta, visto seu objetivo de estimular o desenvolvimento do capitalismo no campo de forma intensiva e extensiva. Um exemplo disso é que em São Paulo e Pernambuco, a ditadura incentivou a concentração e a centralização do capital na agroindústria canavieira, enquanto na Amazônia, o incentivo era feito “à formação e expansão de empresas de mineração, extrativismo, agropecuária etc.” (IANNI, 2019, p. 43).

Importante mencionar que a autora do TCC “Colonização – Um processo de organização comunitária”, Maria José Corrêa Siqueira (1970, p. 53) corrobora com tal assertiva ao mencionar que a ‘aspiração maior do Governo’ consiste em “consolidar o domínio político e econômico do país, pela ‘multiplicação, em escala progressiva, de tais unidades [coloniais], num propósito claro de promover a ocupação do território nacional, com base na atividade agropecuária”.

Considerando a função do Estado neste contexto e o sentido de todo o planejamento, são produzidos novos discursos para a região amazônica, tais como: ocupação dos espaços vazios, vazio demográfico, cobiça internacional, redução das desigualdades regionais, entre outros. A ideia de integração da região à economia nacional já vinha sendo desenhada antes da ditadura civil- militar, mas “sua completa inserção ocorreu, efetivamente, quando a SPVEA

[Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia] foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1967; por meio da Operação Amazônia<sup>21</sup>” (SCHERER, 2016, p. 37).

Durante o período da ditadura, a integração da Amazônia era justificada pelo ideário de Segurança e Desenvolvimento Nacional, no qual a segurança só viria por meio do desenvolvimento econômico; assim, “sob o pretexto de um falso nacionalismo, a região foi capturada pelo capital monopolista internacional/nacional e associado e, como consequência, integrou-se ao cenário nacional” (SCHERER, 2016, p. 41).

Tais discursos também são identificados nos TCCs analisados: Maria Lenize Tapajós Maués (1971, p. 73) escreve “Os apelos ‘é hora de construir’ ‘tudo pela Amazônia’ faz com que sintamos a nossa responsabilidade no processo do desenvolvimento sócio- econômico da região”. Segundo Icléa Costa Moreira (1972, p. 14) o estado do Amazonas é o maior produtor de juta, sendo “a única alternativa econômica para a subsistência da maioria de sua população ribeirinha”, é importante que se tenha perspectivas de exportação pelas indústrias amazonenses, como exemplo a “abertura da Transamazônica e a complementação de um plano rodoviário da Amazônia, [que] permitirão o acesso rodoviário dos países latino-americanos da costa do Pacífico e da América Central” (MOREIRA, 1972, p. 24). Um trecho do TCC “O Serviço Social e a sistemática habitacional” de Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 22) vale ser registrado na íntegra:

O momento histórico que atravessamos quando a Amazônia torna-se matéria de constante preocupação do Poder Central é altamente definido porque traduz a determinação de um Governo e o espírito de um povo inteiro. Com efeito, já existe hoje uma consciência nacional formada e cada brasileiro compreende a necessidade premente de integrar a Amazônia ao contexto econômico do País. A revolução brasileira, com seus rumos políticos definidos, recebe na Amazônia a sua maior inspiração econômica e social. A ocupação dos vazios e desenvolvimento das faixas de fronteiras serão passos decisivos das medidas de bem estar humano e a conquista desta grande área. E mercê dos esforços conjugados em que todos ora se empenham a Amazônia, a Amazônia despertará para o progresso com autêntica realidade e promissora esperança. De todos os quadrantes do País chega a esta Terra, irmãos brasileiros que despertados pelas imensas possibilidades oferecidas e por este desafio secular, aqui chegam para engajarem neste processo de redenção econômica.

O que se percebe dos discursos enunciados é a conformidade das autoras com ideário militar para a Amazônia, o governo da chamada “revolução brasileira” como colocado por

---

<sup>21</sup> Segundo Seráfico (2009, p.85), a Operação Amazônia foi um “conjunto de medidas que incluíram a criação do Banco da Amazônia S.A. (BASA) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com o fim de promover a “integração nacional” e o “desenvolvimento regional” da área”. Conforme Scherer (2009) esta Operação “foi a estratégia utilizada pelo Estado para legitimar sua intervenção e preparar o terreno para colocar em marcha o novo modelo econômico de desenvolvimento regional” (SCHERER, 2016, p. 41).



Neuza de Souza Teixeira (1970) tinha como ‘preocupação central’ a Amazônia, buscando a integração e o desenvolvimento econômico da região, sendo um exemplo colocado acima, a construção da Transamazônica.

De forma a entender esse processo criticamente, Melo (2006) assinala que a estratégia dos militares para a Amazônia envolvia um projeto de colonização das “terras vazias”, para que os colonos pudessem proteger, principalmente, as áreas que tinham fronteiras com outros países. Assim, foram feitos investimentos em estradas para que facilitassem a ligação desses locais mais distantes com o restante do país, no intento de integrar as regiões; além dos incentivos fiscais que o Estado oferecia para que os grupos econômicos nacionais e internacionais se instalassem na região.

Loureiro (2009) identifica esse processo como ‘ciclo das estradas’ e aponta que os maiores beneficiários desta infraestrutura foram os grandes capitais nacionais e multinacionais, que puderam explorar os recursos naturais e obter incentivos fiscais e econômicos, tendo em vista a política econômica estatal voltada para a acumulação do capital. Em conformidade, Ianni (2019, p. 44), acerca deste processo, aponta que

formavam-se e expandiam-se latifúndios e empresas na Amazônia, dinamizavam-se as forças produtivas e as relações de produção nessa e outras regiões; intensificava-se a subordinação formal e real do trabalho ao capital; deslocavam-se contingentes do exército de trabalhadores de reserva do nordeste, do Sul e de outras regiões do país para a Amazônia.

O maior exemplo de ação de desenvolvimento capitalista voltado para a Amazônia foi a implantação da Zona Franca de Manaus, iniciado em 28 de fevereiro de 1967, que tinha como objetivo atrair novos investimentos nas áreas agropecuária, comercial e industrial, com oferta de estímulos fiscais. Scherer (2016, p. 52) afirma que:

O modelo industrial ZFM sustenta-se, fundamentalmente, como de outras Zonas Francas espalhadas pelo mundo capitalista, em uma política abundante em incentivos fiscais e creditícios, cuja intenção era a de criar, na Amazônia Ocidental, em particular na cidade de Manaus, um polo de desenvolvimento regional e uma ocupação mais efetiva das zonas de fronteiras, por meio de um centro comercial, industrial e agropecuário.

Seráfico (2009), ao realizar uma análise sobre a Zona Franca de Manaus, salienta que esta foi a maneira específica de reintegração da região à economia global, e conseqüentemente, nacional. Seráfico (2009, p. 87) assinala que a “criação da ZFM é parte do processo de transformação da economia mundial relacionado à desterritorialização técnica e social da produção capitalista. Trata-se, portanto, de um mecanismo de dinamização econômica”.

Todavia, na situação do contexto sócio-político brasileiro, a implantação da Zona Franca “foi uma forma de conversão parcial ao liberalismo de uma política econômica de traço predominantemente protecionista” (SERÁFICO, 2009, p. 87), o que permitiu ao Estado ditatorial brasileiro a abertura da economia ao capital internacional, fomentando investimentos estrangeiros na Amazônia, e o desenvolvimento da região para manter a “segurança”.

No I Plano de Desenvolvimento Econômico (1970-1972), que continha um conteúdo voltado para maior integração nacional, foram criados “os meios de expansão da ‘fronteira econômica’ do país na direção do Centro-Oeste, da Amazônia e do Nordeste, através do Programa de Integração Nacional (PIN).” (MELO, 2006, p. 29). Segundo a referida autora, o PIN “foi um mecanismo financeiro para viabilizar a ocupação e integração da região ao país, e gerou inúmeras alterações nas paisagens amazônicas, marcadas pelos fluxos de população, pelas novas atividades e pelo desmatamento” (MELO, 2006, p. 27).

Ainda conforme esta autora,

A marca desse impulso foi a publicidade que envolveu a construção da Transamazônica e outras estradas, com o objetivo de aumentar o número de colonos. Essa propagandização, primordial para a ampliação do novo fluxo de pioneiros, foi empreendida no sentido de ressaltar o ‘sonho de ascensão social’ do migrante brasileiro, que especulava sobre a possibilidade de se tornar proprietário de terra. (MELO, 2006, p. 30).

Esta nova “frente” para colonização da Amazônia possuiu três características marcantes: 1) Agregação do aspecto político com o econômico, visto que servia ao capital e à manutenção da segurança nacional com o povoamento das áreas de fronteiras; 2) transferência da população para áreas longe dos centros de poder; 3) processo de colonização oficial, tendo como base a propriedade (MELO, 2006).

Além disso, um aspecto relevante neste processo é que a “Amazônia foi vista como solução para as pressões sociais internas advindas da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura” (MELO, 2006, p. 26), além de evitar uma possível reforma agrária no centro-sul do país.

Desta maneira, o crescimento populacional foi excepcional na cidade de Manaus. Durante a década de 1960, Manaus detinha 24% de toda a população do estado do Amazonas, já em 1980, esse número saltou para 44%. Esse crescimento foi diferente de outras localidades no Brasil, visto que foi muito mais rápido que o crescimento médio populacional de outros estados. Ademais, há uma mudança em relação ao grau de urbanização do estado do Amazonas:

em 1940, 33% da população total do estado era urbana, já em 1980, esse número chega a 60%. (FGV, 2019).

Um discurso encontrado nos TCCs e alinhado a este programa de ação para desenvolvimento da Amazônia pretendido pela modernização conservadora é o de Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 23), ao comentar sobre a ocupação na cidade de Manaus e a ação das Forças Armadas:

Verifica-se que a cidade de Manaus apresenta uma tendência de crescimento extraordinária. É esta ocupação que ora se processa e conta com a participação decisiva das Forças Armadas cujo papel relevante e insubstituível está a defesa do patrimônio nacional, empenhadas tanto em uma operação de natureza militar com uma operação de natureza econômica social. Esta participação está criando condições de efetiva segurança que possibilita a ocupação deste imenso vazio, com o estabelecimento de correntes migratórias que mais convenham aos nossos interesses pois estamos conscientes de que nosso país não possui capacidade de absorver grandes núcleos de populações, extra-territoriais sem que seja ameaçado em sua integridade territorial e mesmo a unidade Nacional. Com a fixação do Comando Militar da Amazônia na cidade de Manaus estabelece-se definitivamente um polo de desenvolvimento na Amazônia Ocidental. O C.M.A. consolida a cidade de Manaus como Polo de decisões, ação de grande eficácia para os Planos estratégicos do Governo Federal. A implantação de um verdadeiro processo de desenvolvimento, estando esta região predestinada a constituir-se para o nosso país em uma área próspera, forte e livre. Necessariamente a ocupação da Amazônia se dará através a implantação de uma infraestrutura capaz de dar o adequado apoio educacional, habitacional, sanitário e social aos que para aqui se dirigem.

Percebemos que a autora relaciona a ocupação na cidade de Manaus com uma “efetiva segurança” e com o desenvolvimento, como colocado pelo lema “Segurança e Desenvolvimento<sup>22</sup>” mencionado anteriormente. Um aspecto relevante do discurso de Neuza Teixeira (1970) é sua crença de que a ocupação do ‘imenso vazio’ na Amazônia se dará com infraestrutura adequada no âmbito educacional, habitacional, social etc. Todavia, como veremos a seguir, a partir do aumento demográfico na cidade de Manaus, as autoras dos trabalhos analisados apontam diversas “problemáticas” urbanas.

A própria autora Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 38) expõe a situação dos aglomerados sub-humanos nos bairros Educandos, Santa Luzia, Cachoeirinha, Raiz e São Raimundo: “a moradia daquelas famílias situadas em igarapés eram desprovidas de água, luz e esgoto e que despejavam seus detritos em igarapés, dos quais ainda utilizam a água.”. Além disso, as condições higiênicas eram péssimas

---

<sup>22</sup> Ianni (2019) aponta que a segurança se refere a segurança interna, ou seja, envolvia todo o aparato tecnoburocrático de controle e repressão aos opositores e aos que poderiam representar risco à ditadura, para que assim, a acumulação capitalista não encontrasse empecilhos. Já o desenvolvimento se refere ao sentido econômico, o desenvolvimento pleno da livre empresa.

devido o mal cheiro provocado pelo excremento de animais, principalmente durante o inverno que provocava inundações em terrenos alagadiços e tornando intransitável em face do transbordamento dos igarapés que atingiam as casas, fossas e cacimbas, poluindo e danificando os utensílios, surgindo o aparecimento de moscas e mosquitos (TEIXEIRA, 1970, p. 39).

Marly Bentes Nogueira (1971, p. 34) assinala que “As condições habitacionais no Estado do Amazonas são bastante precárias tanto no aspecto quantitativo, quanto no aspecto qualitativo.”. Conforme a autora, os bairros onde mais tem aglomerados sub-humanos são Educandos, Santa Luzia, São Lazaro, Nova Betânia, Compensa e Alvorada. As causas específicas dessas “problemáticas” no estado são: “elevado índice de crescimento populacional [...] alto fluxo migratório [...] atraso da indústria de construção civil [...] custos elevados de materiais de construção [...]” (NOGUEIRA, 1971, p. 34).

Realizando uma leitura analítica dissonante das autoras dos trabalhos analisados, Santos (2009, p. 138) esclarece que a Zona Franca de Manaus “transformou a cidade num centro absorvente e diversificado de mão-de-obra, com repercussões demográficas e econômicas significativas ao nível regional [...]”, desta maneira, os impactos da migração foram significativos na vida da população. Além disso, considera-se também que já existiam movimentos migratórios para Manaus durante a década de 1960 e que eram absorvidos pela “cidade flutuante”<sup>23</sup>, extinta em 1965 devido a ordem de se ter um cenário mais adequado à pretendida modernização, após um processo realizado pelo governo estadual de remoção das pessoas (majoritariamente, com precárias condições socioeconômicas) que acabaram por ocupar espaços mais distantes do centro urbano, originando bairros como Compensa e Alvorada.

Como foi visto no tópico anterior, as medidas governamentais para ao âmbito da habitação tiveram como foco o aspecto financeiro, assim, com base na Política Nacional de Habitação, a Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB AM) atendia a população de baixa renda visando suprir a necessidade de moradia, todavia, Santos (2009, p. 140) pontua que “A crise, o déficit habitacional brasileiro e a inoperância da PNH, que acabou privilegiando a classe média e deixando a população de baixa renda excluída do financiamento da casa própria, refletem-se em Manaus de maneira gritante”.

---

<sup>23</sup> Segundo Souza (2016, p. 118), a cidade flutuante “representou um modelo de ocupação dos espaços fluviais que se avolumou em Manaus a partir do final da década de cinquenta”. A cidade flutuante localizava-se nas águas do Rio Negro, entre o São Raimundo e o Porto de catraias do Educandos, sendo quase inexistente na região do Porto de Manaus. Em 1961, a “cidade” possuía 1.389 flutuantes, em 1964 esse número subiu para 2.145 e em 1966, diminuiu para 1.950, com um total de 11.400 moradores.

Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 35), autora do TCC “Nascer de novo!” também aborda o problema demográfico e apresenta a situação histórica do Amazonas, o povoamento a partir do impulso industrial da borracha e a queda da borracha no fim da guerra e o desnivelamento social, que tem como consequência o “problema do MENOR ABANDONADO”, tal “problemática” também é apontada por Marilene B. Guimarães (1971), autora do TCC “O Serviço Social atuando junto ao Palácio Rio Negro”.

Notamos que a terminologia mais utilizada nos TCCs para se referir a crianças e adolescentes é “menor”. Todavia, Dagmar dos Anjos Feitoza (1971, p. 26) esboça todo o histórico de entendimento sobre a criança e afirma que o termo “menor” é uma forma de marginalizar a criança, sendo a ‘criança marginalizada’ aquela que está à margem da sociedade e “não tem acesso à parte dos benefícios do Bem-Comum e cujas necessidades básicas não são preenchidas. Há em todas as partes, crianças sem carinho, sem escolas, mal-nutridas, desabrigadas...”.

Dagmar dos Anjos Feitoza (1971) apesar de realçar o termo criança e citar os Direitos fundamentais da criança, utiliza-se em diversas passagens da terminologia “menor”. Nesse sentido, a partir de uma outra perspectiva, destacamos a diferenciação entre “menor” e “criança”. Gomes (2014, p. 37) assinala que “criança designava a infância normativa geralmente os filhos dos estratos sociais médios e altos”, enquanto que “A palavra menor representava a infância ‘menorizada’, os filhos dos pobres, chamados de ‘menor carente’, ‘menor abandonado’, ‘menor infrator’, ou ‘menor delinquente’”.

A primeira lei voltada para proteção à infância, o chamado Código de Menores de 1927, subdividiu as crianças pobres em: “abandonados, para os que não tinham pais; os moralmente abandonados, para os que eram oriundos de famílias que não tinham condições financeiras e ou morais; e delinquentes, para os que praticavam atos ‘criminosos’ ou contravenções.” (GOMES, 2014, p. 36). Essa lei foi reformulada em 1979, porém manteve a concepção acerca do “menor” e regulamentou as “situações irregulares”.

A autora do TCC “O Serviço Social no processo de ‘reeducação’ do menor na unidade ‘Desembargador André Araújo’”, Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983, p. 8) aponta que a Zona Franca de Manaus levou “o caboclo a emigrar de suas terras em busca da ilusão de melhores condições, mas chegando aqui ele apenas faz parte do exército de reserva, sem a mínima condição de sobrevivência”, assim, Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983, p. 5-18) coloca como “problemáticas”: a “marginalização social” (p. 4), “marginalização ocupacional” (p. 4), “falta de condições para o trabalho na indústria, apresentada pelo emigrante, [no qual] pesa certamente no alto índice de analfabetismo da zona rural” (p. 4), ainda sobre o emigrante,

“o seu nível de instrução e a sua cultura diferem muito das do homem da cidade [...] tornando o trabalhador rural cheio de preconceitos e mais apegado às tradições, arredio as mudanças e inovações da cidade” (p. 4), “o ‘inchamento’ das cidades pela pobreza urbana não empregada” (p. 4), acerca das habitações destas populações, a autora menciona a questão da localização, falta de condições sanitárias, “a dificuldade para solucionar o problema de propriedade nas cidades impede ainda mais os moradores de obterem, por parte do Poder Público, ligações de água, de esgoto, pavimentação de ruas” (p. 5).

Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983, p. 11) também fala sobre a exploração da criança, pois “o menor é sempre, fonte de lucro, não reclama, não faz greve, aprende bem o ofício e é excelente auxiliar a baixo custo. São antes uns operários ideais: fracos, mas espertos, tímidos, respeitosos; governam-se facilmente; e como já dissemos ganham pouco”.

Sinalizamos que a autora Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983) apresenta as “problemáticas” da cidade de Manaus em consonância com as demais autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso analisados, todavia, possui uma visão mais atenta para tais situações, destacando a exploração de crianças e adolescentes nas indústrias e as precárias condições de vida do trabalhador.

Uma análise mais atual e completa, considerando também o tempo histórico, é feita por Pinto (2014), em entrevista ao jornal A Crítica, no qual relata que a instalação da Zona Franca de Manaus (ZFM) gerou uma nova classe trabalhadora de origem rural com um tipo específico de inserção no mercado. Todavia, conforme aponta Malagueta (2008), mesmo com o aumento de empregos a partir da implantação da ZFM, estes ainda não foram suficientes para a quantidade de pessoas que passaram a residir na capital amazonense. Desta forma, a cidade de Manaus possuía uma “estagnação econômica [que] tanto contribuía para rebaixar o valor da força de trabalho quanto para aumentar a concorrência entre os trabalhadores por emprego, o que implicava dificuldades para sua organização política” (SERÁFICO; SERÁFICO, 2005, p. 103).

Por fim, a educação também se encontrava no rol de “problemáticas” da cidade de Manaus, conforme as autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso. Como visto no tópico anterior, a educação foi objeto de preocupação de Arabi Amed e Silva (1970, p. 28), e esta menciona especificamente o caso do Amazonas, no qual “a situação educacional se entremostra de maneira bastante dramática, a exigir um acurado estudo e imediatas soluções”. Ainda conforme a autora, “a educação primária é ainda, na maior parte do território amazonense uma ficção [...] o ensino médio é inadequado e insatisfatório em termos quantitativos e qualitativos.” (SILVA, 1970, p. 29).

Tal afirmativa é corroborada com outros trabalhos, Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 73) afirma que “a falta de recursos econômicos e financeiros se traduzem na deficiência do rendimento escolar das crianças que subalimentadas se fazem presentes na Escola”. Já Luzia Oliveira Reis (1972, p. 10) escreve sobre a população “pobre e semianalfabeta”. Por sua vez, Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983, p. 4) menciona o “alto índice de analfabetismo”.

A situação educacional na região amazônica durante a década de 1960 era bem débil; conforme Cunha (1980 *apud* COSTA, 2012, p. 211), a realidade escolar na Amazônia era permeada por:

Elevado percentual da população de 7 a 14 anos não frequenta escolas; alta taxa de analfabetismo; insuficiente capacidade de absorção da rede escolar para atender a demanda de matrículas em todos os níveis de ensino; elevado índice de evasão escolar; baixo aproveitamento escolar; inadequação dos currículos e calendário escolar; desvinculação das Universidades em relação ao ensino voltado tanto para a pesquisa e novas tecnologias como para as realidades regionais; baixa qualificação do corpo docente, especialmente nas áreas rurais onde predomina o professor leigo.

A partir da implementação da Zona Franca na década de 1970, o governador João Walter de Andrade (1971-1975) se mostrou alinhado ao governo federal e passou a investir prioritariamente no setor educacional, para que estado se desenvolvesse e “imersse na modernidade”. Desta maneira, os educadores no contexto amazônico tinham o papel de envolver o sujeito para que este se empenhasse na tarefa de desenvolver econômica e socialmente a região (MALAGUETA, 2008).

A quantidade de estudantes matriculados no Amazonas aumenta consideravelmente durante a década de 1970, principalmente no 2º grau. Malagueta (2008) revela que em 1975, eram 66.728 alunos no 1º grau, no ano seguinte, esse número totaliza 84.908; já no 2º grau, em 1975, eram 7.205 alunos e em 1976, a quantidade chega a 12.147 alunos matriculados.

Todavia, o autor nos alerta que, apesar da expansão da rede de ensino do 1º e 2º graus, ela ainda não atingia toda população, visto que a oferta de educação escolar ainda estava concentrada na capital. Além disso, a qualidade das aulas era baixa, principalmente, no interior do estado, pois não tinham materiais e laboratórios para ofertar os cursos técnicos e os professores não tinham habilitação para ministrar o referido nível de ensino (MALAGUETA, 2008)

No âmbito do ensino universitário, segundo Brito (2011, p. 61), “a necessidade de pessoal qualificado em nível superior para ocupar novos postos de trabalho, a partir da criação

da SUFRAMA<sup>24</sup>, trouxe consigo a necessidade em novas áreas do conhecimento, tanto científico quanto tecnológico e humano”. Nas palavras de um ex-reitor: “O processo de industrialização vai necessitar profissionais de nível superior específicos. Deve-se aumentar o número de vagas e diversificar os cursos a serem oferecidos pela Universidade do Amazonas” (ARAÚJO, 1985, p. 320). Entretanto, como salienta Pinto (2014), a Universidade do Amazonas cresceu, mas as pesquisas pouco voltavam-se para empresas da ZFM, visto que os modelos industriais já eram consolidados nos países de origem das empresas instaladas.

Salientamos que a Universidade do Amazonas (UA) foi criada em 1962, pela Lei Federal 4.069-A, assinada pelo presidente João Goulart, mas só foi instalada a partir da criação da Fundação Universidade do Amazonas – de Direito Público, mantida pela União Federal com o objetivo de criar e manter a referida universidade com sede em Manaus –, em 1965, já no período ditatorial, ou seja, a presença da universidade no estado do Amazonas está diretamente ligada à modernização conservadora conduzida pela Estado ditatorial e pode ser entendida dentro do conjunto de estratégias de desenvolvimento do governo ditatorial para a região.

Desta maneira, devemos considerar que ao tempo em que a Universidade do Amazonas foi criada sob o signo da modernização e desenvolvimento, ela também (assim como as demais universidades brasileiras) sofreu com os aspectos conservadores desse processo. No âmbito da autonomia universitária, o Decreto-lei 477/69 criou mecanismos de controle e ‘vigília’ dentro das universidades além da definição das punições aplicadas a quem cometesse as “infrações disciplinares”.

Nessa direção, José Seráfico, em reportagem publicada por Melo (2019) no sítio eletrônico da Associação dos Docentes da UFAM (ADUA), revela que a reitoria da Universidade do Amazonas tinha uma divisão de segurança e informação que vigiava professores e professoras. Conforme relato da Professora Marilene Corrêa na mesma reportagem, a Universidade possuía um discurso estéril, neutralizado para que se evitasse a ameaça ao caráter autoritário da estrutura universitária, marcada pela falta de diálogo entre a gestão e os docentes.

Após a instalação da Universidade em 1965, cursos foram criados, como o de Ciências Contábeis e o de Administração no ano seguinte (1966), e outros cursos foram incorporados à Universidade, como exemplo o de Serviço Social no ano de 1967, por meio da resolução nº

---

<sup>24</sup> Superintendência da Zona Franca de Manaus, fundada em 28 de fevereiro de 1967 vinculada ao Ministério da Economia.



6/67 (BRITO, 2011). A Escola de Serviço Social “André Vidal de Araújo”<sup>25</sup> era um estabelecimento de ensino superior particular de propriedade de André Vidal de Araújo e sua esposa Milburges Bezerra de Araújo, reconhecido desde 7 de maio de 1957, e apesar de ter sido incorporada à Universidade em 1967, ela só foi doada à Universidade do Amazonas em 15 de julho de 1972.

Nesse sentido, destacamos que a inserção do ensino de Serviço Social no âmbito universitário não foi por acaso. Netto (2011) assenta que a modernização conservadora iniciada a partir de 1964 influenciou as mudanças ocorridas no Serviço Social, momento denominado de Renovação do Serviço Social. Conforme este autor, durante o período ditatorial, houve uma refuncionalização e expansão dos cursos de Serviço Social no país atendendo a demanda de produzir um profissional ‘moderno’ e alinhado ao governo.

Atentamos que a modernização conservadora articulada pelo Estado “engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado, para os assistentes sociais”, pois a reestruturação do Estado reorientou a “malha organizacional” responsável por planejar e executar as políticas setoriais (NETTO, 2011, p. 119)

A consolidação do mercado de trabalho profissional não foi consequência apenas da reorganização estatal, mas também das médias e grandes empresas que começaram a requisitar este tipo de profissional. Além da quantidade expressiva de assistentes sociais em empresas e em instituições sociais, o mercado de trabalho profissional se expandiu nas organizações de filantropia que eram amplamente requisitadas para enfrentar o crescimento da pobreza relativa e absoluta durante o período ditatorial.

Essa expansão do mercado de trabalho e aumento da demanda por profissionais é passível de ser observada<sup>26</sup> na quantidade de Trabalhos de Conclusões de Curso produzidos durante a década de 1970 no curso de Serviço Social em Manaus, visto que é identificado um aumento no número de formadas e, conseqüentemente, de profissionais disponíveis para adentrar no mercado de trabalho. Martins (2018) compara os lapsos temporais de 1941 a 1969<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> A Escola de Serviço Social foi fundada em 1940 e passou a funcionar oficialmente em 1941. Criada por André Vidal de Araújo, que foi incumbido de organizar a assistência social no Amazonas, ocasionando a criação do “Projeto de Organização da Assistência Social do Amazonas”, com clara fundamentação cristã. Dentre as propostas de André Vidal estava a criação de uma Escola de Serviço Social em Manaus, visto que tal profissão tinha a função de “sanar ou evitar os males sociais” e para isso demandava uma “um largo conhecimento do homem e da sociedade, e possuía métodos próprios de ação” (MONTENEGRO, 1986, p. 78).

<sup>26</sup> Tais considerações estão presentes no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Formação Profissional e Serviço Social: um estudo sobre as influências teórico-metodológicas no Amazonas” de Martins (2018).

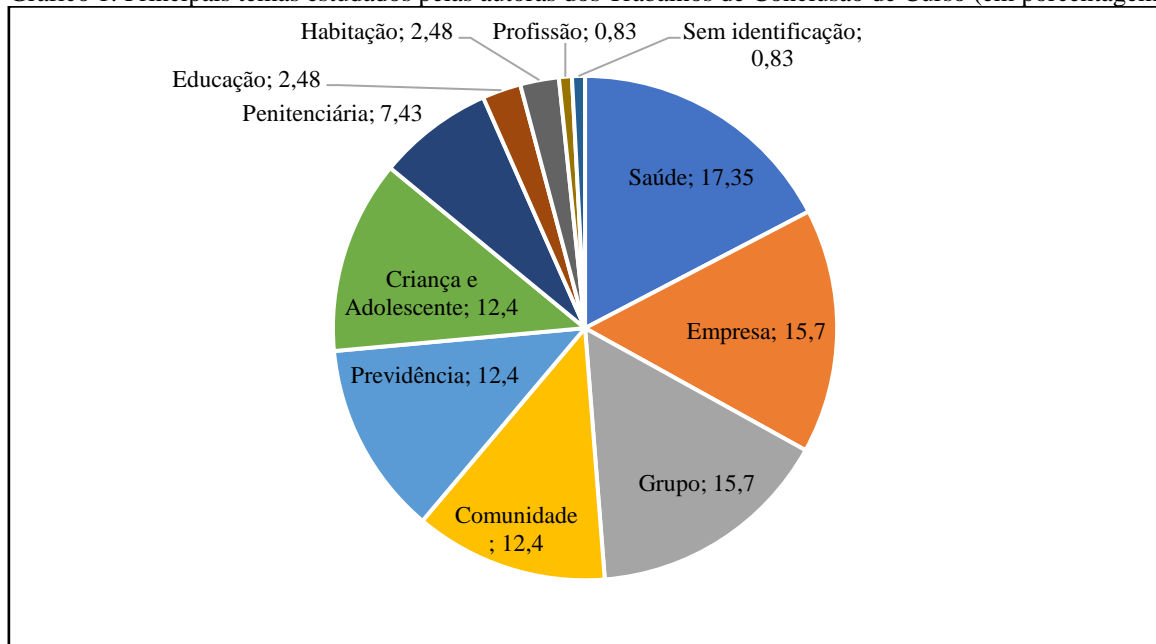
<sup>27</sup> Desde a criação da Escola de Serviço Social “André Vidal de Araújo” até um ano antes de 1970, e conseqüentemente após a incorporação da Escola à Fundação Universidade do Amazonas em 1967.

e 1970 a 1979. Considerando o total de 1.138 TCCs produzidos de 1941 a 2001<sup>28</sup>, temos que a década de 1970 teve uma produção de 380 TCCs, o que corresponde a 27,94% do total, enquanto os primeiros 28 anos (1941-1969) foram produzidos 16,69% do total de TCCs, ou seja, na década de 1970 foram formados mais assistentes sociais do que durante as três décadas anteriores.

Relembramos que durante o período correspondente desta pesquisa (1970-1985) foram produzidos 476 Trabalhos de Conclusão de Curso, todavia só foram encontrados 243 trabalhos, que entendemos como universo da pesquisa. Como mencionado na introdução, durante a pandemia de covid-19 foi possível ter acesso a 121 Trabalhos de Conclusão de Curso (100 trabalhos até 1973 e 21 trabalhos de 1974 a 1984).

Durante a leitura destes 121 trabalhos, identificamos os principais temas estudados pelas autoras:

Gráfico 1: Principais temas estudados pelas autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso (em porcentagem).



Fonte: Pesquisa documental (2021)

Além disso, ao ler os objetivos dos TCCs, notamos que estes ressaltavam que o Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência da Escola, como por exemplo, Rita de Cássia Tupinambá do Valle (1971, p. 1) afirma que

<sup>28</sup> Na pesquisa realizada, foi encontrado um “Catálogo de Trabalhos de Conclusão de Curso” no Departamento do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. Nele está contido uma lista de TCCs produzidos entre os anos de 1941 e 2001, com o nome de cada trabalho e suas respectivas autoras.

O presente trabalho, condição imposta pelo Curso de Serviço Social àqueles que o cursam, a fim de que possam receber o tão almejado Diploma, consiste, sobretudo, na exposição do trabalho executado pelo aluno no seu campo de estágio.

Notamos também que os TCCs eram relatos de suas ações no estágio, Lieth Ferreira de Alencar (1971, p. 10-11) indica que “Neste nosso trabalho procuramos dosar a parte teórica à prática, esta, calcada essencialmente na nossa vivência como estagiária no Instituto ‘Maria Madalena’”. Outro exemplo que podemos citar é o discurso de Maria das Graças V. dos Santos (1970, p. 5): “O trabalho apresentado relata a comunicação interna de um grupo de recreação, constituído por adolescentes. Este TCC [...], além de constatar o grau de entrosamento do grupo, nos mostra as falhas e os resultados alcançados, quando de nossa orientação”.

Ademais, outras autoras apenas traziam como objetivo o enfoque na área em que está situado o TCC, como exemplo, Ângela Maria Ferreira Nunes (1970, p. 14) aponta como objetivo do seu trabalho “enfocar a situação calamitosa dos menores abandonados na Amazônia e sem sombra de dúvida no restante do Brasil”. Suely Borges Oliveira (1970, p. 2), “Neste trabalho de conclusão de curso, procuramos focalizar os múltiplos aspectos sociais do sistema penitenciário do estado do Amazonas”.

Algumas autoras assinalam os objetivos de seus trabalhos, realçando suas ações de forma mais ampla, como exemplo: Luzia Farias de Oliveira (1971, p. 2) que indica como objetivo de seu trabalho “oferecer uma imagem tanto quanto possível da obra de solidariedade humana que se desenvolve no Hospital Getúlio Vargas para o bem-estar da comunidade representando na saúde do corpo e do espírito de quantos buscam e seus serviços”. Por sua vez, Eliza Maria Mittoso dos Santos (1971, p. 3) afirma que o objetivo de seu trabalho consiste em “Contribuir para uma interpretação adequada do Serviço Social é tarefa obrigatória de todos os estudiosos de serviço social, que dessa forma estarão abrindo novos horizontes para integrar esta disciplina como um meio eficaz e necessário ao processo de desenvolvimento.”.

Em síntese, neste tópico esboçamos as principais ações da modernização conservadora para a Amazônia, como a estrada Transamazônica, a Zona Franca de Manaus, a ocupação da região norte e a implantação da Universidade do Amazonas. Observamos que as autoras dos TCCs corroboravam com os discursos governamentais, mas apresentavam também as “problemáticas” urbanas advindas do crescimento populacional na cidade de Manaus, como os ‘aglomerados urbanos’, as precárias condições de vida, as crianças e adolescentes abandonados.

Por fim, destacamos a incorporação do curso de Serviço Social à Universidade, o aumento significativo na quantidade de profissionais formadas na década de 1970, os temas recorrentes estudados como saúde e empresa, e os principais objetivos dos Trabalhos de

Conclusão de Curso. Assim, assimilado estas discussões sobre o contexto em que estava inserido as produções analisadas, no próximo capítulo apresentaremos as principais tendências teóricas apreendidas nos TCCs.

## **CAPÍTULO II**

### **AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS PRESENTES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS**

Neste capítulo buscaremos apresentar um panorama das principais perspectivas teóricas encontradas nos 28 Trabalhos de Conclusão de Curso selecionados para amostra, atendendo ao objetivo específico de apreender as perspectivas teórico-metodológicas contidas nos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos no período delimitado.

É importante mencionar que os TCCs não são uniformes, ou seja, um trabalho pode apresentar mais de uma perspectiva, o que permitiu a multiplicidade de ideias aqui apresentadas. Além disso, a apresentação está dividida em sete tópicos para melhor exposição didática dos dados, todavia isso não significa que as perspectivas sejam estanques, isto é, um ideário se relaciona com os outros, como por exemplo o neotomismo que é evidenciado como uma perspectiva, mas tem suas características reiteradas em outras perspectivas apresentadas, como no funcionalismo, estrutural-funcionalismo e fenomenologia.

Por fim, indicamos que dois dos TCCs analisados se destacaram por não seguirem as principais tendências identificadas e exporem novos caminhos como o da fenomenologia e do ideário de Paulo Freire. Nesse sentido, dedicaremos os dois últimos tópicos para apresentar, ainda que de forma breve, tais perspectivas.

Salientamos que apesar de não aparecer em todos os TCCs analisados, uma particularidade identificada é a vinculação teórico-política dos textos ao desenvolvimentismo, considerando todo o impacto que este teve sob o Amazonas. No capítulo anterior, visualizamos trechos nos TCCs em que era perceptível o alinhamento de concepções das autoras com a perspectiva governamental de desenvolvimento para a Amazônia. Assim, neste capítulo terá um tópico específico para apresentar alguns elementos que também se vinculam com essa perspectiva desenvolvimentista, considerando também a relação com a vertente modernizadora em que ocorre “a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento.” (NETTO, 2011, p. 154).

#### **2.1. A Doutrina Social da Igreja Católica**

A Doutrina Social da Igreja Católica, fundamento do Serviço Social no início da profissão, teve como pressuposto filosófico, o neotomismo. Desta maneira, “os princípios de dignidade da pessoa humana, do bem-comum, entre outros, hauridos em Santo Tomás,

iluminaram a teoria e prática do assistente social, desde 1936 até 1960, de maneira preponderante” (AGUIAR, 2011, p. 55). Essa concepção permitiu aos primeiros assistentes sociais se diferenciar das ações filantrópicas, visto que esta tinha como foco a assistência material enquanto que a atuação profissional “teria um caráter técnico, porque ancorava –se em uma doutrina que permitia aos indivíduos elevarem-se da precariedade material com vistas à realização em uma esfera atemporal.” (GUEDES, 2001, p. 5)

Apesar desta perspectiva marcar o início da profissão, não significa dizer que até a década de 1970 ela tenha desaparecido por completo, pois como indica Netto (2011) durante o período da Renovação do Serviço Social ocorrem reiteraões de perspectivas tradicionais. Nos Trabalhos de Conclusão de Curso analisados nesta pesquisa, identificamos alguns discursos que se relacionam com a Doutrina Social da Igreja Católica, como por exemplo de Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 72), que em seu Trabalho, assinala que “A missão do Serviço Social, no campo social é lutar, fraternalmente, acima de interesses funcionais, pessoais e profissionais.”.

Já Icléa Costa Moreira (1972, p. 9-10) afirma que “Visa o Serviço Social curar sem violências a sociedade dos males dissolventes e anarquizantes que a atacam em suas fibras mais íntimas e vitais.”. Por sua vez, Marilene B. Guimarães (1971, p. 21) salienta que uma finalidade mais imediata do Serviço Social é atender as necessidades dos indivíduos desajustados, todavia, “sua finalidade geral, seu grande ideal, é tornar o mundo melhor fazendo com que desapareçam (ou pelo menos se atenuem) as causas dos desajustamentos.”

Notamos nesses discursos, ideais mais utópicos como “lutar fraternalmente”, “curar os males da sociedade”, “tornar o mundo melhor”. Tais percepções podem ser relacionadas dentro de uma perspectiva doutrinária católica, considerando que a ideologia que fundamentou a formação doutrinária da profissão foi a de reconstrução da sociedade em bases cristãs. Desta maneira, eram contrários “ao laicismo, ao liberalismo, ao comunismo, os católicos pretendem uma nova ordem onde a família, o Estado, a economia, a política e os costumes tenham por base o evangelho e que a sociedade seja organizada em bases corporativas” (AGUIAR, 2011, p. 45).

Outra ideia que apareceu nos TCCs analisados é a de que para ser Assistente Social é necessário vocação, dentre outros atributos, como assinalado por Luzia Oliveira Reis (1972, p. 56): o Serviço Social é “uma profissão que exige arte, técnica e principalmente vocação”; em concordância, Maria José Corrêa Siqueira (1970, p. 47) assinala que o Serviço Social é “um tipo de trabalho que exige vocação, maturidade pessoal, auto-domínio, imaginação, capacidade de iniciativa, tato e, principalmente bom senso.”.

O Serviço Social assumido como uma vocação parte de uma perspectiva de formação doutrinária (AGUIAR, 2011). Para Iamamoto e Carvalho (1982, p. 84)

A vocação de servir é concebida, nessa perspectiva, como uma escolha, oriunda de um chamado, justificado por motivações de ordens éticas, religiosas ou políticas, a que só podem aderir indivíduos dotados de certas aptidões particulares e dispostos a engajar a totalidade de suas vidas em um projeto que, antes de ser trabalho, é uma missão.

O Assistente Social deveria ser dotado de qualidades inatas, tais como: “devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 221). Tal percepção contribui para a imagem social da profissão, marcada pelo caráter missionário, o que “pode contribuir, ainda, para embaçar na e para a sua consciência as reais implicações de sua condição de trabalhador assalariado [...]” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 85).

Dentre as conceitualizações encontradas nos Trabalhos de Conclusão de Curso, destacamos a aceção de Maria Lenize Tapajós Maués (1971, p. 14) que se refere ao Serviço Social enquanto:

conjunto de esforços visando minorar os sofrimentos oriundos da miséria (assistência paliativa) recolocar os indivíduos e as famílias em condições normais de existência (assistência curativa) prevenir flagelos sociais (assistência preventiva) melhorar as condições sociais e elevar o nível da existência (assistência construtiva).

Tal definição, segundo Joazeiro (2008), foi colocada por René Sand na Primeira Conferência Internacional de Serviço Social em 1928. Assinalamos que a articulação entre as ações paliativas, curativas e preventivas tinha como valor a justiça social baseada nas encíclicas papais. Tratava-se, neste período do início do Serviço Social, de legitimar o discurso de uma profissão cristã capaz de promover o ajustamento do indivíduo e o bem-estar por meio de um procedimento técnico-científico (FALEIROS, 2011).

Ainda que tal aceção remeta ao início da profissão, constatamos que o elemento religioso apareceu em dezessete Trabalhos de Conclusão de Curso analisados nesta pesquisa. A encíclica e o papa mais comentados foram a *Populorum Progressio* de 26 de março de 1967 e o Papa Paulo VI (foi Papa no período entre 1963 e 1978). A referida Encíclica é citada, por Dagmar dos Anjos Feitoza (1972), ao conceituar família<sup>29</sup>; por Maria das Graças Alfaia do

<sup>29</sup> Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 10) afirma que “A família natural, monogâmica e estável, tal como o designio de Deus a concebeu e o cristianismo a santificou, deve continuar a ser esse lugar de encontro de várias

Lago (1974) ao abordar sobre o combate da miséria e a injustiça, promovendo o bem estar e o progresso humano e espiritual de todos, o chamado “bem comum”; e por Antônio Bittencourt Gomes (1973, p. 2) ao expor a visão cristã do desenvolvimento (*ipsis litteris* à encíclica)

O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer promover todos os homens e o homem todo... Não aceitamos que o econômico se separe do humano, nem o desenvolvimento da civilização em que ele se inclui, o que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar a humanidade inteira.

Nesse sentido, também aparece que tal desenvolvimento deve ser a serviço do homem como é exposto na encíclica, *ipsis litteris* no Trabalho de Conclusão de Icléa Costa Moreira (1972, p. 10):

qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser senão colocado ao serviço da pessoa. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torna-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual.

Por fim, a encíclica e as palavras do Papa Paulo VI surgem para dar esperança, quando são citadas por Cléa Bessa da Costa (1972, p. 3): “Continuar, sob o impulso do Espírito consolador, a obra própria de Cristo vindo ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar, não para condenar, para servir, não para ser servido.” ou quando Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 78) afirma que a situação deve ser enfrentada de forma corajosa, visto que o desenvolvimento exige transformações audaciosas e transformadoras, devendo ser empreendidas reformas urgentes, como segue:

Não se trata apenas de vencer a fome, nem tampouco de afastar a pobreza. O combate contra a miséria embora urgente e necessário, não é suficiente. Trata-se de construir um mundo em que todos os homens, sem exceção de raça, religião, ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões que lhe vem dos homens e de uma natureza mal domada.

A partir da citação de uma encíclica do Papa Paulo VI acerca do desenvolvimento e promoção humana total e igual a todos os homens, Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 78- 79) afirma “baseado neste princípio é que o Serviço Social margeia sua reformulação nas linhas de ação e teoria, procurando incessantemente melhor servir à pessoa humana e a sociedade.”.

---

gerações que reciprocamente se ajudam a alcançar uma sabedoria mais plena e a conciliar os direitos pessoais com as outras exigências da vida social.”.



Castro (2011, p. 51) salienta que as encíclicas papais são uma espécie de diretriz para o exercício da fé e da compreensão dos problemas do mundo, sendo que “em mais de uma ocasião, representaram modificações substantivas na orientação doutrinária e na ação política da Igreja católica.”. Acrescenta-se que com o avanço do capitalismo, a Igreja Católica se atualizou e passou a defender um ‘capitalismo harmonioso’, centrado na conciliação de classes e na reforma social (CASTRO, 2011), como é possível identificar nos discursos encontrados nos TCCs.

Sabemos que a *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI refere-se ao “Desenvolvimento dos povos” e inicia afirmando que “A questão social abrange agora o mundo inteiro” (PAULO VI, 1967). A encíclica é dividida em partes, sendo a primeira voltada “para o desenvolvimento integral do homem” e a segunda “para um desenvolvimento solidário da humanidade”, tais conteúdos correspondem ao momento histórico em que foram escritos, recordemos da tônica desenvolvimentista que se fazia presente no Serviço Social e no país desde a década de 1950, como abordado no capítulo anterior. Nesse sentido, destacamos um trecho no editorial do Documento de Araxá que se relaciona com a encíclica, como segue:

O Documento de Araxá aprovado no domingo de Páscoa [26 de março de 1967] coincide com a promulgação da Encíclica *Populorum progressio*, de S. Santidade o Papa Paulo VI. Com satisfação, o CBCISS verifica que o desenvolvimento é o enfoque comum do documento pontifício e do mais recente documento de Serviço Social do Brasil (NETTO, 2011, p. 165).

Outra encíclica citada pelas autoras dos trabalhos analisados foi a *Mater et Magistra* de 15 de maio de 1961 do Papa João XXIII (Papa durante 1958 até 1963), que é direcionada, segundo Maria José Corrêa Siqueira (1970, p. 5) “aos trabalhadores rurais e cidadãos de regiões menos desenvolvidas para que estes assumam as atividades de seu próprio desenvolvimento”. Além disso, é citada por Vermity Santos Pereira (1976, p. 3) para compreender o bem comum como “o conjunto de condições sociais que permitem aos homens atingir mais plena e facilmente a sua própria perfeição”.

Além disso, comentários e citações gerais sobre encíclicas e discursos papais são encontrados também nos Trabalhos de Conclusão de Curso, tais como: Arabi Amed e Silva (1970, p. 14), ao abordar a “problemática” educacional e como de fato deveria ocorrer a educação, cita a encíclica *Pacem in Terris* de 11 de abril de 1963; Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 45) cita um discurso do Papa Clemente XI (Papa no período de 1700 até 1721) falando “é muito pouco reprimir os delinquentes, o que é indispensável é corrigi-los pela

disciplina da fé”. Marilene B. Guimarães (1971, p. 15- 16) menciona e a encíclica *Rerum Novarum* de 15 de maio de 1891 do Papa Leão XIII (Papa de 1878 até 1903),

Ao Estado, cabe o dever de assistir bem seus cidadãos. No dizer sábio do Papa Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum*: “É por isso que, entre os graves e numerosos deveres dos governantes que querem prover, como convém, ao bem público, o principal dever, que domina todos os outros, consiste em cuidar, igualmente, de todas as classes de cidadãos, observando rigorosamente as leis da justiça, chamada distributiva”.

Salientamos que a encíclica *Rerum Novarum* (em conjunto com a encíclica *Quadragesimo Anno* de 1931) teve uma significativa relevância no desenvolvimento do Serviço Social nos centros de ensino superior, no momento de sua profissionalização (CASTRO, 2011). A encíclica *Rerum Novarum* aborda sobre o operário, sua situação precária e sua contribuição, no sentido de se opor ao liberalismo e ao socialismo e anunciando uma concordância entre as classes, o documento aponta para a intervenção estatal para solucionar a problemática do operário, visto que sua finalidade é servir ao interesse comum (AGUIAR, 2011).

Por fim, duas autoras comentam sobre a Conferência Nacional dos Bispos, Arabi Amed e Silva (1970) para falar do Movimento de Educação de Base – MEB e Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 4) para agradecer a bolsa para “representar a entidade em cursos de aperfeiçoamentos no Sul do país e até mesmo no Exterior. O meu “obrigada”, pelo muito que representou para o meu instrumental teórico-prático!”. Verificamos que este último pode indicar a influência da Igreja Católica em ações complementares à formação profissional em Serviço Social no Amazonas.

## **2.2. O Neotomismo e o Humanismo cristão de Jacques Maritain**

O neotomismo é a retomada da filosofia de São Tomás de Aquino desenvolvida no século XIII. Este pensador entende que “a pessoa humana é composta de duas substâncias incompletas: o corpo e a alma. A união dessas duas substâncias numa substância única, embora composta, nos dá o ser humano.” (AGUIAR, 2011, p. 59). Desta maneira, a pessoa humana é um ser completamente distinto, sendo sua principal peculiaridade, a racionalidade, que nessa perspectiva equivale à “inteligência” e este traço diferenciado radica a dignidade da pessoa humana.

Além disso, a pessoa humana “é o ser mais perfeito no seu aspecto físico e espiritual” (AGUIAR, 2011, p. 59); considerando a superioridade da alma humana, o corpo também será

superior, perfeito e funcional para formar a pessoa humana. Há também uma perfeição espiritual que se expressa por meio da racionalidade, que conseqüentemente, traz consigo os princípios da consciência em si e da liberdade. Estes dois últimos permitem que o homem tenha consciência da sua existência distinta dos demais seres e capacidade de escolha – já que o homem é dotado de vontade – todavia, sendo um ser inteligente tenderá a buscar o bem, fim último: Deus (AGUIAR, 2011).

Ademais, entende-se que é da própria natureza da pessoa humana ser um “ser social”. O homem precisa viver em sociedade, pois seu desenvolvimento depende de outras pessoas, assim, a finalidade da construção societária é a felicidade geral, ou seja, o bem-comum (AGUIAR, 2011).

Guedes (2001) afirma que uma das maiores expressões da filosofia neotomista no Brasil é Jacques Maritain. Em consonância, Aguiar (2011) afirma que Maritain foi um grande filósofo cristão que retomou as obras de São Tomás de Aquino. Os princípios tomistas mencionados acima – dignidade da pessoa humana, perfectibilidade, inteligência racional, etc. – compõem a perspectiva “humanista integral” deste filósofo (YAZBEK, 2019). O humanismo integral de Jacques Maritain era uma filosofia prática, envolvia uma proposta de mudança de sociedade, a construção de uma nova cristandade frente as tensões ente a Igreja e o mundo moderno (AGUIAR, 2011).

Ainda, conforme Aguiar (2011, p. 75), Maritain questionou o papel dos cristãos no mundo “marcado pela mediocridade e pelo humanismo liberal-burguês” e apontou que: “trabalhariam eles então para substituir, ao regime inumano que agoniza aos nossos olhos, um novo regime de civilização que se caracterizaria por um humanismo integral”. Guedes (2001, p. 1) afirma que “para Maritain, é por ser pessoa e ter direito à dignidade que o indivíduo deve ter o mínimo de bem-estar, que não comprometa sua sobrevivência física, a ponto de destituir-lhe o direito a dedicar-se à realização na esfera a-temporal (fim último).”.

É importante mencionar que, segundo Aguiar (2011, p. 170), a visão de homem na perspectiva neotomista é assumida no Documento de Araxá, sendo salientado:

1. o homem como um ser composto de matéria e espírito; 2. o corpo e a alma constituindo uma unidade substancial; 3. o homem dotado de razão. Sua racionalidade é que nos mostra sua perfectibilidade e, conseqüentemente, sua dignidade. Esta sua capacidade o coloca no centro da criação; 4. o homem – essa unidade substancial – fazendo parte de um todo que é a unidade social. O homem como um ser social; 5. o homem como um duplo destino: o temporal e o eterno. Até que chegue a eternidade, o homem deve construir a sociedade, buscando realizar o bem-comum; dessa forma é capaz de hierarquizar o natural e o sobrenatural. A tarefa do homem é lutar contra todos os desajustamentos que impeçam a ordem querida por Deus; 6. o homem deve chegar à plena posse de Deus e para isso deve, durante sua vida, buscar sua perfeição,

seu constante aperfeiçoamento intelectual e moral. E para que o homem caminhe nessa trilha é importante uma educação moral.

Mencionamos tais questões, pois foram encontradas diversas concepções acerca do sujeito “cliente” do Serviço Social nos Trabalhos de Conclusão de Curso analisados. Maria Lenize Maués (1971, p. 67) afirma que “Em todas as áreas do Serviço Social, o homem é o fator fundamental. É para, com e pelo homem que o Serviço Social se realiza, seja em função de seu ajustamento e desenvolvimento, seja em função do seu bem estar sócio- econômico.”. Creuza Lima (1971, p. 15) afirma que “O sujeito principal do Serviço Social é o homem tanto em seu caráter individual como em seu caráter de membro das diversas sociedades, familiares, religiosas, civis, profissionais, etc.”. Desta forma, tais afirmativas corroboram com o que diz Aguiar (2011, p. 170) “o homem foi sempre considerado razão de ser do Serviço Social”.

Dentre as concepções de sujeito “cliente” do Serviço Social identificadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso, notamos que as ideias se relacionam com o neotomismo e o humanismo cristão mencionados acima; assim, destacamos as concepções de homem como *pessoa humana* e como *ser social, diretamente influenciado pelo meio em que vive*.

Na concepção de homem como pessoa humana, destacamos o TCC de Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 37), no qual afirma que “É necessário vê-se (sic) o recluso, o indivíduo sentenciado, como um indivíduo o qual há de se tratar especificamente. Muitas vezes o presidiário é um verdadeiro enfermo do corpo e da alma.”. Em consonância, Creuza Lima (1971, p. 16-17) evidencia um pouco mais o homem enquanto pessoa humana:

O homem é um ser racional e social formado de corpo e alma espiritual. De todas as coisas visíveis é a única que possui a independência e a dignidade próprias da pessoa. O corpo e a alma formam uma unidade no ser e no agir, e interpenetram-se, formando a natureza humana. [...] A personalidade<sup>30</sup> é o que define o homem como indivíduo dotado da razão e liberdade, portanto, é um atributo exclusivo do homem. [...] O homem se revela através de dois aspectos, de cuja composição resulta sua realidade total: o indivíduo e a pessoa. O indivíduo constitui o homem natural, o que participa do que há de animal na natureza humana, o que no homem se acha submetido ao determinismo das leis biológicas, o que constitui simples parte da sociedade. A pessoa constitui o homem espiritual, aquilo que o homem possui de livre em face do determinismo das leis biológicas, de autônomo em face da influência do meio ambiente e de eterno em face da contingência da natureza e da sociedade. O homem, na medida em que é um indivíduo se subordina à sociedade a cujos fins deve servir. Como pessoa é superior à sociedade e esta deve servir aos seus fins supremos.

---

<sup>30</sup> Creuza Lima (1971, p. 16) explica acerca da personalidade, que “constitui a síntese integral da atividade psíquica do homem. Representa o conjunto das tendências, disposições e caracteres fisiológicos e psicológicos, inatos e adquiridos, formando uma unidade em torno do eu.”.

Ainda tratando do homem enquanto pessoa humana, destaca-se o discurso de Icléa Costa Moreira (1972, p. 8-9) que se atenta ao homem livre:

o homem, capaz de evoluir, o homem que impulsiona também a natureza tomada na sua globalidade, o homem livre capaz de aceitar ou recusar, o homem na busca eterna da felicidade e do bem. Essa transformação é ilimitável; os seus planos não se submetem exclusivamente à lei física ou ao instinto; portanto ele é LIVRE criando a sua forma de agir, instrumentalizando-se, tornando-se o artesão do seu próprio destino. Quanto mais ele exerce uma faculdade que lhe é peculiar tanto mais ele se torna capaz de executá-la, e, à medida em que trabalha humanizando, humaniza-se, torna-se mais LIVRE, criador, responsável e consciente da sua missão perfectível.

Maria Lenize Maués (1971, p. 20-21) diz que “o homem é o sujeito principal como ser racional e social [...] aderindo a um grupo o homem satisfaz o anseio de sua adaptação a universo expresso no desejo de pertencer as coisas aos homens e a Deus.”. Ainda nessa perspectiva, Magali Martins (1971, p. 16) vai além e descreve o homem como ser capaz de criar e transformar, “E é, pois, assegurando-o e confinando-o em tal posição, que o homem se torna mais racional e empreendedor das lutas em defesa do bem estar da comunidade.”.

Na concepção de homem ser social diretamente influenciado pelo meio em que vive, destacamos alguns discursos encontrados nos TCCs, tais como: Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 66) afirma que “Todo o homem é o produto de disposições herdadas e de influência do meio”; Já Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983, p. 12) assinala que “O meio ambiente influi extraordinariamente na alimentação do indivíduo. É antiga a afirmativa de que o homem é produto do meio em que vive.”.

Além disso, Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 77-78) acentua que “O homem é uma criatura ativa, inteiramente vinculada com o seu meio. Não é uma unidade isolada que aprende imediatamente a reagir ante os estímulos sociais, mas que, desde o nascimento, vive em um mundo de interação com outros.”. Por fim, Luzelita Veras Carvalho (1974, p. 27) expõe que o homem é um produto social, somente um meio social saudável gerará um homem saudável, como segue:

O homem, no sentido psicológico, pode ser considerado como uma entidade que se desenvolve desde o nascimento até a velhice e cujo comportamento é influenciado pelos mecanismos internos e pelas pressões sociais. Socialmente, e psicologicamente, o homem reage diferentemente perante as excitações vindas de fora quando o atingem como indivíduo ou como membro de uma coletividade.

Acerca desse desenvolvimento do homem, Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 26-27) comenta que a criança tem necessidades básicas como: “de satisfação pessoal [...] de pertencer a um grupo [...] de auto- desenvolvimento”.

Em consonância, Cléa Bessa da Costa (1972, p. 69) afirma que “O ser humano deve ser visto com cuidados especiais em todas as fases da vida e principalmente na infância; esta atenção deve ser desdobrada olhando sobre tudo a parte afetiva”. Além disso, considerando o contexto à época, Maria Auxiliadora C. da Silva (1983, p. 21) acentua: “o menor como todo ser humano é a expressão do seu tempo da sua geração, da realidade sociocultural em que vive e principalmente uma síntese da humanidade.”, desta maneira, a referida autora coloca “A criança de hoje é o reflexo da destruição do espírito, ela traz na alma o estrago dos tempos. Abandonada aos caprichos de uma sociedade decadente, ela é o efeito da causa.” (SILVA, 1983, p. 16).

### **2.3. Positivismo- Funcionalismo**

O positivismo surgiu em um contexto de constituição da classe burguesa e da classe trabalhadora, e enquanto expressão das posições e interesses de classe, serviu de suporte à nova ordem societária (científico industrial), se opondo a qualquer espécie de manifestação negativa à esta sociedade, negando qualquer teoria crítica, subversiva e/ou revolucionária (QUIROGA, 1991).

No Serviço Social, esta perspectiva apreende o ser social de forma imediata, instrumental e manipuladora; sua visão teórica permanece no campo do verificável, da experimentação e da fragmentação; seu método aborda a relação aparente dos fatos, busca as regularidades, não aponta para mudanças, volta-se para conservação da ordem estabelecida (YAZBEK, 2009).

Nesse sentido, observamos concepções de Serviço Social nos Trabalhos de Conclusão de Curso que se alinham a esta perspectiva. Como por exemplo, no Trabalho de Marilene B. Guimarães (1970, p. 84) o Serviço Social é definido enquanto um conjunto “de técnicas que tem por objeto reajustar a personalidade humana no sentido do seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e social, com o fim de tornar o homem mais feliz e proporcionar maior bem estar a comunidade”.

Tal acepção pode ser encontrada no livro “Introdução ao Serviço Social” de Amaral Fontoura, que segundo Faleiros (2011, p. 750) teve sua primeira edição publicada em 1949 e tinha como proposta “considerar uma evolução da caridade para a ação social e para o Serviço

Social, incluindo neste uma ruptura com a filantropia e a piedade e incluindo uma visão técnica e científica da intervenção social.”

Vale lembrar que a matriz positivista foi o primeiro suporte teórico-metodológico da profissão e se deu por influência norte-americana a partir da década de 1940 (YAZBEK, 2009). A influência positivista norte-americana significou:

Particularmente em sua orientação funcionalista [...], configurou para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a ‘busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais’. (YAZBEK, 2009, p. 9).

Nesse sentido, identificamos que a postura profissional mencionada pelas autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso remete às ações que visavam a integração, promoção e ajustamento do indivíduo. Como afirma Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 31) no TCC “O Serviço Social e seu desenvolvimento no âmbito comunitário”, o Serviço Social age como “instrumento mutualista de adaptação indivíduo-meio”, atuando nos problemas advindos das mudanças do processo de desenvolvimento, cabendo também ao Serviço Social “desenvolver sua atividade em favor de uma integração social e um ajustamento individual por meio de seus processos profissionais”. Por fim, o Serviço Social atua no “tratamento com pessoas, no conhecimento dos recursos materiais e humanos para alcançar os objetivos de participação e aceitação do indivíduo na sua própria integração e promoção.” (LAGO, 1974, p. 32).

Em consonância, em seu TCC “Centro Social como instrumento de vida comunitária”, Elenize Faria Scherer (1977, p. 19) reitera que a ação era conduzida numa “linha integrativa e humanística”, como afirmam Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 50) “o Serviço Social procura recuperá-lo [o indivíduo] para devolvê-lo à sociedade, perfeitamente integrado a ela” e Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 2) “embasado em novas técnicas, serviço social de caso de grupo e comunidade, com arte renova o ‘velho homem’! integrando-o à sociedade!”. Ademais, a ação profissional era, segundo Luzia Oliveira Reis (1972, p. 48):

baseada na habilidade de manejar o homem, identificando suas necessidades em função dos recursos disponíveis, procurando soluções por meio da utilização dos métodos para cura, para prevenção dos males sociais, e o que é mais importante, a promoção integral da criatura humana.

Um exemplo disso é o Serviço Social na COHAB-AM, que é colocado pela autora do TCC “Habitação direito fundamental da pessoa humana”, Marly Bentes Nogueira (1971, p. 64),

como “um instrumento capaz de levar as famílias e alcançarem um melhor nível humano e social, utilizando o valor pessoal e os recursos básicos existentes nas comunidades, concorrendo, portanto, para o desenvolvimento integral das mesmas.”.

Já no Trabalho de Cléa Bessa da Costa (1972, p. 58) é colocado que o Serviço Social atua com foco na “ajuda e promoção humana, atuando no sentido de promover a humanidade e procurando dar ao paciente condições normais de vida”. Por sua vez, Icléa Costa Moreira (1972, p. 9-10) explica que “o Serviço Social busca no próprio indivíduo, o auxílio de que este carece para o reerguimento do seu equilíbrio. Utiliza-se, não somente do que lhe seja inato, mas de todas as variações que o indivíduo adquiriu no trato da vida.”.

Além disso, destacamos que com a influência do Serviço Social norte-americano, ocorreu a convivência entre a filosofia neotomista e as técnicas norte-americanas (que também eram perpassadas por princípios religiosos). Esta aliança é denominada por Yamamoto (2013), como “arranjo teórico-doutrinário”. Aguiar (2011, p. 83) aponta que a influência refletiu na

importação de técnicas de Serviço Social de Casos de início, depois de Serviço Social de Grupo e de Comunidade. Quando os assistentes sociais foram estudar nas universidades americanas, o chamado Serviço Social de Casos era o mais desenvolvido. O Serviço Social de Casos recebeu, de início, influência da Sociologia, mas é a Psicologia que fundamentará esse método; há preocupação com o indivíduo, suas emoções e personalidade.

Notamos que as técnicas de Caso, Grupo e Comunidade são mencionadas em 25 dos 28 trabalhos analisados, em maior ou menor grau<sup>31</sup>. Segundo Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 82) “[...] utiliza-se o Serviço Social de Casos e de Grupo, para conseguir os objetivos a que se propôs.”, já para Ruth Israel Lopes (1974, p. 16) era “ajudar o cliente a solucionar, por si, seus problemas”, por sua vez, para Maria de Fátima de M. Prestes (1976, p. 19):

ajudar clientes e familiares, dando-lhes através de técnicas específicas um pouco de alívio espiritual, pois só desta maneira crianças e responsáveis poderão encarar com otimismo os casos de doenças que são apresentados à Obra.

Em relação ao Serviço Social de Caso, de forma geral o conceito era, segundo Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 82):

é uma ação dinâmica, mútua entre o Assistente Social e o cliente, deliberadamente utilizada para que os problemas de desajuste que afetam o indivíduo e sua família, possam ser solucionados pelo desenvolvimento de suas próprias potencialidades e

---

<sup>31</sup> Alguns trabalhos só mencionaram como métodos utilizados no estágio, enquanto outros trabalhos fizeram longas discussões sobre os três processos e expuseram vários casos ou relatórios de grupo.



pelo conhecimento e utilização dos recursos oferecidos pela comunidade, tem-se oportunidade de conhecer melhor o caso, atuar nele e adquirir confiança do cliente [...].

Com a finalidade de melhor visualização dos dados, o quadro 3 expõe as principais discussões presentes nos TCCs sobre Serviço Social de Caso.

Quadro 3: Discussões sobre o Serviço Social de Caso encontradas nos TCCs analisados (1970-1985).

<b>Tema</b>	<b>Quantidade de TCCs que abordam o tema</b>	<b>As autoras que abordam o tema</b>
Sobre os instrumentos utilizados	9	Dagmar dos Anjos Feitoza (1972), Cléa Bessa da Costa (1972), Luzelita Veras Carvalho (1974), Dislene Maria Castro do Casal (1979), Creuza Nazaré Lima (1971), Maria Amélia Gadelha dos Santos (1982), Icléa Costa Moreira (1972), Antonio Bittencourt Gomes (1973), Marilene B. Guimarães (1971)
Sobre os documentos utilizados no Serviço Social de Caso	1	Marilene B. Guimarães (1971)
Sobre o processo de trabalho: estudo, diagnóstico, tratamento social do caso	6	Cléa Bessa da Costa (1972), Luzelita Veras Carvalho (1974), Dislene Maria Castro do Casal (1979), Ruth Israel Lopes (1974), Antonio Bittencourt Gomes (1973), Marilene B. Guimarães (1971)
Sobre descrever os casos como forma de expor suas experiências de atuação	8	Dagmar dos Anjos Feitoza (1972), Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971), Maria de Fátima de M. Prestes (1976), Dislene Maria Castro do Casal (1979), Ruth Israel Lopes (1974), Maria Amélia Gadelha dos Santos (1982), Maria Amélia Alves de Freitas (1983), Magali Maria de Almeida Martins (1971)
Sobre o conceito de Serviço Social de Caso	4	Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971), Creuza Nazaré Lima (1971), Maria Lenize Tapajós Maués (1971), Marilene B. Guimarães (1971)
Sobre o conceito de Serviço Social de Caso em campos de estágio específicos	3	Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971), Luzelita Veras Carvalho (1974), Dislene Maria Castro do Casal (1979)

Fonte: Pesquisa documental (2021)

Percebemos ao longo das leituras dos TCCs que, apesar dos três métodos (Caso, grupo e comunidade) serem citados, há uma prevalência das discussões sobre Serviço Social de Caso, visto que era o método utilizado em praticamente todos os locais de estágio, enquanto que os métodos de grupo e comunidade eram mais restritos aos campos de atuação que permitiam tais ações, como centros sociais e bairros.

Em relação ao Serviço Social de Grupo, o quadro 4 apresenta as principais discussões, como segue:

Quadro 4: Discussões sobre o Serviço Social de Grupo encontradas nos TCCs analisados (1970-1985).

Tema	Quantidade de TCCs que abordam o tema	As autoras que abordam o tema
Sobre o conceito de Serviço Social de Grupo	10	Maria das Graças Alfaia do Lago (1974), Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971), Vania Maria Nery Santana (1972), Creuza Nazaré Lima (1971), Maria Lenize Tapajós Maués (1971), Antonio Bittencourt Gomes (1973), Magali Maria de Almeida Martins (1971), Luzia Oliveira Reis (1972), Marilene B. Guimarães (1971), Antonio Bittencourt Gomes (1973)
Sobre o Serviço Social de Grupo em campos específicos	2	Magali Maria de Almeida Martins (1971), Vania Maria Nery Santana (1972)
Sobre o que é um grupo, a formação de um grupo, a interação e sua importância para a socialização do homem	7	Maria José Corrêa Siqueira (1970), Maria das Graças Alfaia do Lago (1974), Elenise Faria Scherer (1977), Maria de Fátima de M. Prestes (1976), Creuza Nazaré Lima (1971), Magali Maria de Almeida Martins (1971) e Luzia Oliveira Reis (1972)
Sobre os grupos formados: grupo de crianças, jovens e mães, clube de mães, grupo do hospital infantil para criança internada	5	Maria José Corrêa Siqueira (1970), Cléa Bessa da Costa (1972), Luzia Oliveira Reis (1972), Magali Maria de Almeida Martins (1971), Maria de Fátima de M. Prestes (1976).
Sobre os instrumentos utilizados no Serviço Social de Grupo: debate, sociodrama, brainstorm, simpósio, metodologia de supervisão	1	Dagmar dos Anjos Feitoza (1972)
Sobre as atividades realizadas pelos grupos: cursos de economia doméstica, palestras, jogos, bingos, sorteios, quermesses, leituras e debates	2	Maria José Corrêa Siqueira (1970), Luzia Oliveira Reis (1972).

Fonte: Pesquisa documental (2021)

Dentre as discussões sinalizadas, devemos destacar o conceito de Serviço Social de Grupo, sendo que o conceito mais amplo encontrado é o de Antonio Bittencourt Gomes (1973, p. 57), que afirma:

O Serviço Social de Grupo é um processo educativo pelo qual o assistente social de grupo, ajuda os indivíduos a estabelecerem boas relações em grupo, os quais os ajudam a desenvolverem-se emocional e intelectualmente e os tornam capazes de funcionar adequadamente na sociedade e em outros grupos sociais.

Aguiar (2011, p. 89) explicita que o Serviço Social de Grupo, baseado na orientação neotomista, teve como referência a tese de doutoramento de Pe. Terence J. Cook, na qual ele sintetiza alguns princípios básicos: 1) todos os indivíduos tem necessidades comuns, e por serem sociais e viver em sociedade, tratam de satisfazer suas necessidades em grupo; 2) o objetivo da ação deve ser “o desenvolvimento do indivíduo por meio do grupo em que algumas

necessidades são satisfeitas e o desenvolvimento do indivíduo e do grupo”; 3) “a dinâmica interação entre os membros do grupo e o trabalhador e o grupo é meio primário de crescimento pessoal, mudança e desenvolvimento”.

Já o método de Serviço Social de Comunidade será destacado no próximo tópico, pois relaciona-se com a perspectiva desenvolvimentista encontrada em alguns TCCs. Desta maneira, ainda expondo aspectos da formação que se aproximam da perspectiva funcionalista, identificamos nos trabalhos analisados, discursos quanto aos objetivos/finalidades do Serviço Social enquanto profissão, tais como: promover/contribuir para a adaptação dos indivíduos e o meio social, buscando criar, conforme Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 30), as “condições específicas e necessárias para o desenvolvimento e para a resolução dos problemas humanos”. Além de mobilizar, segundo Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 81), “cada comunidade para resolver seus problemas de adaptação a uma sociedade em contínua transformação.”.

Nas palavras de Maria Lenize Tapajós Maués (1971, p. 42) “a especialidade específica e primordial do Assistente Social é a adaptação do homem à sociedade e o desenvolvimento das suas aptidões, tendências e valores”. Eliana de Souza Vieira (1978, p. 16) afirma que o Serviço Social objetiva a “auto-promoção do homem e sua integração na comunidade”; Creuza Nazaré Lima (1971, p. 12) expõe de forma clara:

São objetivos fundamentais do Serviço Social: a) promoção do homem para que ele se firme na plenitude de suas potencialidades; b) tornar o homem agente da mudança e desenvolver suas aptidões no sentido de humanização das estruturas sociais; c) contribuir para a criação de condições que permitam a modificação da realidade anti-social.

A integração dos indivíduos aparece como finalidade do Serviço Social no artigo 1º do INPS, legislação nº 44, conforme Ruth Israel Lopes (1974, p. 14), qual seja “mobilizar as capacidades próprias dos indivíduos, grupos e comunidades, visando a integração psicossocial dos beneficiários.”. Importante destacar que a autora deste Trabalho conceitualiza o termo “integração psicossocial” sendo para o Serviço Social “um objetivo genérico, caracterizando-se pelo fato de dirigir-se ao cliente na qualidade de beneficiário (segurado ou dependente), situando-se, desse modo, dentro dos objetivos e limites da Instituição.” (LOPES, 1974, p. 14).

Outra ideia sobre objetivos/finalidades do Serviço Social também em evidência nos Trabalhos de Conclusão de Curso é o ajustamento/reajustamento do indivíduo. Segundo Marilene B. Guimarães (1971, p. 84) “no sentido do seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e social, com o fim de tornar o homem mais feliz e proporcionar maior bem

estar a comunidade, é que se aplica os vários métodos para se alcançar o seu objetivo.”. Sendo esta ideia de ajustamento incluída nos objetivos do Serviço Social, conforme o TCC “O Serviço Social no ângulo empresarial” de Maria Lenize Tapajós Maués (1971, p. 28-29)

São objetivos do Serviço Social: serviços corretivos de ajustamento e terapêutico para indivíduos em grupos; serviços cuja maior contribuição visa a socialização normal e o controle social; planejamento e coordenação de serviços relacionados especificamente com o bem-estar social; serviços que contribuem para a reformulação e implementação de política social; atividades de pesquisa essenciais para a avaliação de serviços para a avaliação de serviços e seu melhoramento. pois seu objetivo é dar atenção ao indivíduo, ajudando-o a adaptar-se, de uma maneira satisfatória, a um modo de viver no qual possa utilizar sua capacidade, reconhecendo seu direito de vida própria, de tomar suas próprias decisões e de assumir suas próprias responsabilidades, esforçando então o Serviço Social no sentido de promover a realização de um equilíbrio entre comunidade e as necessidades individuais.

Podemos notar que as principais ideias da finalidade do Serviço Social apreendidas nos textos analisados se referem a adaptação, integração e ajustamento/reajustamento do indivíduo. Faleiros (2011, p. 751) diz que

fundamentos ou pressupostos do Serviço Social, nas perspectivas do bom funcionamento social, são constitutivos do funcionalismo [...] tem como pressuposto que o sistema capitalista vigente e dominante é constitutivo da sociedade, e seus valores de adaptação são sistêmicos ou normais.

Além disso, o pensamento humanitário presente no Serviço Social faz com que o objetivo seja a humanização das condições de vida e de trabalho. Tal concepção difunde a “ideologia do trabalho” que entende o trabalho assalariado como parte da ordem social “natural” e a prática profissional do assistente social como um instrumento de reconhecimento da “pessoa” individualizada (IAMAMOTO, 2013).

Desta maneira, continua a autora, todas as expressões da exploração capitalista são entendidas e vistas como “problemas sociais” que justificam a ação profissional do Serviço Social, sendo que “este esquema de percepção permite conciliar a concepção humanista-cristã e a exploração burguesa do trabalho” (IAMAMOTO, 2013, p. 32). A ideia presente é a de que burgueses e operários precisam ser solidários, já que são seres humanos partes de uma mesma “comunidade produtiva”, assim, “como as bases da organização social são tidas como dadas e não são questionadas em suas raízes, a solução entrevista limita-se à reforma do homem dentro da sociedade, para o que deve contribuir o Serviço Social” (IAMAMOTO, 2013, p. 33).

Após o golpe de 1964, o que se observa é uma “modernização do Serviço Social”, na qual a profissão buscou aperfeiçoar o instrumental operativo e se aproximou dos fundamentos

da teoria da modernização das Ciências Sociais, atendendo as novas demandas postas no capital monopolista e “as exigências da política de desenvolvimento com segurança” (IAMAMOTO, 2013, p. 36).

Iamamoto (2013, p. 38) afirma que ocorreu uma tendência à psicologização das relações sociais, “que privilegia problemas de desintegração e desadaptação social e funcional, isto é, problemas relacionais que devem ser tratados através do diálogo.”. Assim, as carências objetivas são secundarizadas, já que a profissão tenta ultrapassar a visão assistencialista, e os problemas materiais são tidos como dificuldades de adaptação social do próprio indivíduo, que deve ser entendido como “pessoa”. Além disso, “a psicologização das relações sociais permite preservar o julgamento moral da clientela, agora encoberto por uma aparência científica que tem por base rudimentos da psicanálise.” (IAMAMOTO, 2013, p. 39).

Nesse sentido, salientamos que essa psicologização estava em consonância com a agenda da ditadura, pois nesse período há uma conversão de questões econômicas em questões assistencialistas e direitos em benefícios, o que corrobora, dentre outros fatores, para o entendimento dos efeitos reais da prática profissional, assim, ocorre segundo Iamamoto (2013, p. 39) “a reafirmação e aprofundamento da subordinação do Serviço Social às necessidades da política estatal de dominação e controle das classes subordinadas e, portanto, a negação de qualquer veleidade crítica que ultrapasse os limites do sistema”.

#### **2.4. Perspectiva desenvolvimentista**

O ideário desenvolvimentista estava presente no país sob impulso dos países centrais, como mencionado no primeiro capítulo. Castro (2011, p. 135) explica que desde os anos de 1940, os países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos, buscaram propiciar a integração e dinamização do mercado latino-americano ao desenvolvimento capitalista mundial. Todavia, tal integração seria sob sua hegemonia. Para tal feito, seria necessário “renovar o aparelho tecnocrático dos Estados, tecnificando-o e dotando-o de um corpo de profissionais mais funcionais ao sistema”.

O Serviço Social estava entre as profissões que estavam aptas a se adequar às novas demandas, tendo passado até meados dos anos de 1950 por formações especializadas, sendo “a profissão que mais precocemente ficou exposta às teorias funcionalistas e à influência das colocações desenvolvimentistas – viabilizadas, no seu caso particular, pelo campo de trabalho aberto com as políticas de desenvolvimento de comunidade” (CASTRO, 2011, p. 135). Entretanto, foi só depois do boom universitário nesta década que as profissões puderam se

desenvolver, o que permitiu um maior predomínio do funcionalismo e da influência norte-americana dentre elas, a concretização de um discurso oficial voltado para o esquema desenvolvimentista (CASTRO, 2011).

Salientamos que o impacto dessas ideias na profissão foi muito maior quando “o desenvolvimentismo saltou do marco de uma proposta para resolver os problemas do atraso e converteu-se em prática e diretriz de ação política de diversos regimes latino-americanos” (CASTRO, 2011, p. 151), considerando que a profissão ganhou um campo de implementação do seu conteúdo desenvolvimentista absorvido nos anos anteriores. Desta maneira, segundo o autor,

A emergência do desenvolvimentismo propiciou, no continente, uma alternativa que advoga, como remédio para o atraso e como via para a conquista do bem-estar social, a democracia, a integração, o progresso etc. Em outras palavras: a profissão começava a encontrar, refletidas no Estado, antigas aspirações suas, pertencentes ao núcleo mesmo das suas coordenadas conceituais – com o que o divórcio entre as precoces elucubrações desenvolvimentistas da profissão e as posturas dos governantes ficava absolvido em boa medida. (CASTRO, 2011, p. 151).

Desta maneira, não é de se estranhar discursos como o encontrado no TCC “A marginalização fator de desintegração social” de Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 78-79), em que a autora esboça o sentido da orientação do Serviço Social:

levar as populações a tomar consciência dos problemas sociais, a se tornar mais humanas e sensibilizadas, mais atuantes e autênticas, mais conscientes e mais integradas na realidade mundial. No seu dinamismo intrínseco o Serviço Social, desafiado pelas exigências e imposições do desenvolvimento, busca manifestar sua política operacional integrando-se nessa realidade em mudança como um, entre outros e sua tentativa de propiciar ao indivíduo meios e condições verdadeiramente lógicas e objetivas a plena realização de sua condição humana.

Conforme o Trabalho de Marilene B. Guimarães (1971, p. 37-38), o Serviço Social não mais atua de forma paliativa ou curativa, busca agir sobre as causas dos problemas sociais, prevenindo-os por meio do reajustamento e da educação, sendo esta “dentro de uma orientação democrática, adaptado a cultura do país onde atua intervindo nos programas de desenvolvimento e colaborando assim para sua eficácia.”.

Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 9) aponta que o Serviço Social é “capaz de ajudar efetivamente o governo na solução dos magnos problemas, visando minorar os sofrimentos oriundos da miséria em que vivem milhões de deserdados”, visto que a profissão

não age para o indivíduo, o grupo ou a comunidade, mas atua com eles para escolha, planejando o planejamento e execução do que lhes é necessário. Este planejamento deve ser objetivo, mais amplo que a comunidade, com penetração em organização de sociedade. (TEIXEIRA, 1970, p. 10).

Nesse ínterim, a autocracia burguesa alterou a conjuntura em que as ideias desenvolvimentistas estavam sendo processadas, buscando inicialmente a “neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado [...]” (NETTO, 2011, p. 141). Desta maneira, as vertentes do Desenvolvimento de Comunidade que continuaram a se discutir foram somente aquelas que “revelaram-se compatíveis com os limites da autocracia burguesa” (NETTO, 2011, p. 141), ou seja, aquelas mais tradicionais e que pensavam mudanças socioeconômicas dentro da própria sociedade capitalista.

Notamos a influência desta perspectiva desenvolvimentista na formação em Serviço Social no Amazonas, principalmente, devido à presença de discursos alinhados ao desenvolvimento proposto pela modernização conservadora explicados no capítulo anterior e nas próprias concepções de Serviço Social que mencionam o II Congresso Brasileiro de Assistente Social em 1961.

Tal evento tinha como preocupação central, o “projeto de desenvolvimento janista” que visava a formação de uma nação forte, tendo como prioridade o homem, assim, seria necessário dar atenção ao aspecto social com foco no “desenvolvimento integral, equilibrado e nacional.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 346). Em concordância, Netto (2011, p. 138- 139) esclarece que o evento

efetivamente, entronizou a intervenção profissional inscrita no Desenvolvimento de Comunidade como aquela área do Serviço Social a receber a dinamização preferencial, situada como a ponta da profissão e a mais compatível com o conjunto de demandas da sociedade brasileira.

Observamos que alguns trabalhos analisados relacionam o sujeito com o desenvolvimento, Maria das Graças Lago (1974, p. 31) aponta o homem como “Aquele que influencia demasiadamente no processo de desenvolvimento” e Vermity Santos Pereira (1976, p. 11) afirma que “Vê-se o homem como um dos principais componentes do processo de desenvolvimento, peça básica para que o mesmo seja acelerado e aumentado.”.

Ainda sobre o II Congresso, “Dá grande importância à saúde, propondo, além da perspectiva de uma melhora no nível de vida, campanhas de enriquecimento do sistema alimentar, contra a desnutrição e contra as insalubridades.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 346- 347).

Neste sentido, identificamos conceitos de Serviço Social nos TCCs, que estavam presentes também no II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, como é o caso do conceito de Serviço Social Médico, conforme o quadro 5 destaca:

Quadro 5: Conceito de Serviço Social Médico identificado nos TCCs (1970-1985).

Conceito apresentado no TCC	Autoras que o citam
Serviço Social Médico, “num hospital é o serviço especializado que visa remover os obstáculos que estejam inferindo no tratamento médico”.	Maria de Fátima de M. Prestes (1976, p. 4), Eliana de Souza Vieira (1978, p. 4), Dislene Maria Castro do Casal (1979, p. 6)
Serviço Social Médico “É uma atividade técnico-profissional exercida por Assistentes Sociais no desenvolvimento de programas de saúde, visando os problemas de ordem social e de natureza individual e coletiva.”	Luzelita Veras Carvalho (1974, p. 30), Eliana de Souza Vieira (1978, p. 4), Dislene Maria Castro do Casal (1979, p. 6)

Fonte: Pesquisa documental (2021)

Ademais, citamos que no II Congresso de Assistentes Sociais também é mencionada a situação do trabalho. Segundo Iamamoto e Carvalho (1982, p. 347) o projeto janista era baseado na eficiência, moralização e despolitização, sendo a principal preocupação “aumento da produtividade em relação à qual o trabalhador deve receber sua parte, implicando aumento de seu salário real. A saída para tanto é a qualificação do trabalhador e o salário profissional”. Dentro desta perspectiva, conforme os autores, o Serviço Social alinhou seu discurso e método às preocupações do Estado e das classes dominantes, adequando-se à perspectiva desenvolvimentista que emana do Estado.

Assim, acentuamos os trabalhos analisados que pontuam sobre o Serviço Social de Trabalho que é, segundo Maria Lenize Tapajós Maués (1971, p. 41):

uma atividade profissional que na empresa serve para estabelecer ligação entre patrão e empregado, na interpretação das reivindicações destes junto aquele, sobretudo colaborar no desenvolvimento da política social e de empresa objetivando a integração do homem ao trabalho.

Em conformidade, Icléa Costa Moreira (1972) acentua que a implantação do Serviço Social na empresa se deu devido à necessidade sentida pelos dirigentes da empresa. Segundo a autora, com o avanço tecnológico, o rendimento da maquinaria passa a implicar no rendimento do homem, e é nesse sentido que a atuação do Assistente Social deve ser feita de forma conjunta dentro da empresa, seguindo a ‘perspectiva filosófica’ que “procura situar o homem como tal, dentro do maior respeito possível, exigir dele as responsabilidades que lhes cabem com relação



a si mesmo, ao seu trabalho específico na Empresa, aos grupos aos quais pertence e à sociedade.” (MOREIRA, 1972, p. 95).

O que se verifica na prática profissional no início da década de 1960 é o deslocamento do “eixo de preocupação do indivíduo para a comunidade, dando margem à adoção de novas técnicas como reunião e nucleação de grupos.” (SIVA, 2011, p. 47). Netto (2011, p. 140) corrobora afirmando que nesse período ocorre “um duplo e simultâneo movimento: o visível desprestígio do Serviço Social ‘tradicional’ e a crescente valorização do que parecia transcendê-lo no próprio terreno profissional, a intervenção no plano comunitário.”.

Em relação ao Serviço Social de Comunidade, as autoras dos TCCs, Maria José Corrêa Siqueira (1970), Maria das Graças Alfaia do Lago (1974), Vermity Santos Pereira (1976) e Antonio Bittencourt Gomes (1973) apresentaram o conceito de comunidade e o conceito de Serviço Social de Comunidade, dos quais podemos destacar o conceito apresentado por Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 43), como segue:

processo de Serviço Social tem como finalidade, o desenvolvimento da iniciativa e liderança que os indivíduos possam tomar em suas mãos, o destino da sua comunidade, o trabalho para a comunidade e, portanto, considerado como um meio, um instrumento para o aperfeiçoamento do indivíduo. Procura preparar os indivíduos para as possíveis mudanças indispensáveis ao processo da comunidade, ajuda-las, preservando, no entanto, os valores sociais, culturais e espirituais das várias culturas.

Este processo possui fases, conforme o TCC “Atuação do Serviço Social junto ao previdenciário” de Creuza Nazaré Lima (1971): o esquema de ação após a instalação da equipe técnica: investigação preliminar; diagnóstico preliminar; planificação do plano preliminar; execução do plano preliminar; avaliação preliminar; investigação geral; diagnóstico geral; planificação geral; execução geral; avaliação geral.

Segundo Castro (2011, p. 143), a metodologia do Desenvolvimento de Comunidade partia de um esquema complexo de fases preliminares e gerais, para os profissionais “a complexidade destes procedimentos foi menos um instrumental útil de trabalho e mais uma sofisticação dificilmente implementável.”. Aguiar (2011) aponta que em 1960 é introduzido no setor acadêmico o termo “Desenvolvimento e Organização de Comunidade”, sendo consagrado no II Congresso Brasileiro de Serviço Social, mencionado anteriormente.

Maria José Siqueira (1970, p. 47) apresenta em seu TCC, a conceituação de Organização de Comunidade e Desenvolvimento de Comunidade, para que não ocorra distorções, apontando que o primeiro é “técnica a serviço do bem estar social no seu sentido mais amplo, tendo como objetivo primeiro, melhoramento dos níveis de vida de um determinado grupo, por meio do

planejamento democrático”. Já o Desenvolvimento de Comunidade, segundo Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 43) é

uma técnica social que visa a promoção humana, instrumento de acesso ao desenvolvimento, ato de conscientização e mobilização comunitária de recursos humanos e institucionais, atividades destinadas a acelerar e estimular as transformações sócio-culturais e enfim, como veículo de transformações através de uma interação dinâmica entre população e o governo.

Castro (2011, p. 142) esclarece que “A conceptualização sobre organização de comunidade revela uma perspectiva profundamente funcionalista no trato da questão social e o seu desenvolvimento, quase exclusivamente, está centrado nas peculiaridades da sociedade norte-americana.”. Além disso, o assistente social deveria focar nos “elementos materiais disponíveis” (CASTRO, 2011, p. 142) com o intuito de combiná-los de forma otimizada, organizando a população para objetivarem construções de escolas e centros médicos, desta maneira, “seu trabalho justificar-se-ia na medida em que fosse capaz de responder aos problemas com aquilo que estivesse ao seu dispor” (CASTRO, 2011, p. 142).

Ocorre uma diferenciação também entre Desenvolvimento de Comunidade e Serviço Social de Comunidade, sendo apontado que este último é um dos instrumentos do primeiro, pois segundo o Trabalho de Elenize Faria Scherer (1977), o Desenvolvimento de Comunidade exige uma equipe interprofissional e conforme Creuza Nazaré Lima (1971), o Desenvolvimento de Comunidade é um processo recente, surgido o termo no Brasil em 1957.

Ainda acerca desta diferenciação, Creuza Nazaré Lima (1971, p. 42) indica que desde 1960, algumas escolas de Serviço Social adotaram o nome “Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC) para o processo até então chamado de ‘Organização Social de Comunidade’.”. Conforme a autora, “nestes últimos anos o termo DOC parece ter sido abandonado. O Seminário de Araxá (março de 1967) descreve a sua evolução [...] ‘pelo exame da evolução de DC no Brasil [...]’” (LIMA, 1971, p. 42).

Apesar disso, Marly Bentes Nogueira (1971, p. 125) utiliza-se do termo “Serviço Social de Organização da Comunidade”, para apontar que este foi empregado “como método especial no desenvolvimento do programa sendo de real valor, pois sua finalidade é unir os esforços, necessidades e recursos dos moradores da comunidade.”.

Toda essa discussão sobre as nomenclaturas e diferentes conceituações nos chama atenção para o processo geral e mais amplo de subalternização dos métodos de caso e grupo, considerando as “potencialidades atribuídas ao exercício do desenvolvimento comunitário, no qual a grande realização consistiria, além do enfoque de problemas individuais ou grupais, na

vinculação com projetos gerais de desenvolvimento.” (CASTRO, 2011, p. 144). Todavia, devemos salientar que foram poucos trabalhos que fizeram tais discussões, como mostra o quadro 6 abaixo, as outras autoras apenas citavam o Serviço Social de Comunidade ou Desenvolvimento de Comunidade como um dos métodos da profissão, todavia, não se aprofundavam em discussões teóricas ou apresentações sobre a utilização deste método em seus locais de estágio.

Quadro 6: Discussão sobre o Serviço Social de Comunidade.

Tema	Quantidade de TCCs que abordam o tema	As autoras que abordam o tema
Subalternização dos métodos Serviço Social de caso e grupo em relação ao método de Serviço Social de Comunidade	5	Maria José Corrêa Siqueira (1970), Maria das Graças Alfaia do Lago (1974), Vermity Santos Pereira (1976), Antonio Bittencourt Gomes (1973), Creuza Nazaré Lima (1971)

Fonte: Pesquisa documental (2021)

Por fim, destacamos uma conceituação sobre o profissional Assistente Social identificada nos Trabalhos de Conclusão de Curso. Para as autoras Maria José Corrêa Siqueira (1970), Cléa Bessa da Costa (1972), Luzelita Veras Carvalho (1974) e Luzia Oliveira Reis (1972): o Assistente Social era um agente de mudanças, para Luzelita Veras Carvalho (1974, p. 43) “que propicia condições para melhor aproveitamento dos serviços médicos” e para Cléa Bessa da Costa (1972, p. 26) “capaz de modificações estruturais básicas na sociedade, com a motivação do homem e sua colaboração direta, consciente e efetiva”. Segundo Luzia Oliveira Reis (1972, p. 49)

O Assistente Social é, incontestavelmente um agente de mudanças e estas, por ele impulsionadas, serão tanto mais eficazes e salutares, à medida em que faça reconhecer o direito das gentes às liberdades civis e à igualdade de oportunidades sem que haja discriminação quanto à raça, classe social, religião, nacionalidade ou sexo, primando sempre para que seja infundido na vida das populações o espírito abençoado da democracia, do amor à pátria, do respeito aos irmãos e assim o desejo de participar das mudanças seja mais vibrante e concreto. E antes de tudo, tornar as pessoas conscientes de seu próprio valor, mostrando-lhes que todos nós somos capazes de realizar algo, e de desenvolver nossas potencialidades. Quando o indivíduo adquire a confiança em si mesmo, ele por certo tornar-se-á o agente e sujeito do seu próprio desenvolvimento.

Durante os anos de 1960 – com as novas configurações do capitalismo mundial e as mudanças econômicas, políticas e sociais na América Latina – ocorreu um movimento no Serviço Social latino-americano denominado de Reconceituação, no qual “a profissão questiona seus referenciais e assume as inquietações e insatisfações dessa conjuntura histórica em um

amplo movimento de busca de renovação profissional em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico operativo e político.” (YAZBEK, 2016, p. 19).

Barroco (2010) esclarece que o processo de erosão das bases tradicionais do Serviço Social propiciou um pluralismo na profissão, o que evidenciou sua dimensão político-ideológica, em que uma pequena parcela de profissionais passa a ter participação política e cívica, sendo que na militância católica passaram a se projetar como “agente de mudança” atuando na educação popular.

Num primeiro momento, influenciada por Althusser, entende que deve abandonar o trabalho nas instituições, concebidas como “aparelhos ideológicos de Estado”. Passa a desenvolver trabalhos na periferia dos grandes centros, nas favelas, junto aos movimentos organizados da população, criando novas formas de atuação militante. (BARROCO, 2010, p. 142).

## 2.5. Estrutural-funcionalismo

Destacamos esta perspectiva, considerando as colocações de Netto (2011) sobre o processo de renovação da profissão, no qual surgiu uma vertente marcada pelo intento de adequar o Serviço Social às requisições sociopolíticas da ditadura posta a partir de 1964, com isso buscou-se modernizar a profissão aportando-se no estrutural-funcionalismo, dando continuidade a certos aspectos tradicionais do acervo profissional e inserindo-os em uma perspectiva teórica mais moderna e menos frágil.

De forma geral, “o núcleo central desta perspectiva é a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (NETTO, 2011, p. 154). Tal perspectiva tematizou sobre o Serviço Social, principalmente, nos Seminários de Araxá (1967) e Teresópolis (1970).

Em Araxá, partiu-se da premissa de que o Serviço Social era uma prática institucionalizada que atua junto a indivíduos com desajustamentos familiares que eram causados por estruturas sociais inadequadas (CBCISS, 1986, p. 24 *apud* NETTO, 2011, p. 167). Sua atuação pautava-se nas dimensões corretivas, preventivas e promocionais, dentre desta última, para promover o homem era necessário um processo de conscientização que levaria ao desenvolvimento global.

Tal concepção aparece no Trabalho de Conclusão de Curso de Magali Maria de Almeida Martins (1971, p. 29), sendo colocado como:

O Serviço Social se caracteriza pela ação junto a indivíduos desajustados familiar e socialmente. Desajustamentos estes que acontecem de inadequadas estruturas sociais, havendo por isso técnicas especiais para a intervenção do assistente social, daí porque o Serviço Social tem caráter preventivo, corretivo e promocional.

Todavia, é também no Trabalho de Magali Maria de Almeida Martins (1971, p. 63) que aparecem aspectos “tradicional”, quando a autora discorre acerca da “problemática” da marginalização:

resta-nos concluir que, depende de nós, assistentes sociais, todo aquele que por infelicidade do acaso, estiverem por muito tempo sem uma palavra de carinho. E hoje, de nós, quase que exigem uma ajuda, um conforto e a nossa confiança. Ao assistente social, portanto é dada a oportunidade de ser acima de tudo, um vigilante pois possui a prerrogativa de conhecer as diferentes reações, no que tange ao comportamento social. E consequentemente aplicando os conhecimentos adquiridos, as técnicas apreendidas, que irá solucionar os problemas que também serão seus por profissão. Daí dizer-se que o adolescente marginalizado não deverá ser visto de maneira fria e cruel, mas sim, como pessoa humana, carente de amor e atenção.

Assim, evidenciamos a colocação de Netto (2011, p. 168) acerca do Documento de Araxá: “há a captura do ‘tradicional sobre novas bases.’. Conforme este autor, o que se nota é uma tensão em que entre o “tradicional” e o “moderno”, uma atuação microssocial com os indivíduos desajustados “num marco macrosocietário, o ‘processo de desenvolvimento’ (pensado ‘globalmente’, ou seja, ainda concedendo muito ao humanismo abstrato e eticista da ‘realização integral do homem’)” (NETTO, 2011, p. 168).

Nesse sentido, os trabalhos de Dagmar Feitoza (1972) e Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971) mencionam os níveis macro e micro de atuação, que são citados pelo Documento de Araxá. Conforme Dagmar Feitoza (1972, p. 42):

O programa de ação integrada requerido pelo processo e métodos terapêuticos do SERVIÇO SOCIAL, realiza-se em dois níveis de atuação: macroatuação- visando o estabelecimento da POLÍTICA DE AÇÃO para o equilíbrio das medidas a serem adotadas, atendendo a necessidades setoriais e globais e suas independências aos diversos fatores; sensibilidade ao centro do poder a coletividade a fim de possibilitar a integração do seu trabalho, dentro de uma participação responsável e autêntica. Microatuação- em nível de execução do programa, com a participação da comunidade, dentro da FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, como processo integrado: EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E COMUNIDADE; como técnica de TRABALHO TERAPÊUTICO a equipe de Assistentes Sociais, fez uso dos processos científicos do Serviço Social de CASO, de GRUPO e de COMUNIDADE.

Por sua vez, Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 79) escreve que “o Serviço Social atua em níveis de micro e macro estrutura, respectivamente, porque intervém em causas inseridas na administração, prestação de serviços e correção de causas que, geralmente,

ultrapassam sua possibilidade de ação direta ou isolada.”, todavia, alerta que “O nível de macro atuação não é possível de ser integrado pelo Serviço Social porque para isso ele teria que se inserir na política e planejamento concernente à melhor utilização da infra-estrutura social.” (ALENCAR, 1971, p. 82)

Como mencionamos anteriormente, Netto (2011) explicita que no Documento de Araxá há uma subsunção do “tradicional” em relação ao “moderno”. O autor explica que o Documento traz uma menção ao “sistema social”, o que adentra a perspectiva do estrutural-funcionalismo, é a partir do entendimento da “globalidade” é que ocorre o reconhecimento de que a profissão deverá atuar em dois níveis: micro, que é “essencialmente operacional [...] arrolam-se a administração e a prestação de serviços diretos” (NETTO, 2011, p. 170) e macro, que “compreende a integração das funções do Serviço Social ao nível de política de planejamento para o desenvolvimento [...] a integração, acrescenta-se, supõe ‘a participação no planejamento, na implantação e na melhor utilização da infra-estrutura social’” (NETTO, 2011, p. 170).

O referido documento distingue os marcos da infraestrutura social, econômica e física o que remete, segundo Netto (2011, p. 171), “a incorporação franca da representação segmentar dos ‘subsistemas’ da sociedade própria do neopositivismo [...]”. Tais demarcações indicam a delimitação da macroatuação, sendo esta a “adequação metodológica” da profissão, pois a microatuação só terá validade se for aliada a macroatuação, Netto (2011, p. 172) sintetiza “a demanda da macroatuação revela-se o ponto arquimédico da sua dinâmica; efetivamente, é ela que comanda todas as reflexões substantivamente novas documento em face do passado profissional”.

Nesse sentido, alguns TCCs mencionam questões como eficiência, cientificidade e teorização. Evidenciamos o TCC “Atuação do Serviço Social na área de internação de um Hospital Infantil” de Maria de Fátima de M. Prestes (1976, p. 13) em que afirma: “Toda e qualquer atividade em Serviço Social deve ser documentada, para maior demonstração de eficiência técnica e para que possa avaliar através de dados concretos a realização dos trabalhos desenvolvidos.”.

Já o Trabalho de Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 11) indica que “A evolução comunitária em áreas regionais e metropolitanas reclama a presença de Assistentes Sociais que se diplomam dentro das exigências tecnológicas modernas.”. Por fim, o Trabalho de Creuza Nazaré Lima (1971, p. 22-23) afirma que

Procurando uma resposta para referida situação, está o Serviço Social teorizando-se para pôr em prática os estudos baseados nas ciências sociais para que haja uma inserção definitiva na estrutura ocupacional, dentro das expectativas corretas com

elevado grau de eficiência que será conquistada pelos profissionais na medida em que for assumido o compromisso, de contribuir individualmente nos estudos de natureza teórica e metodologia adequadas à realidade social operante. Para que haja um aceleração no processo de institucionalização do Serviço Social é necessário que seja aumentado a cientificidade do mesmo através de diagnóstico preciso, baseado em estudos e pesquisas com previsão de resultados, intervenção racional e avaliação constantes.

Ainda Creuza Nazaré Lima (1971, p. 22-23) aponta a necessidade que as experiências sejam teorizadas e divulgadas, para que mudem a imagem que a profissão tem, assim “haverá uma abertura maior no mercado de trabalho passando os profissionais a atingirem não só na micro-atuação como na macro-atuação onde as altas decisões são tomadas.”.

Verificamos nestes discursos a importância de certos aspectos, como a documentação para maior eficiência, uma formação profissional adequada as “exigências tecnológicas modernas” e de forma mais clara, a cientificidade teórica e metodológica para a aligeirar a institucionalização profissional.

Tais questões estão consoantes com a ‘modernização profissional’ impulsionada pelo projeto ditatorial. Lembremos que nesta perspectiva o Serviço Social brasileiro foi concebido como “instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64” (NETTO, 2011, p. 154).

Desta maneira, a perspectiva modernizadora enfatizou a teorização do Serviço Social, em especial, no documento de Teresópolis, o debate sobre a metodologia da profissão. Netto (2011) identifica que Lucena Dantas, principal teórico deste seminário, tinha a pretensão voltada “para que a prática profissional do Serviço Social se desenvolva e adquira um nível mínimo de cientificidade” (DANTAS, 1978, p. 63 *apud* NETTO, 2011, p. 181).

Realçamos também algumas concepções de Serviço Social apreendidas nos TCCs que podem ser relacionadas com tal discussão. No Trabalho de Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 81) é apontado que o Serviço Social é um conjunto de “princípios filosóficos e normas científicas”, já Maria das Graças Lago (1974, p. 77) conceitua como o conjunto de “conhecimentos científicos e técnicas psicológicas e sociológicas aplicados através do processo de ajuda social à solução das situações-problemas”.

Notamos que a nomenclatura situações-problema ou situações sociais-problema podem ser vistas também na teorização de Lucena Dantas. Conforme Netto (2011), Dantas indica que o objeto da intervenção profissional do Serviço Social são as situações sociais-problema; para ele, o Serviço Social deve ser vinculado ao processo de desenvolvimento, assim “o preenchimento de necessidades surgidas com o processo de desenvolvimento constitui a

‘situação social-problema do desenvolvimento’” (DANTAS, 1978, p. 120 *apud* NETTO, 2011, p. 184).

Voltando a apresentação das concepções de Serviço Social encontradas nos trabalhos analisados e que remetem a profissão ao caráter científico e técnico, podemos destacar o discurso de Magali Maria de Almeida Martins (1971, p. 28): o Serviço Social é ciência que “objetiva a situação do homem e pretende realizar modificações na vida humana, desde que haja problema social”. Por sua vez, Maria Lenize Tapajós Maués (1971, p. 15) assinala que o Serviço Social é “verdadeiramente ‘ciência a serviço do desenvolvimento’ dos valores humanos”. Contrapondo-se a estas afirmações, Marilene B. Guimarães (1971, p. 20-21) afirma que “O Serviço Social não é uma ciência, mas baseia-se em várias ciências, tais como a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia, a Higiene, o Direito, etc.”.

Por fim, podemos elencar trechos dos TCCs que exaltam aspectos referentes a humanização e contribuição do Serviço Social ou da Assistente Social na prática profissional. Nesse sentido, focalizamos o trabalho de Creuza Nazaré Lima (1971, p. 15),

se cuida o Serviço Social de contribuir para a humanização das estruturas sociais, é perfeitamente justificável a sua atuação e execução das políticas sociais, uma vez que essas são as responsáveis pela solução dos problemas sociais, e, pelo equilíbrio de valores e normas das sociedades. Aí, portanto, a contribuição do Técnico em Serviço Social é de suma importância, uma vez que o mesmo, pela natureza de seu trabalho, conhece as necessidades e aspirações das populações, e desenvolve programas de conscientização, elementos necessários à formulação e execução das políticas sociais.

Ainda conforme Creuza Nazaré Lima (1971, p. 22), ao abordar a questão da mudança para fase científica do Serviço Social e inserção do curso no âmbito universitário, expressa que a nova atuação do Serviço Social, voltada para a prevenção e promoção do homem, tem como consequência uma modificação no mercado de trabalho, “havendo o interesse de participar em tarefas de planejamento e política social numa perspectiva de mudança social e desenvolvimento [...]”.

Já no Trabalho de Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 9-10), destacamos o trecho em que a autora discorre sobre o Serviço Social:

É uma espécie de mensageiro da administração quer pública ou empresarial. São instrumentos profissionais a transmitir as necessidades de determinada concentração humana, sugerindo sua recuperação social, econômica, educacional, e de trabalho. É um conjunto de processos destinados a estudar os aspectos da vida comunitária, avaliando-os e indicando soluções de cada núcleo populacional, sendo assim uma instituição sócio técnica administrativa, mediante a qual se pesquisa e avalia a opinião e o comportamento dos núcleos habitacionais, no sentido de empreender um programa



de ação planejada, contínuo e de comunidade e destinado a manter em equilíbrio a compreensão e fraternidade.

Atentamos no discurso de Creuza Nazaré Lima (1970) a relevância e contribuição do Serviço Social no âmbito das políticas sociais, não somente sua execução, mas também sua formação e planejamento, tarefas da macroatuação mencionadas anteriormente. Ademais, o posicionamento de Neuza de Souza Teixeira (1970) ao colocar o Serviço Social como uma “espécie de mensageiro da administração pública” remete claramente a um posicionamento tecnicista burocrático, aspecto inerente a racionalidade da modernização conservadora mencionado no tópico 1.1. desta dissertação.

## **2.6. Fenomenologia**

A perspectiva fenomenológica se fez presente no Serviço Social na vertente denominada por Netto (2011) como reatualização do conservadorismo, sendo marcada pelas formulações dos seminários de Sumaré, realizado em 1978, e Alto da Boa Vista, em 1978. Tais encontros registram o deslocamento da centralidade da perspectiva modernizadora, mesmo não tendo tanta repercussão como os seminários de Araxá e Teresópolis, e possuem como traço comum uma pobreza teórica quando comparados às discussões profissionais naquele momento (NETTO, 2011)

Tal perspectiva tem como principal característica, “a exigência e a valorização enérgicas da elaboração teórica” (NETTO, 2011, p. 203); essa proposição é uma clara oposição ao paradigma teórico-metodológico positivista e é “operada sob influxos que se reclamam vinculados à fenomenologia, reivindicação às vezes formulada por seus adeptos em termos de declarações e princípios muito próximos ao dogmatismo” (NETTO, 2011, p. 204).

Dentro desta perspectiva está o TCC “O Assistente Social e o programa de reabilitação profissional do INPS no Amazonas” de Maria Amélia Alves de Freitas (1983), que parte de teoria personalista cristã para entender o homem e operacionaliza as ações por meio da metodologia fenomenológica e do aconselhamento existencial. A autora se utiliza do Documento de Sumaré para explicar o que é a fenomenologia, enquanto ciência eidética, e a constituição de seu marco teórico, que envolvem três grandes conceitos: o diálogo, a pessoa e a transformação social.

Maria Amélia Alves de Freitas (1983, p. 8) afirma que o homem no mundo é, resumidamente, “uma pessoa, livre e responsável.”. Segundo ela, “O centro do pensamento cristão é a indissolúvel união da alma e do corpo, sendo o homem exatamente corpo e espírito

e, integralmente corpo e integralmente espírito.” (FREITAS, 1983, p. 49). Nesse sentido, “o cliente é reconhecido pessoa humana, no que se refere a sua condição e não enquanto oprimido, alienado, desajustado. Pessoa para a proposta é o homem total que é sujeito, logo racional e livre.” (FREITAS, 1983, p. 61).

A atuação da Assistente Social para Maria Amélia de Freitas (1983, p. 63) é a oferta de ajuda para que o reabilitando possa se estruturar e “encontrar o sentido para sua existência mesmo que seja um deficiente”, assim o profissional atua com uma presença empática, gentil, bondosa, respeitosa, sensível e tolerante com o modo de ser do reabilitando.

Netto (2011) pontua que um dos expoentes desta perspectiva no Serviço Social é Anna Augusta de Almeida em sua tese de livre-docência, que apresenta valores profissional de base cristã, como segue: “Nossas preocupações fundamentais estão apoiadas em critérios a partir da compreensão homem e mundo, orientada numa hermenêutica da realidade pela teoria personalista do conhecimento, por uma fenomenologia existencial e por uma ética cristã motivante.” (ALMEIDA, 1978, p. 11 *apud* NETTO, 2011, p. 205), o que faz relação com o discurso identificado no Trabalho de Maria Amélia Freitas (1983).

Além disso, Maria Amélia Freitas (1983) aponta que o referencial teórico adotado em seu TCC é o personalismo de Emanuel Mounier, devido seu alinhamento teórico com o pensamento e ação do trabalho da autora, nas palavras dela “O personalismo é, pois, uma filosofia, não apenas uma atitude. É uma filosofia, não um mero sistema” (FREITAS, 1983, p. 48). Maria Amélia Freitas (1983, p. 54-55) destaca sobre o conceito de liberdade,

A liberdade será então a afirmação da pessoa, algo que se vive, não se vê. Este conceito de Mounier sobre liberdade, descarta a concepção do homem determinado, como o faz a análise marxista. O homem não pode ser explicado como totalmente determinado e condicionado. O homem criado por deus não foi um homem ‘não programado’, um homem revestido de significado numa história de alto sentido, capaz de alterar a história. [...] Mounier amplia os horizontes da liberdade do homem quando afirma: é a pessoa que se faz livre, depois de ter escolhido ser livre. Em parte alguma encontrará a liberdade dada e constituída. Nada há no mundo que possa garantir que uma pessoa é livre se não entrar audaciosamente na experiência da liberdade. [...] Porém vale ressaltar que a liberdade não é absoluta. Não somos somente o que fazemos, o mundo não é somente o que queremos, a liberdade é limitada pelo mundo que nos antecede e pelo que vem de nós próprios, acrescentamos que a liberdade é limitada pelo amor, processo que nos levará a ser uma pessoa totalmente.

Percebemos que é mencionado que a perspectiva de liberdade se opõe a visão de homem da tradição marxista indicando o posicionamento translúcido da autora, que é a perspectiva do personalismo de Emanuel Mounier. Tal ideário teve forte influência no Serviço Social durante a década de 1970 e tinha como principal finalidade a “construção de uma sociedade da pessoa

humana” (SILVA, 2004). Ainda conforme a autora, “Dentre os autores que recorreram ao personalismo, estão aqueles que o incorporavam vinculado ao humanismo cristão e à fenomenologia, caracterizando um ecletismo na recorrência a estas três fontes teóricas.” (SILVA, 2004, p. 1).

## **2.7. Perspectiva *Paulo Freiriana***

Apesar desta perspectiva não ter um profundo destaque no Serviço Social, salientamos que este tópico foi construído devido à presença de conceitos e discussões de Paulo Freire no TCC “Tentativa de investigação diagnóstica a partir do método ‘Paulo Freire’ na clínica pediátrica e obstétrica do INAMPS” de Clarice Pazuello Benzecry (1984), o que avaliamos requerer destaque em razão da presença da influência freiriana num contexto nacional e dada a relevância do autor no campo de um pensamento que se vislumbra progressista.

A referida autora, Clarice Pazuello Benzecry (1984, p. 24) aponta o Serviço Social como “um processo educativo-pedagógico que busca tornar o homem capaz de ser agente de seu próprio desenvolvimento tornando-o capaz de questionar as estruturas e estabelecer novos valores”, tal concepção está baseada na Revista Serviço Social & Sociedade, nº 1, ano 1. Após conceituar o Serviço Social, a autora comenta

o conceito acima mencionado nos dá perspectiva de um trabalho reconceituado e que traz como ênfase a educação e a conscientização popular visando, acima de tudo, levar o homem a ser sujeito participante no estabelecimento de novos valores, atitudes e hábitos sociais. Assim sendo, o Serviço Social dentro da opção ideológica e política de seus profissionais dirige-se a dois pólos opostos de educação: educar para dominar ou educar para libertar. (BENZECRY, 1984, p. 25-26).

Este discurso pode ser relacionado com o pensamento freiriano. Machado, Silva e Tolentino (2019) explicam que a influência de Paulo Freire no Serviço Social inicia-se durante as décadas de 1960 e 1970, ou seja, durante o Movimento de Reconceituação. Suas aproximações se deram por meio do movimento católico progressista e das propostas de desenvolvimento de comunidade relacionadas à educação de base de adultos.

Netto (2011, p. 148) esclarece que o Serviço Social se aproximou da tradição marxista no marco da reconceituação, todavia, em tal aproximação ocorreu alguns equívocos, visto a utilização de manuais de divulgação, versões contaminadas com neopositivismo e “diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxista no cadinho do ecletismo”, tal situação acarretou em equívocos grosseiros, como exemplo, a suposição de congruência teórica-

metodológica com a essência do pensamento de Paulo Freire. Apesar destas questões, essa aproximação permitiu a criação de uma base para apreender a profissão sob a ótica marxista.

Clarice Pazuello Benzecry (1984, p. 6-7) também se destaca, pois em seu estágio foi feita uma investigação acerca da “problemática” materno infantil buscando apreender os aspectos de saúde relacionados com às crianças. Assim, pretendia “estabelecer a importância dos elementos pesquisados que favorecessem o direcionamento da prática do profissional no campo da saúde, privilegiando na mesma o ‘saber popular’ da clientela”. A autora dedica um tópico para explicar o conceito, objetivo e estratégias de ação do método, segundo ela, o método Paulo Freire de alfabetização é um método adaptável, sendo uma constante na educação, a reflexão sobre o homem e o mundo. O método possui como objetivo, conforme Clarice Pazuello Benzecry (1984, p. 22):

produzir uma nova visão de mundo através da ação simultânea e indiscriminada do cliente (educando) x Assistente Social (educador). A simbiose, como resultado da metodologia do Assistente Social e cliente, surge através da reflexão conjunta e da troca de saberes. A pedagogia libertadora do método busca tornar o homem sujeito, ou seja, autor de seu próprio ato de educação.

Nas referências bibliográficas da autora, notamos que Clarice Pazuello Benzecry (1984) utiliza as obras “Educação como prática da liberdade” e “Ação cultural para liberdade e outros escritos” de Paulo Freire, datados de 1983 e 1982, respectivamente.

A presença de Paulo Freire no Serviço Social envolveu uma série de equívocos. Machado, Silva e Tolentino (2019) comentam que no momento pré-64 foram realizados encontros, onde foram colocadas proposições para maior comprometimento da profissão com as demandas do povo e é nesse sentido que as concepções de Paulo Freire são utilizadas, como segue “A concepção freiriana sobre conscientização, ao valorizar o saber popular, diferia da concepção dominante, visto que negava a função de intelectual como portador e produtor de consciência [...]” (GOMES, 2011, p. 56 *apud* MACHADO; SILVA; TOLENTINO, 2019, p. 74).

Todavia, com a ditadura civil-militar tais perspectivas foram colocadas em segundo plano, mas é possível identificar traços de Paulo Freire no “Método BH”, segundo Machado, Silva e Tolentino (2019). Além disso, Abramides (2016) destaca a incorporação do método Paulo Freire por estudantes de Serviço Social ainda em 1968.

Segundo Abramides (2016), um dos elementos do processo de ruptura com o conservadorismo foi o movimento dos estudantes de Serviço Social. Uma experiência marcante, segundo a autora, ocorreu em 1968 na PUC-SP, onde os estudantes se rebelaram

contra os professores, que haviam apresentado uma metodologia de ação baseada nas “situações sociais problemas” debatidas no encontro de Teresópolis. Nesse momento, o movimento dos estudantes, baseados na perspectiva marxista encontrada na militância política, criticou

[...] a vertente funcionalista e tecnicista, debateu a importância dos campos de estágios junto à população trabalhadora, incorporou o método Paulo Freire na pedagogia da ação profissional e defendeu a participação paritária nas instâncias colegiadas entre professores, estudantes e funcionários. (ABRAMIDES, 2016, p. 462).

Por fim, destacamos que já na década de 1980, com o fim das ditaduras na América Latina, a aproximação de do Serviço Social com temas como educação popular continuou, como podemos verificar no Trabalho mencionado, considerando também que foi escrito em 1984.

### CAPÍTULO III

## O CONSERVADORISMO PRESENTE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS

Neste capítulo iremos expor as aproximações da formação profissional em Serviço Social com o conservadorismo, contemplando o objetivo de discutir sobre o conservadorismo presente na formação profissional em Serviço Social em Manaus.

Desta maneira, discutiremos sobre a origem do conservadorismo, seus teóricos e mediações relevantes para apropriação do conservadorismo no Brasil. Em seguida, evidenciaremos algumas dimensões da formação profissional em Manaus no período de 1970 a 1985, como os currículos, as disciplinas estudadas, os relatos de estágio e as técnicas utilizadas. Por fim, apresentaremos algumas expressões do conservadorismo no Serviço Social do Amazonas, com base na apresentação das principais tendências apreendidas e expostas no capítulo anterior.

Para análise, utilizamos os TCCs selecionados na amostra, os currículos mínimos de 1972, 1974 e 1979 e as ementas das disciplinas de Serviço Social Aplicado e Estágio, que foram sistematizadas em quadros apresentados nos apêndices desta dissertação.

### 3.1. Conservadorismo e Serviço Social

O pensamento conservador não é único em qualquer tempo ou qualquer sociedade. Há certo consenso de que este tenha sido gestado na Europa Ocidental, após as transformações societárias, econômicas e políticas ocasionadas pelo *processo geral de Revolução Burguesa* (ESCORSIM NETTO, 2011).

Silva (2015) acentua que este pensamento surge como uma reação à Revolução Francesa (1789), tendo como teórico pioneiro Edmund Burke. Em síntese, “Burke era irlandês, anglicano e ligado à aristocracia da terra, defendia valores religiosos para a vida social, a recristianização da sociedade, a pureza da fé, a defesa da propriedade privada e a autoridade.” (YAZBEK, 2020, p. 300).

Durante os séculos XVI a XVIII ocorreu a consolidação das revoluções econômicas-sociais e políticas, pondo fim ao Estado feudal e estruturando a sociedade capitalista. Burke, ao visualizar as mudanças empreendidas pela burguesia revolucionária, repudiou o desenvolvimento capitalista como se apresentava, devido à forma da ação política que

mobilizou as massas e destruiu as instituições sociais tradicionais da sociedade feudal (ESCORSIM NETTO, 2011).

Edmund Burke publicou a obra “Reflexões sobre a revolução na França” de 1790, que é considerada um marco do conservadorismo clássico (SOUZA, 2016). A centralidade do pensamento de Burke é sua crítica à revolução francesa, pois para ele, a revolução é um “momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas.” (SOUZA, 2016, p. 363).

A revolução nos moldes franceses de 1789 foi, para Burke, um ataque violento e sanguinário as instituições e tradições do antigo regime. Para o autor de “Reflexões sobre a revolução na França”:

A França comprou miséria com crime! A França não sacrificou sua virtude pelo seu interesse, ela abandonou seu interesse para prostituir sua virtude! Todas as outras nações iniciaram a construção de um novo governo ou a reforma de um antigo governo, pelo estabelecimento ou pela escrupulosa execução de alguns dos ritos da religião. [...] a França, ao contrário, quando destruiu os impositivos da autoridade real, redobrou a licença de costumes totalmente dissolutos, de opiniões e de práticas insolentemente irreligiosas, e estendeu a todas as classes da sociedade, como se ela lhes comunicasse algum privilégio ou lhes permitisse o acesso a algum benefício secreto, todas as funestas corrupções que geralmente eram taras apenas de ricos e poderosos. Este é um dos novos princípios da igualdade na França. (BURKE, 1982, p. 73).

Seu intuito ao criticar a revolução foi denunciar que a revolução como se processou significa “desordem e destruição”, para o conservador “as concepções de igualdade, direitos do homem, razão, antropocentrismo, liberdade individual, soberania popular, são identificadas como ideias perigosas à ordem estabelecida, corrosivas de toda a herança cultural e patrimonial das tradições europeias.” (SOUZA, 2016, p. 367).

Essa concepção permite um entendimento de que a democracia e a justiça social são niveladores sociais “inaceitáveis sob o ponto de vista conservador, uma vez que a desigualdade social seria natural e positivamente construída” (SOUZA, 2016, p. 364). Para o teórico do conservadorismo clássico:

aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão. (BURKE, 1982, p. 81).

Para além do caráter restaurador de Burke, é evidente seu posicionamento marcado pelo empirismo e irracionalismo, culminando em um dos pilares do conservadorismo, “a negação da

razão e a entronização de uma concepção pragmática, imediatista, de ação e pensamento.” (SOUZA, 2016, p. 368). Nesse sentido, Edmund Burke possui uma visão de que o Estado e a sociedade possuem uma ordem natural e determinada pela divindade cristã, apoiando suas convicções no idealismo (SOUZA, 2016).

Souza (2016, p. 370) indica que, ao que parece, Burke deseja e delimita uma ‘revolução pelo alto’, pois as reformas societárias, para ele, devem preservar as tradições, serem conduzidas pelos proprietários – visto que possuem uma tendência natural para preservar e manter a sociedade vigente – e devem “ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta por direitos.”.

Ainda dentro do ideário de Edmund Burke, destacamos um argumento para proteção da propriedade privada. Para ele:

A característica essencial da propriedade, que é formada por princípios combinados de aquisição e de conservação, é a desigualdade. Torna-se necessário colocá-las fora do alcance de qualquer possibilidade de perigo, de vez que estimulam a inveja e a cobiça. (BURKE, 1982, p. 83).

Nesse sentido, salientamos o entendimento de Souza (2016, p. 372):

Esse tipo de operação, que rastreia e imputa a “culpa” pela “degradação da sociedade” às características de certos indivíduos, ou classes, ou grupos, com base na sua “origem” ou condição socioeconômica, ou bases ideológicas, visto em perspectiva histórica, é um dos eixos centrais dos regimes fascistas (ou de inclinações fascistas).

Assim, afirmamos que o conservadorismo surge como força contraditória às transformações culturais e estruturais que fizeram a revolução burguesa, mas sem se opor ao desenvolvimento capitalista em si, se repudia a forma como se deu tal processo. Escorsim Netto (2011, p. 45) assinala que:

Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.).

Se, a princípio, o conservadorismo surge como movimento de revolta à Revolução burguesa, a partir dos anos de 1830 a 1848, a situação se modifica. Durante esses anos, proliferam na Europa diversas revoluções democráticas-populares, nas quais o proletário surge como protagonista da sua própria história. A partir disso, há uma *refuncionalização cultural* em que a burguesia (agora enquanto classe dominante) abdica de seu caráter revolucionário e da



sua herança cultural para manter o *status quo*. Nas palavras de Escorsim Netto (2011, p. 46), “O protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou”.

Toda a dimensão emancipatória criada a partir da Revolução Burguesa passa a ser neutralizada, tendo em vista o avanço da organização e crítica da classe explorada (salientamos o avanço do ideário socialista). Desta maneira, o pensamento conservador, que antes era *restaurador* e *antiburguês*, no pós-1848, passa a desenvolver um caráter contrarrevolucionário. Conforme Escorsim Netto (2011, p. 49-50):

Nos primeiros conservadores, a recusa da revolução expressava um repúdio à *revolução burguesa* (em Burke, particularmente, expressava um repúdio ao paradigma francês da revolução burguesa); nos conservadores pós-48, com a evidência da inviabilidade da restauração, o conservadorismo passa a expressar o repúdio a qualquer revolução — ou seja, o pensamento conservador passa a se definir explicitamente como contrarrevolucionário. É assim que ele tem substancialmente mudada a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonismo revolucionário, o proletariado.

Para além deste giro, ocorreram mudanças na própria estrutura teórica da acepção conservadora, que passa a subsidiar a filosofia burguesa. Neste momento, certos princípios e valores conservadores passaram a ter uma dimensão “científica”, sendo desenvolvidos por pensadores como August Comte, Hebert Spencer e Émile Durkheim. Nas palavras de Souza (2015, p. 5): “Ideias conservadoras clássicas acerca das relações entre indivíduo, Estado e sociedade, passam a receber o anteparo da solidariedade orgânica, da harmonia e da coesão social”.

Auguste Comte, por exemplo, contribuiu para a legitimação do pensamento conservador (ESCORSIM NETTO, 2011). O referido autor buscava uma alternativa frente à instabilidade surgida pós Revolução francesa; sua ideia seria a fundação de uma *religião da humanidade*, a partir do *conhecimento positivo*. Através da moral seria possível uniformizar os comportamentos humanos. Silva (2015, p. 29) assegura que “o pensamento de Comte, por meio da manipulação de métodos de construção de conhecimento busca alcançar o estado positivo da sociedade, ou seja, a harmonia que assegura a ordem e viabiliza o progresso”.

Escorsim Netto (2011) assinala que a ideologia conservadora passou a ter um caráter científico, pois buscou um conjunto de conhecimentos técnico-científicos que favorecessem a gestão e manutenção (por meio de reformas dentro do *status quo*) da sociedade burguesa e assim, afastar a ameaça revolucionária. Em suas palavras, a “crise social e revolução —

polarizarão todo o pensamento conservador pós-48: estão na raiz da ciência social que é filha direta do conservadorismo pós-48, a sociologia” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 52).

Em consonância, Souza (2015) menciona que ao tempo em que o positivismo fomentou o ideário conservador, ele modificou suas bases de antiburguesa para antiproletárias. Desta maneira, “A Sociologia como disciplina e ‘ciência’ específica passa a vocalizar certas aspirações conservadoras clássicas, principalmente aquelas em defesa das instituições estabelecidas. Opera essa vocalização por meio de ‘métodos científicos’ [...]” (SOUZA, 2015, p. 5).

Émile Durkheim é o pensador conservador que melhor representa este momento. Em sua obra, Escorsim Netto (2011, p. 53) percebe a busca de “alternativas à crise e à revolução numa ótica de integração social que incorpora os valores básicos do conservadorismo”. Correspondente à conjuntura pós-48, o pensamento de Durkheim se voltará para enfrentar as expressões sociais, políticas e econômicas geradas pelo conflito capital/trabalho, a questão social.

É importante mencionarmos que Durkheim é considerado o fundador da sociologia, apreendida como ciência da moral. A sociologia, para este pensador, seria responsável por refinar a moral, construída pela sociedade. Conforme as Lacerda e Guedes (2006, p. 4),

Fica claro que para Durkheim a moral não se erige a partir de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos, mas por um sujeito, a sociedade; e que o homem ao qual o educador deve plasmar não é aquele que a natureza criou, mas aquele que a sociedade quer que ele seja e este é o critério da normalidade.

Os elementos que devem ser considerados para que o homem seja considerado normal são: “o espírito da disciplina, a vinculação a grupos e a autonomia da vontade, sendo este último próprio da moral laica” (LACERDA; GUEDES, 2006, p. 4). O mais importante destes é a disciplina, considerando que a moral determina as ações e condutas humanas, e a disciplina é vital para a felicidade e saúde mental do homem.

Para este pensador, segundo Escorsim Netto (2011, p. 53), é necessário a indução de uma ação social, que “deverá contribuir para a constituição de vínculos solidários entre os indivíduos (solidariedade orgânica), com a criação de uma nova moral, laica (civil) e de base científica”, evitando, assim, a desintegração da sociedade burguesa.

Além disso, essa reforma moral pressupõe a socialização dos indivíduos. Nesse sentido, a educação passa a ter um papel central, pois favorece a internalização dessa nova moralidade harmônica à ordem burguesa. Vale recordamos a discussão apresentada no tópico 1.2. em que

as autoras dos TCCs abordam as expressões da questão social no âmbito educacional e também salientam a relação da educação com o desenvolvimento.

Nesse sentido, destacamos o TCC “A ação educativa e a integração socio-cultural na Amazônia” de Arabi Amed e Silva (1970, p. 15), no qual a autora aponta que a educação é um direito de todos, uma condição para que o homem se afirme como pessoa, pois tem como objetivo “levar o homem a tomar consciência de seu papel de sujeito no mundo, é integrar alguém na obra cultural, na ação do homem, que transforma a natureza [...]”.

Desta maneira, continua a autora, “exige-se que ela [a educação] sirva a todos e não apenas a esta ou aquela classe, a este ou aquele interesse. Exige-se que seja flexível e responda a necessidades e exigências nos grandes setores sociais da vida nacional” (SILVA, 1970, p. 16). Para Arabi Amed e Silva (1970, p. 16), a função da escola é a de “representar o povo integrando-o na sociedade, não para que ele se torne consumidor passivo de uma cultura que não fez, mas para que seja transformador e criador de cultura.”.

Percebemos que apesar da análise da educação para todos sem interesses de classes, a educação e a escola, para Arabi Amed e Silva (1970) são espaços de integração do homem na sociedade, reproduzindo a ordem vigente e inserindo o sujeito de forma harmoniosa no *status quo* burguês.

A reforma moral a qual refere-se Émile Durkheim não rompe com o reformismo conservador confessional – como a Doutrina Social da Igreja Católica –, conforme Escorsim Netto (2011, p. 53), “é, aliás, por causa desta complementariedade que se pode compreender, no caso, do Serviço Social, a síntese entre o positivismo durkheimiano e o neotomismo da Doutrina Social da Igreja.”.

Escorsim Netto (2011) aponta que Émile Durkheim manteve uma postura otimista em relação à sociedade burguesa, sendo o último grande pensador conservador a manter essa perspectiva, nas palavras da autora:

O pensamento conservador, da gênese a Durkheim, na sua curva do anticapitalismo restaurador ao anticapitalismo resignado e antissocialista, manteve uma visão razoavelmente otimista do futuro (seja porque os homens acabariam por ceder à compreensão de que não adiantaria lutar contra a “ordem natural”, seja porque o realismo das camadas dirigentes terminaria por impor-se, seja, enfim, porque uma nova moral laica garantiria o controle necessário à harmonia social). Esta é a maior característica unificadora deste período do pensamento conservador, período que consideramos clássico. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 56).

Escorsim Netto (2011, p. 60-63) sintetiza os traços constitutivos do conservadorismo, quais sejam: “só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição”; “a liberdade

deve ser sempre uma liberdade restrita”; “democracia é perigosa e destrutiva”; “a laicização é deletéria”; “a razão é destrutiva e inepta para organizar a vida social”; “a desigualdade é necessária e natural”.

Nesse sentido, não é de se estranhar que uma constante para os conservadores seja a valorização da família. Os conservadores entendem a família como a base moral da sociedade, visto que é na família que são ensinadas as leis fundamentais e as tradições. Além disso, considera-se a relevância do papel econômico da família, que por meio da herança consegue manter certa estabilidade social (ESCORSIM NETTO, 2011). Ressaltamos que a valorização da família também advém da

defesa da constituição de grupos intermediários, capazes de – junto com a família – mediar a relação entre os indivíduos e a sociedade. Tais grupos [...] são, igualmente, a única garantia para assegurar a harmonia orgânica da sociedade, provendo vínculos de solidariedade e coibindo as tendências sociais. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 66).

Nos TCCs analisados, identificamos uma concepção de família, bem como o papel e a sua importância. A autora Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 34), ao falar acerca da Amazônia na época da borracha, menciona família e classes sociais:

Na Amazônia, é a família, o grupo social mais profundo por excelência... ela se constitui o reduto fundamental da resistência humana ante todos os problemas reais e aparentes... Não existe uma família senhorial. Existe uma família rural, de gente pobre, com instituições próprias e costumes sob a base as vezes da consanguinidade e da afinidade. [...] A Amazônia é um vasto teatro de classes rurais: grandes proprietários, pequenos proprietários, posseiros, extrativistas de mil especiarias, etc.

Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 66) continua acentuando a relevância da família: “Vivemos numa época em que se processa a transformação de todos os valores. A renovação da humanidade deve partir da FAMÍLIA. Os pais devem ser os ‘timoneiros’ dos filhos no exercício da perfeição”.

Em consonância, Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 55) ao discutir sobre a marginalização como fator de desintegração social, salienta a

importância capital da família na organização social. Um lar feliz constitui uma das maiores barreiras do mundo contra o crime. Se o solteiro pensa uma vez antes de praticar um delito, o casado pensa duas e o que tem mulher e filhos pensa três...

Percebemos, a partir destas falas, a centralidade da família e o seu fundamento moral, o que podemos relacionar com o pensamento de Durkheim sobre a moralidade ser estabelecida

pela sociedade. Assim, “é normal aquele que é como a sociedade quer que ele seja e, por sua vez, é moralizado aquele que é normal” (LACERDA; GUEDES, 2004, p. 4). Além disso, a família é o foco da ação profissional, pois segundo Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 66), a família é a “geradora inicial de distorções que envolvem o nosso escolar”, devendo, assim, haver um trabalho de conscientização com as famílias e associado à comunidade.

Por sua vez, Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983, p. 9), ao abordar a questão da “desagregação familiar”, expõe que:

o papel da família é antes de tudo educativo. [...] procriar e educar o novo habitante social que chega, preparando-o para conviver numa sociedade na qual vai ser mero complemento, agregado, verifica-se desde logo que a família, deixando de cumprir essa missão, estará fornecendo a sociedade um produto humano incapacitado para a convivência não só com os seus companheiros sociais como também com ela mesma.

Nestes discursos visualizamos os motivos para a família ter essa visibilidade, já que é ela é o esteio moral da sociedade, podendo ser a geradora de “distorções” no sujeito ou entregar para a sociedade “um produto humano incapacitado” como dito acima, envolvendo ainda uma responsabilização/culpabilização da família.

Netto (2011b, p. 77) afirma que devido à profissão ter enraizado o pensamento conservador, ela concebe as expressões da questão social como problemas fragmentados e atua “no sentido de promover a psicologização da socialidade e para jogar nos vetores da coesão social pelos condutos da ‘reintegração’ dos acometidos pelas sociopatias”.

Em consonância, Cisne (2004, p. 50) afirma que a influência conservadora no Serviço Social mascarou as contradições da relação capital/trabalho, desta forma, “Os ‘desajustes’ sociais eram percebidos, pelas(os) profissionais, como problemas familiares, falta de amor entre seus membros”. Além disso, segundo Cisne (2004, p. 63):

Com a vertente positivista, há uma naturalização do capital, como uma ordem inevitável, na qual todas(os) devem ajustar-se, adaptar-se. Os problemas e desigualdades sociais não eram analisados e muito menos enfrentados mediante os conflitos de classe, mas por meio de um viés moralizante, como desvios que deviam ser controlados, “ajustados” em nome da “ordem”.

Barroco (2010) assinala que os paradigmas de pensamento que orientam a reprodução da família na perspectiva conservadora no início do século XX no Brasil, são: o positivismo e o pensamento católico. A referida autora reitera que a ditadura iniciada em 1964 também fortalece o conservadorismo, surgindo no âmbito da mobilização social, a “Marcha da família com Deus para liberdade”.

Tais pensamentos conservadores defendem a família tradicional e “uma determinada conduta moral repressiva que vincula o papel da mulher a determinados atributos entendidos como parte de sua ‘natureza’” (BARROCO, 2010, p. 77). Percebemos esse discurso em alguns TCCs quando abordam acerca das mães/mulher.

Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 51) afirma que muitas mães não possuem habilitação na execução de tarefas como: “confeção dos costumes dos filhos, desconhecimentos culinários e de hábitos higiênicos, a manutenção de tabus assim como as mais elementares providências para um socorro de urgência que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico educacional da família.”.

No TCC “Prevenir o câncer ginecológico é salvar vidas” de Luzelita Veras Carvalho (1974, p. 26) é indicado que “A saúde é fator predominante da vida humana e a mulher, para desempenhar bem seu papel de mãe, esposa, funcionária, doméstica, deve antes de tudo, zelar-se e aceitar as condições impostas pelo meio em que se vive.”. Por fim, Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983, p. 9) assinala quanto à mãe:

sabe-se que uma coisa é ela ser tão somente biológica, procriadora desse novo habitante social, e outra, psicologicamente, educadora, proporcionando ao filho, pelo afeto, que começa pela relação com o seio, a adquirir condições de integrar-se à vida e a relacionar-se com os seus semelhantes harmoniosamente, porque, ocorrendo o contrário teremos os problemas ocasionados pelas divergências e, pior ainda, pelos conflitos, que podem ser gerados pelas incompreensões humanas.

Atentamos que assim como a família possui centralidade para estas autoras e também para o pensamento conservador, a mulher/mãe também possui um papel indispensável para o “bom funcionamento” da sociedade. Nesse sentido, a mulher/mãe é citada por não saber executar determinadas tarefas, visto que possui múltiplos papéis (cuidadora, educadora...) e ainda é responsável por si e pelos demais membros de sua família.

Barroco (2010) afirma que o aspecto ideológico conservador da matriz positivista reside na defesa da propriedade privada, visto que esta é a base para constituição da família e do papel da mulher. Desta maneira, a mulher é entendida, dentro desta cultura conservadora, como o “esteio moral da família”, a autora explica “A formação moral da mulher, nos moldes conservadores, lhe confere ‘virtudes’ que passam a compor determinados papéis: educada para assumir uma responsabilidade na educação moral e cívica dos filhos [...]” (BARROCO, 2010, p. 78).

Silva (2019), ao analisar as manifestações das relações de gênero nos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos pelas discentes de Serviço Social da UFAM na década de 1970,

revela que os discursos relegavam o espaço privado à mulher, vista como “mãe”, “esposa” e “do lar”. Tal análise corrobora com os discursos aqui identificados

Russo, Cisne e Brettas (2008, p. 136) assinalam que “Na sociedade patriarcal capitalista em que vivemos, as mulheres são ensinadas a acolher, cuidar, educar, acalmar e servir, sendo responsabilizadas pelo “bem-estar” da família e, por extensão, da sociedade”. Cisne (2004, p. 55) afirma que “A Igreja Católica [...] contribuiu historicamente com essa ideologia de dominação e controle das mulheres, ao configurar o modelo de uma ‘boa mulher’, a ser seguido pelas cristãs [...]”.

Desta maneira, atendendo aos interesses da classe dominante, o Serviço Social atuava “junto à família, mas especificamente sobre a mulher, para atingir os operários, uma vez que é por intermédio da mulher que se encontra o caminho necessário para o alcance da ‘preservação da ordem moral e social’.” (CISNE, 2004, p. 54).

Além disso, durante o movimento de renovação da profissão, há uma reatualização do conservadorismo: “no período em que a matriz teórica do Serviço Social era o positivismo, pensamento que reforça o determinismo biológico, naturalizando as características socialmente construídas para as mulheres” (CISNE, 2004, p. 62).

Destacamos que o conservadorismo clássico pode ser periodizado de 1789 até 1914, tendo como último expoente, Émile Durkheim. Durante o período de 1910 a 1960-70 tem-se a formação do pensamento conservador moderno, no qual diversos temas centrais do conservadorismo são tomados, reformulados, ampliados ou universalizados. Nas palavras de Souza (2015, p. 6), após Émile Durkheim, “observa-se o surgimento de uma pluralidade importante de saberes, ampliadora dos alicerces (concepção de mundo e fundamentos para ação política) do conservadorismo.”.

Souza (2015, p. 7) explica que após a vinculação do conservadorismo com a sociologia positivista, este pensamento passa a se aproximar do liberalismo e a buscar novas bases ideopolíticas. O autor explica que ao incorporar o conceito de “totalitarismo” de Hannah Arendt<sup>32</sup>, por exemplo, o pensamento conservador passou a defender o tempo presente (democrático e

---

<sup>32</sup> A discussão sobre o totalitarismo está presente na obra *Origens do totalitarismo* publicado pela primeira vez em 1951, tal obra é dividida em três partes: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo, e discute as origens deste último a partir das experiências da Alemanha nazista e da Rússia comunista. Para a autora, o totalitarismo se “difere essencialmente de outras formas de opressão política que conhecemos, como o despotismo, a tirania e a ditadura. Sempre que galgou o poder, o totalitarismo criou instituições políticas inteiramente novas e destruiu todas as tradições sociais, legais e políticas do país.” (ARENDR, 1989, p. 512). Tal acepção nos permite visualizar a relação deste conceito com o conservadorismo, que é contrário a qualquer tipo de utopias revolucionárias e reacionárias.

burguês) de utopias revolucionárias e reacionárias, já que estas são consideradas “idealizações potencialmente totalitárias”.

Conforme o autor, com essa “blindagem ‘presentista’”, a tradição conservadora desistoriciza o tempo presente, pois exclui “a possibilidade de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente” (SOUZA, 2015, p. 7). Desta maneira, considerando o princípio da prudência que carrega este pensamento, os conservadores que defendem um terceiro caminho (nem revolucionário ou reacionários) passam a aparecer como progressistas.

Outra característica do pensamento conservador contemporâneo é sua capacidade de assimilação conjuntural. No Brasil, por exemplo, o conservadorismo envolve características europeias, norte-americanas e valores e ideias da nossa própria realidade, com isso, o que se visualiza é um conservadorismo mais à direita e mais próximo dos reacionários, que influi nas “grandes concepções orientadoras do ideário das classes dominantes no Brasil. É daí que extraem parte de suas ideias sobre o papel do Estado, das liberdades civis e políticas, dos mercados, dos grandes proprietários como sujeitos políticos, da família, da propriedade [...]” (SOUZA, 2015, p. 8).

Nesse sentido, Keller (2019, p. 122) nos alerta que “a compreensão do fenômeno do conservadorismo no Brasil não pode ser entendida nos mesmos moldes dos países centrais [...] Aqui, há particularidades que singularizam a análise do conservadorismo [...]”. Segundo a autora, para compreender o conservadorismo no Brasil é “necessário buscar sustentáculo na realidade e/ou na correlação de forças atuantes na sociedade brasileira para caracterizar o fenômeno.” (KELLER, 2019, p. 122).

A autora explica que o conservadorismo no Brasil surgiu a partir da importação de modelos externos, “delimitada na tradição histórica e cultural herdada pela colonização portuguesa” (KELLER, 2019, p. 124). Desta maneira, a autora destaca algumas características centrais da formação sócio-histórica brasileira, no intuito de fazer as mediações necessárias para o entendimento do conservadorismo no Brasil.

Uma característica a ser levada em consideração é a dualidade de “modernização” e “atraso”, que aponta para a compreensão de que há aspectos históricos fincados na organização social e política do Estado brasileiro. Um exemplo disso, conforme a autora, é a presença da desigualdade racial na contemporaneidade que nos permite “compreender como aspectos originários do conservadorismo brasileiro se perpetuam” (KELLER, 2019, p. 125).

Como vimos no primeiro capítulo, o Brasil não passou por um Revolução burguesa nos moldes franceses. Sua passagem para a sociedade burguesa capitalista foi “pelo alto” e



entendida pelos estudiosos a partir também do conceito de modernização conservadora. Keller (2019) nos relembra que não existiam burgueses no Brasil, pois a base econômica era focada no escravismo, desta maneira, coloca a autora,

não se formou no Brasil, a dicotomia *conservador x liberal* como uma herança de uma defesa do antigo regime *versus* a ascensão da burguesia. Por dois motivos: não existia feudalismo, tampouco capitalismo. O máximo que poderia existir eram caricaturas de modelos distantes, que foram incorporados nos moldes da crítica (sobre a importação de conceitos) já efetuada. (KELLER, 2019, p. 126-127).

A autora afirma que “as ideologias autoritárias e conservadoras se mantiveram durante toda a maturação histórica da burguesia brasileira com o propósito de corrigir os problemas que ‘atrapalhavam’ o desenvolvimento econômico [...]” (KELLER, 2019, p. 128). É somente no período do Estado Novo, que a já formada classe burguesa passa a se organizar e se solidarizar enquanto classe, “fazendo uma revisão de suas ideologias, sob influência das experiências democrático burguesas norte-americana e europeia.” (KELLER, 2019, p. 128).

Por fim, salientamos também que o golpe de 1964 foi mais uma experiência de “vivificação do conservadorismo”, conforme a supracitada autora. Como discutido no primeiro capítulo, o período ditatorial foi mais um episódio de modernização conservadora no país, e que tratou de dar sustentação à acumulação burguesa, por meio de um desenvolvimento dependente e com concentração e centralização do poder estatal, atuando na repressão e opressão de ideias contestatórias (ditas socialistas e comunistas) visando a conservação da reprodução social autocrática burguesa.

Nesse sentido, apreender os determinantes históricos do conservadorismo e a sua vinculação com a reprodução e manutenção da sociedade burguesa nos permite visualizar a intrínseca relação do pensamento conservador com o Serviço Social, que perpassa desde a gênese da profissão e marca profundamente a formação e a prática profissional. Desta maneira, nos próximos tópicos abordaremos alguns elementos da formação profissional em Serviço Social no Amazonas – tanto nos currículos, ementas, como nos TCCs – que se relacionam com o pensamento conservador.

### **3.2. Dimensões da formação profissional: Currículos, estágio e técnicas**

A profissão, ao longo da história, construiu diferentes projetos político-pedagógicos, cada um marcado por uma direção social que representa as “diferentes projeções da profissão em disputa pela hegemonia do direcionamento intelectual e político do Serviço Social”

(CARDOSO, 2016, p. 431). Desta maneira, a formação acadêmico profissional (referindo-se à graduação) se constitui como um espaço de disputa entre os projetos, viabilizados pelos currículos mínimos/diretrizes curriculares na história do Serviço Social (CARDOSO, 2016).

Sabemos que o curso de Serviço Social em Manaus surgiu em 1940 (oficialmente, 1941), inicialmente nomeado de “Escola de Serviço Social” fundado pelo juiz André Vidal de Araújo, e só passou a compor a então, Universidade do Amazonas, em 1967, como mencionado no primeiro capítulo. Desta maneira, no período delimitado nesta pesquisa, o curso já era submetido à estrutura da Universidade.

A Universidade do Amazonas surgiu como uma das estratégias de desenvolvimento e integração da região implementadas pela ditadura, como vimos anteriormente. Conforme Fraga (1996, p. 21), a Universidade se propôs a “por um lado, estudar a realidade do país e do mundo amazônico, procurando apresentar soluções para os problemas postos; por outro, desejando ser um elemento de integração da cultura nacional [...]”.

A Escola de Serviço Social estava localizada na Avenida Getúlio Vargas, no centro de Manaus, contava com 40 vagas e para prestar o concurso vestibular era necessário: o requerimento de inscrição fornecido pela comissão do concurso, a carteira de identidade, o comprovante de pagamento de inscrição no valor de Cr\$30,00 e a taxa de assistência ao Diretório Acadêmico Cr\$10,00, duas fotos 3x4 e comprovante de conclusão do ‘ciclo colegial’ ou de estar concluindo este ‘ciclo’ (UFAM, 1970).

Notamos que no concurso vestibular de 1976, o valor da inscrição é alterado<sup>33</sup> a partir da resolução nº 26, “A taxa de inscrição é fixada em Cr\$ 260,00 (duzentos e sessenta cruzeiros), ficando mantido o preço de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) para o ‘Manual do Candidato’ e ‘Formulário de Inscrição’” (UFAM, 1976, p. 5) e o concurso fica sob planejamento e execução da Fundação Carlos Chagas- São Paulo.

Sobre os currículos da Escola de Serviço Social de Manaus, é importante mencionar que “desde 1953 os conteúdos e disciplinas eram organizados na forma de um currículo mínimo, que deveria ser seguido por todos os cursos em nível nacional, ou seja, todos os cursos do Brasil tinham o mesmo currículo-base em andamento [...]” (CARDOSO, 2016, p. 434).

A lei 1.899 de 1953 fixa as disciplinas mínimas para formação em Serviço Social, quais sejam: Sociologia e Economia Social; Direito e Legislação Social; Higiene e Medicina Social; Psicologia e Higiene Mental; Ética Geral e Profissional; Introdução e Fundamentos do Serviço

---

<sup>33</sup> A título de demonstração, salientamos que o salário mínimo em maio de 1970 era de NCr\$ 187,20 (o cruzeiro novo deixaria de circular naquele mesmo ano) e em 1976, o salário mínimo era de Cr\$ 768,00 (AUDTEC, 2019). Isso nos permite visualizar quem poderia arcar com os custos da inscrição do concurso vestibular.

Social; Métodos do Serviço Social (Serviço Social de Casos, de Grupo, Organização Social da Comunidade); Serviço Social em suas especializações (Família, Menores, Trabalho, Médico); Pesquisa Social (CARDOSO, 2016, p. 441).

Nessa mesma direção, são aprovados os currículos mínimos em 1964 e em 1970. Conforme Cardoso (2016, p. 441), esse projeto de formação de 1953 será o primeiro a marcar “a hegemonia do projeto modernizador, não rompendo com a perspectiva conservadora que o antecede e mantendo-se até 1982”. Desta maneira, é destacado por Cardoso (2016, p. 443)

Fica-nos evidente a vinculação dessa proposta curricular ao projeto modernizador, na busca da cientificidade da profissão e do fazer técnico, a preparação profissional para saber trabalhar com indivíduos, grupos e comunidades, como se o que diferenciava a intervenção profissional do assistente social de outras profissões fossem as técnicas e os instrumentos, e que para cada tipo de abordagem o profissional precisasse saber desenvolver uma metodologia própria de trabalho. A teoria como algo a ser “aplicado” na prática pelo assistente social. A preparação do assistente social focada no fazer, numa prática pragmática que dê resposta às demandas sociais a partir de uma competência operacional, com a supervalorização das técnicas e instrumentos.

Tais questões colocadas por Cardoso (2016), como a busca de cientificidade, o foco nas técnicas e instrumentos, a teoria “aplicada” na prática, são identificadas nos currículos, ementas e TCCs do curso de Serviço Social em Manaus no período de 1970 a 1985. Neste período, o curso no Amazonas teve quatro grades curriculares<sup>34</sup>: 1972, 1974, 1979 e 1985. Além disso, ainda antes do estabelecimento do currículo 1972, foi enviado um ofício<sup>35</sup> do Diretor da Escola de Serviço Social, Marco Aurélio A. Bezerra de Araújo, ao Reitor da Universidade do Amazonas solicitando a inclusão de três matérias no 1º ano de Serviço Social, quais sejam: Introdução ao Serviço Social, Higiene e Medicina Social, Realidade Brasileira. Nesse sentido é importante que visualizemos as justificativas de cada disciplina:

---

<sup>34</sup> As grades curriculares estão nos anexos desta dissertação. Salientamos que não foi encontrado a matriz curricular do período anterior a 1972, mas o histórico curricular da aluna Sandra Mara Lima Ferreira formada em 1973 nos permite uma visualização das disciplinas: Sociologia, Noções de Direito, Realidade Brasileira, Higiene e Medicina Social, Introdução a Filosofia, Introdução ao Serviço Social, Ética Geral, Psicologia Geral e da Personalidade, Estágio Supervisionado, Sociologia, Serviço Social de Casos, Direito de Família, Direito Previdenciário, Pesquisa Social e Estatística, Serviço Social de Grupo, Ética Profissional, Psicologia Dinâmica, Estágio Supervisionado, Legislação Trabalhista, Psicologia Social e Desenvolvimento, Serviço Social de Comunidade, Antropologia cultural, Atividade e Serviço Social de Grupo, Administração e Supervisão em Serviço Social de Grupo, Estágio Supervisionado, Política Social, Psicologia Evolutiva, Serviço Social de Comunidade II, Desenvolvimento de Comunidade e Planejamento, Estudo de Problemas Brasileiros, Estágio III, Doutrinas Sociais, Estágio IV, Trabalho de Conclusão de Curso, e novamente, Estudo de Problemas Brasileiros.

<sup>35</sup> Este ofício foi encontrado no arquivo do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da UFAM, durante as buscas pelas ementas e documentos referentes à formação no curso de Serviço Social.

Quadro 7: Disciplinas requeridas pela Escola de Serviço Social à Universidade em 21/02/1972.

Disciplina	Justificativa
Introdução ao Serviço Social	“[...] se justifica plenamente visto ser esta matéria que proporciona aos estudantes de Serviço Social, todo o fundamento (teórico e prático) para execução da prática do Serviço Social como profissão, enquanto que a [disciplina] Teoria do Serviço Social se limita ao estudo dos fundamentos mais remotos das raízes filosóficas do Serviço Social como ciência.”.
Higiene e Medicina Social	“matéria fundamental no curso de Serviço Social, dado que, pelo seu caráter preventivo, se propõe a dar aos futuros assistentes sociais as bases para o verdadeiro Serviço Social de Comunidade que tem nas normas de prevenção e tratamento das moléstias sociais um de seus mais decisivos baluartes.”.
Realidade Brasileira	“poderia ser incluída como Estudos dos Problemas Brasileiros, contudo, numa Escola de Serviço Social, a matéria Realidade Brasileira se propõe a ver os problemas sociais sob o enfoque do Serviço Social”.

Fonte: Pesquisa documental (2021)

Nos chama atenção a diferenciação entre as disciplinas Introdução ao Serviço social e Teoria do Serviço Social, visto que enquanto uma é o fundamento teórico-prático para execução da prática em Serviço Social a outra se remete as “raízes filosóficas do Serviço Social”, entendido como ciência. Recordemos da discussão realizada no capítulo anterior em que as autoras dos TCCs conceituam o Serviço Social como ciência, o que pode nos indicar a busca pela cientificidade do Serviço Social consoante com a vertente modernizadora.

O currículo de 1972 é fixado pela resolução nº 050/72 “considerando a necessidade de reestruturação dos currículos dos diversos cursos de graduação, em consequência da implantação da Reforma Universitária<sup>36</sup>” (UFAM, 1972, p. 1). Neste currículo, algumas disciplinas nos chamam atenção por se relacionarem com temáticas em destaque na modernização conservadora – salientamos o discurso tecnocrático vinculado a ditadura civil-militar e exposto no tópico 1.1 desta dissertação –, tais como Introdução à Economia, Economia Social e Desenvolvimento, Introdução a Administração, Estudos de Problemas Brasileiros I e II, Higiene e Medicina Social.

No âmbito do Serviço Social, no currículo de 1972, consta: Teoria do Serviço Social I e II, Fundamentos do Serviço Social Aplicado, Serviço Social Aplicado, Estágio I, II, III e IV, Serviço Social de Casos I e II, Serviço Social de Grupo I e II, Serviço Social da Comunidade I

<sup>36</sup> Na Reforma Universitária (Lei 5.540) de 1968 há uma articulação da educação nacional com o desenvolvimento econômico que se almejava, “colocando a educação superior, por um lado, como espaço estratégico para a produção de ciência e tecnologia e, por outro, também para a formação de recursos humanos” (MANCIBO e VALE, 2013, p. 84).

e II, Ética Profissional em Serviço Social, Desenvolvimento da Comunidade e Planejamento, Administração e Supervisão em Serviço Social, Atividade de Grupo.

O currículo de 1974 é fixado pela resolução nº 023/74, considerando o mesmo motivo do currículo anterior, conseqüente da Reforma Universitária, e estabelece o currículo mínimo, complementares obrigatórias e optativas. No domínio do Serviço Social, visualizamos uma redução de disciplinas – consta Teoria do Serviço Social I e II, Ética Profissional em Serviço Social, Serviço Social de Casos I e II, Serviço Social de Grupo I e II, Serviço Social da Comunidade I e II, Serviço Social Aplicado I e II (estágio) – todavia, como podemos visualizar, o foco da formação segue sendo as disciplinas mais “técnicas” e voltadas para a prática profissional.

O currículo de 1979 é estabelecido pela resolução nº 041 de 1979. Nesta resolução, notamos que surgem informações mais detalhadas, como exemplo a questão do estágio “O estágio será dividido em Estágio I, II e III, equivalentes cada um, a 105 (cento e cinco) horas-aula, distribuídas em 15 (quinze) horas teóricas e 90 (noventa) práticas)” (UFAM, 1979, p. 3).

Além disso, surgem neste documento, artigos que explicam as disciplinas de Educação Física – “À Educação Física, sob a forma de Prática Desportiva, corresponderão 60 (sessenta) horas-aula, equivalentes a 2 (dois) créditos, e será cumprida, obrigatoriamente, em dois períodos consecutivos” (UFAM, 1979, p. 3) – e Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB) I e II – “À Estudo de Problemas Brasileiros, corresponderão 2 (dois) créditos, e será cumprida, obrigatoriamente, em dois períodos consecutivos (UFAM, 1979, p. 3) –, lembramos que esta última disciplina já aparecia no currículo de 1972 e permanece até o currículo de 1985, não aparecendo mais no currículo de 1992. Kosh (2019, p. 207) salienta que a eliminação da disciplina somente no início da década de 1990, demonstra que “a EPB não era um projeto só de militares, mas também de civis vinculados a esse projeto da ditadura brasileira”.

Tal disciplina possuía um viés político-ideológico conservador e foi influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional, em que as discussões partiam de uma sociologia ingênua e uma visão tecnocrática dos problemas do país (CUNHA, 2014). O objetivo desta disciplina consistia em: “dar organicidade ideológica por meio do ensino de civismo e da moral, processo que se desenrolava concomitantemente à restrição à cidadania.” (KOCH, 2019, p. 208). Desta maneira, ao tempo em que se incentivava o civismo, a cidadania era restringida e ameaçada, ao ponto em que o civismo fosse confundido com a própria cidadania.

Em conversa informal com uma professora que estudou no curso de Serviço Social em Manaus (formada em 1981), nos foi informado que tanto a Prática Desportiva quanto EPB eram uma exigência a todos os cursos das ciências humanas e sociais e não era uma particularidade

do Serviço Social. A referida professora comentou sobre a vinculação da disciplina EPB com a prática no Projeto Rondon<sup>37</sup>, subordinada aos militares.

Ainda no currículo de 1979, ocorre o retorno de outras disciplinas, como: Desenvolvimento de Comunidade e Administração e Supervisão em Serviço Social. Assim como o surgimento de novas disciplinas, tais como: Pesquisa em Serviço Social, Metodologia do Serviço Social (pré-requisito para cursar Serviço Social de Casos I, Serviço Social de Grupo I e Serviço Social da Comunidade I), Planejamento em Serviço Social, Seminário de Integração em Serviço Social.

De forma geral, o que percebemos nestas grades curriculares é a reiteração da perspectiva conservadora que dá direção à formação profissional. Cardoso (2016, p. 440) explica que “as mesmas bases filosóficas e doutrinárias perpassam a concepção que orientará tais currículos, porém expressar-se-á a aproximação com o positivismo e a ideologia desenvolvimentista, na busca de uma cientificidade e da preparação técnica para o ‘fazer profissional’.”.

Durante o momento da coleta de dados na pesquisa documental foi possível encontrar algumas ementas datadas, tais como: Programa de Serviço Social Aplicado I<sup>38</sup> de 1973, 1976 e 1977, Estágio III<sup>39</sup> de 1978, Ementa de Estágio I de 1978, 1979, 1980, Programa de Serviço Social de Comunidade I e II de 1980 (contém só a bibliografia), Ementa de Administração e Supervisão em Serviço Social de 1984.

Destacamos que no “Programa” da disciplina “Serviço Social Aplicado I” de 1973 do curso, as três primeiras partes são: “evolução história do Serviço Social”, com os subtópicos: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea; “evolução do Serviço Social (I)” com os itens: Diferenciação da intervenção técnica, Atuação do Serviço Social (p/ assistente); “evolução do Serviço Social (II)”, dividido em: fase pré-científica, fase científica. O restante do “programa” refere-se aos “métodos fundamentais” do Serviço Social: Caso ou Caso Individual, Grupo e Comunidade.

Identificamos que essa evolução histórica do Serviço Social presente nesta ementa aparece tal qual em alguns Trabalhos de Conclusão de Curso analisados, salientando a

---

<sup>37</sup> O Projeto Rondon visava estabelecer a integração nacional no âmbito ideológico, foi criado entre os anos de 1967 e 1968, e mantendo sua existência até 1989. Conforme Miranda (2018), o Projeto Rondon era uma proposta de extensão universitária sob coordenação do Ministério do Interior e tinha como objetivo formar uma “consciência cívica” nos universitários, que deslocavam para regiões como a Amazônia, para ter vivência dos problemas do interior do Brasil. A autora cita como as ações do Projeto Rondon eram vistas como atos de patriotismo, pois formaria “verdadeiros brasileiros”, afastando os alunos da universidade que era tida como campo fértil para o comunismo.

<sup>38</sup> Consta um quadro com as informações gerais sobre essa disciplina nos apêndices desta dissertação.

<sup>39</sup> Também é apresentado um quadro com as principais informações das ementas de Estágio I e Estágio III.

consonância entre as ementas e os conteúdos dos TCCs. Netto (2011b) explica que a apreensão da gênese da profissão sem a análise da conjuntura econômica, social, político, teórica e cultural torna-se uma crônica ‘historiográfica e linear’, que inicia desde o século XIX. Nas palavras do autor, esta apreensão factual se baseia na tese de que:

a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na “organização” da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já “organizadas”, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o envolver como que desenharia um continuum. (NETTO, 2011b, p. 69).

Esta ideia, segundo Netto (2011b), possui um traço mecanicista linear. Montañó (2011) indica que é notável a existência de duas teses sobre a gênese e a natureza do Serviço Social: a perspectiva endogenista e a perspectiva histórico-crítica<sup>40</sup>. A endogenista remete a esta que sinalizamos acima, que “sustenta a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’” (MONTAÑO, 2011, p. 19-20).

Nos TCCs que esboçam essa evolução histórica do Serviço Social é recorrente o entendimento de que a profissão sempre existiu, como é colocado pela autora Creuza Nazaré Lima (1971, p. 8): “O Serviço Social existiu desde que surgiu a espécie humana na face da terra. Embora com outro nome vem se impondo através dos séculos, isto porque em qualquer tempo e lugar focaliza os aspectos sociais da vida humana e procura corrigir ou prevenir os males sociais.”.

A autora do Trabalho “O Serviço Social atuando junto ao Palácio Rio Negro”, Marilene B. Guimarães (1971, p. 19), afirma que o Serviço Social é uma das mais antigas atividades humanas, pois “é uma forma de auxílio” que passou a se desenvolver grandemente após o Cristianismo, visto a fala de Jesus sobre amar o próximo. Em concordância, Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 9) descreve que:

O Serviço Social data do Cristianismo – o fundamento da civilização moderna – a sangrenta batalha pelo desenvolvimento da doutrina cristã, em que Jesus se expressou: ‘Ama teu próximo como a ti mesmo’. Com essa exortação ele se tornou o primeiro Assistente Social a aplicar a ciência a um fim prático e útil, em prol da comunidade desassistida, tendo por objetivo a JUSTIÇA.

---

<sup>40</sup> A perspectiva histórico-crítica analisa o contexto social, econômico e político, a partir de uma visão totalizante, situando o surgimento do Serviço Social dentro de uma estratégia da classe hegemônica (MONTAÑO, 2011).

Ainda neste ínterim, Marilene B. Guimarães (1971, p. 20) escreve que “A substituição assim, da velha caridade cristã, pelo novo Serviço Social não é uma renegação, é apenas uma adaptação. O espírito é o mesmo, o método é que é diferente.”.

Conforme Montañó (2011, p.20) são representantes da perspectiva endogenista: “Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas”. Destacamos que Balbina Ottoni Vieira foi uma autora amplamente utilizada como referência teórica nos Trabalhos de Conclusão de Curso analisados, e esta autora tem como premissa que “falar de caridade, filantropia e Serviço Social, em quaisquer dos casos, significa considerar as formas de ajuda, apenas diferenciadas por seu *modus operandi* e sua organização.” (MONTAÑO, 2011, p. 25).

Todavia, como Iamamoto (2013, p. 23) nos alerta “A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial”, desta maneira, os efeitos de sua ação são essencialmente políticos, considerando que os profissionais buscam enquadrar os trabalhadores nas relações sociais capitalistas.

Ainda sobre a “evolução” do Serviço Social, o trabalho de Creuza Nazaré Lima (1971, p. 10) explicita que a “necessidade de treinamento criou as escolas, SP 1936 RJ 1937 Manaus 1941 [...] estudava-se principalmente o indivíduo e a família, o valor da experiência dos mais velhos; as relações cliente e assistente”. Todavia, as exigências de uma sociedade em desenvolvimento fizeram com que o Serviço Social sentisse a necessidade de uma reformulação, “passando de mero postulado para uma fase científica baseando-se no fato de ser o meio social responsável pelos desajustes, distorções, disfunções e males sociais.” (LIMA, 1971, p. 21). A partir desse momento, Creuza Nazaré Lima (1971, p. 21-22) indica que

o curso de Serviço Social deixa de ser de curta duração para ser de nível universitário, [...] preocupando-se ainda com uma formação básica de ciências sociais, pesquisa tecnológica, teoria geral e tendo para diagnóstico a pesquisa social como suporte. Passa assim o Serviço Social a ter como objetivo as mudanças sociais, as reformas e o desenvolvimento, havendo para tal uma preocupação de achar uma teoria correspondente a nossa realidade, a fim de evitar as disfunções sociais.

Como é colocado também por Maria Lenize Tapajós Maués (1971, p. 14), “À medida que as ciências sociais se definem no dimensionamento do humano e do social, o Serviço Social passa a assumir um papel no plano das estruturas e do bem comum.”.

Vale destacar que mesmo durante o evoluir da profissão nas décadas de 1940 e 1950, com a criação de escolas e faculdades de Serviço Social e a consequente ampliação do suporte



técnico-científico, a profissão continuou a basear-se nos marcos conservadores. Segundo Silva (2011, p.31), “o Serviço Social passa da influência do pensamento conservador europeu (escola franco-belga) para a da sociologia conservadora norte-americana”. Acerca desta questão, Yamamoto (2013, p.24) assegura que

O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando — na justificativa dessa ação — o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão ‘especial’, voltada para os elevados ideais de ‘serviço ao Homem’.

Ao verificarmos a ementa da disciplina Estágio I de 1978, é apresentado como objetivo da disciplina: “proporcionar aos alunos à aplicação racional e lógica da teorização para formação do Assistente Social, estabelecendo contínuas relações entre a Realidade Brasileira e os Programas de Bem Estar Social.” (PLANO DE CURSO ESTÁGIO I, 1978, p.1). Em concordância, o programa da disciplina Estágio III de 1978 apresenta como objetivo “Aplicação dos métodos de Serviço Social nos campos da prática profissionalizando as técnicas específicas que favorecem o desenvolvimento dos processos de Serviço Social, através da supervisão direta aos campos de estágio” (PLANO DE CURSO ESTÁGIO III, 1978, p. 1).

Notamos o intento de aplicação da teoria na prática, tal percepção é reforçada por alguns discursos encontrados nos Trabalhos de Conclusão de Curso, como exemplo: Cléa Bessa da Costa (1972, p. 14) afirma “A função da estagiária de Serviço Social é exatamente executar na prática aquilo que se aprendeu em teoria, isto orientada pela supervisora da entidade.”, já Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 83) assinala “procuramos o entrosamento harmonioso e aplicável na teoria e prática: uma, em nosso campo de estágio e a outra, recebida na Escola de Serviço Social ‘André Araújo’”.

Uma ideia diferente é vista no trabalho de Maria Amélia Gadelha Alves de Freitas (1983, p. 7), em que a autora afirma que o estágio “possibilitou vivenciarmos a problemática do reabilitando, e ainda aprofundarmos o estudo da reabilitação profissional a nível teórico analisando-o com a prática.”.

Guerra (2014, p. 230) explica que o pensamento racionalista formal rejeita a unidade teoria/prática, “esta recusa, de cunho conservador, tem como pano de fundo as falsas representações produzidas pelas classes ou facções da classe dominante”. Desta forma, a relação teoria/prática no Serviço Social é expressa:

ao apreender os dados, sobre os quais atua como formas fixas, o profissional tende a identificá-los ao seu conteúdo e a estabelecer entre eles uma relação causal, cuja tendência é a de aceitar os fatores econômicos como determinantes. Tal condicionamento unidimensional dos aspectos econômicos da realidade capitalista, extraído da análise de causa-efeito, leva o profissional a desconsiderar os demais aspectos constitutivos das questões sociais e a conceber os fatores econômicos como autoexplicativos, abstraídos das demais determinações que conformam os processos sociais. A veracidade dos fatos encontra-se na experiência que autoriza a formulação de conceitos, transformados em modelos generalizantes. (GUERRA, 2014, p. 231-232).

Essa apreensão da relação entre teoria e prática é reforçada pelas disciplinas que possuem o enfoque na realidade empírica, como visualizado nas grades curriculares apresentadas anteriormente. Tais disciplinas “fornecem um quadro referencial teórico eclético, segregado em informações parciais, fragmentadas, generalizantes” (GUERRA, 2014, p. 231).

Essa dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social é decorrente da inserção própria do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho capitalista, da ‘cisão’ entre trabalho manual e intelectual, e também de elementos exógenos à profissão, como “a constante necessidade de modernização profissional imposta pelos processos econômicos e políticos (partidários, sindicais, institucionais) que engendram as inovações tecnológicas” (GUERRA, 2014, p. 237).

Recordamos que durante a modernização conservadora, novas exigências foram postas ao Serviço Social, como colocado por Netto (2011, p. 155): em sua vertente modernizadora, o Serviço Social “aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites”.

Nesse sentido, nos Trabalhos de Conclusão de Curso analisados na pesquisa, identificamos várias descrições de técnicas, instrumentos e atividades profissionais, assim, no intento de sintetizar tais informações, foi elaborado o quadro 8:

Quadro 8: Síntese das principais técnicas, instrumentos e atividades citados nos TCCs (1970-1985).

<b>Técnicas</b>	Visitas, observações, estudo da problemática, acompanhamento de casos, confidencialidade, entrevistas individuais, comissões nos centros sociais, observação do grupo, sociograma, apoio. Na Ação Comunitária: interpretação, conscientização, motivação, mobilização, ação organizada,
<b>Instrumentos</b>	Pesquisa socioeconômica e socio-médica, levantamento socioeconômico, formulário, pesquisa social, relatório, ficha de matrícula, reuniões, abordagens, estudos estatísticos, avaliações, estudo psicossocial.

<b>Principais atividades</b>	<p>Formação do conselho comunitário, direção dos Centros Sociais, recreação educativa, plantão, triagem social, visita às enfermarias, remoção de pacientes, educação sanitária, tipos de alta (por decisão médica ou a pedido), intervenção junto a família, comemoração de datas festivas, encaminhamento do cliente para treinamento através das instituições locais como SENAI e SESI, atendimento de casos, elaboração de programas de integração dos recém-admitidos, treinamentos, cursos, palestras, manutenção da assistência aos moradores, orientando-os no novo sistema de vida ensinando-lhes princípios de higiene ordem trabalho.</p> <p>Orientação nos Conselhos Comunitários, orientações sobre higiene no lar pré natal, orientações sobre documentação e doadores de sangue, orientações sobre direitos trabalhistas, orientação e interpretação das normas hospitalares, orientação para localizar familiares, orientar e assistir a população necessitada em seus diversos casos.</p>
------------------------------	--

Fonte: Pesquisa documental (2021)

Historicamente, a prática profissional do Serviço Social foi envolvida por ações auxiliares com muitos aspectos burocráticos, mas que eram “necessárias ao funcionamento racional das instituições e mesmo à realização das práticas materiais que estas desempenham” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 312).

O Serviço Social por ser uma profissão institucionalizada e interventiva acaba sendo um solo fecundo para o pragmatismo, visto como “representação ideal da imediaticidade do mundo burguês” (GUERRA, 2013, p. 40). Yazbek (2019, p. 60) esclarece que o pragmatismo é “uma filosofia da ação e de intervenção social, e sua tese fundamental é o valor prático do conhecimento como critério de verdade [...] ideias e atos só são verdadeiros se servirem para desdobramentos práticos e solução imediata dos problemas.”. Para Iamamoto (2013), a tendência empiricista e pragmática é uma marca da prática profissional no período inicial da profissão. Nessa direção Guerra (2013, p. 46) elucida:

os influxos do pragmatismo deixaram suas marcas: na concepção de profissão como instrumento a serviço do projeto do capital, na concepção de prática de ajuda psicossocial, no seu enfoque no sujeito, na sua função educativa visando adaptação e ajustamento, na sua fissura pelas técnicas, instrumentos e metodologias de ação, no profundo ecletismo, no desprezo pelos fundamentos. O pragmatismo expressa-se, sobretudo, como caracterização do que Netto (1990, p. 117) chamou de Serviço Social tradicional: “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocrática”.

Considerando as contradições que perpassam as instituições nas quais o assistente social está alocado, o profissional “atuará, então, no sentido de aplainar as arestas; individualizar os casos; propiciar alguma solução paliativa como satisfação às demandas; jogar para frente o problema insolúvel, se encarando em seu conjunto, em sua manifestação social, nos limites do modo de produção vigente” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 317).

Segundo Iamamoto e Carvalho (1982), uma atividade tradicional e original do Serviço Social é a pesquisa e a classificação, que após a institucionalização da profissão, terão um aspecto metódico e burocrático. Já as ações não burocráticas terão o caráter educativo, no sentido de “inculcação ideológica [...] são veiculadas normas de comportamento em relação às quais se procura arrancar a adesão ou, ao menos, a aceitação passiva dos pacientes.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 317).

Com a consolidação do mercado de trabalho do Serviço Social, surgiu um “novo padrão de exigências para o seu desempenho profissional” (NETTO, 2011, p. 123). O que se tornou evidente, segundo Netto (2011, p. 123) foi “o enquadramento de assistentes sociais em estruturas setoriais mais complexas e com interconexões múltiplas e polifacetadas, no marco da burocratização própria a elas [...]”.

Nesse sentido, notamos uma ênfase na documentação quando comparamos os programas de “Serviço Social Aplicado I”. Se em 1973 o programa de Serviço Social Aplicado I era voltado para discussão da evolução história do Serviço e os seus três “métodos fundamentais”, nos anos de 1976 e 1977 suas unidades envolviam “1) documentação em Serviço Social; 2) análise de documentação; 3) supervisão; 4) elaboração de uma monografia”, e consta como objetivo do programa:

O objetivo principal do Departamento de Serviço Social é a orientação técnica e aplicação racional e lógica para a formação do profissional que é o Assistente Social. Este trabalho é desenvolvido através da Supervisão em Serviço Social, procurando mostrar um panorama global e sua aplicação dentro da realidade brasileira. (EMENTA SERVIÇO SOCIAL APLICADO I, 1976, p. 1).

Todavia, já em 1971 foi identificado no Trabalho de Creuza Lima (1971) uma ênfase na documentação, visto que a autora dedica um capítulo para expor quais documentos são utilizados no Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Segundo Creuza Lima (1971, p. 48), a documentação é importante pois é por meio dela que

se observa o relacionamento total da comunidade, são averiguados as causas e os efeitos dos problemas sociais, são avaliados os resultados da aplicação das técnicas, o aperfeiçoamento dos profissionais e proporcionam uma visão de conjunto para melhorar o bem-estar geral.

Seguindo a linha de exposição, destacamos alguns aspectos referentes à descrição da prática profissional nos campos de estágio. Desta maneira, uma primeira informação relevante são os locais em que as autoras estagiavam, sendo apresentado os mais recorrentes na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Locais de estágio das autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso produzidos entre 1970 e 1985.

<b>Local</b>	<b>Quantidade</b>
Instituto Nacional de Previdência Social (INPS-AM)	12 ocorrências
Instituto Maria Madalena	11 ocorrências
Penitenciária Central do Estado	9 ocorrências
Serviço Social da Indústria (SESI)	9 ocorrências
Hospital Getúlio Vargas	8 ocorrências
Serviço Social do Comércio (SESC)	8 ocorrências
Centro Social	8 ocorrências

Fonte: Pesquisa documental (2021)

Ao observarmos a tabela, podemos constatar que há áreas comuns no Serviço Social desde o início da profissão como saúde, previdência e “menor” (Instituto Maria Madalena), instituições da indústria e comércio. Iamamoto e Carvalho (1982) explicitam dados acerca dos campos de atuação do assistente social da década de 1940 formados pela Escola de Serviço Social de São Paulo (1947-1949), na qual as principais áreas eram o “Serviço Social Médico”, a “Indústria” (SESI, SENAI, empresas particulares), Escolas de Serviço Social e Assistência à família. Nesse sentido, percebemos que não houve menção à esta última área<sup>41</sup> nos Trabalhos de Conclusão de Curso analisados. Salientamos também, que no decorrer dos trabalhos, identificamos que as autoras descreviam algumas “problemáticas” nos campos de estágios, que iremos expor a seguir.

Em Manaus, desde 1940 existia algumas instituições que faziam parte das ações voltadas para as crianças e adolescentes, como exemplo o Instituto Melo Matos e o Instituto Maria Madalena (VASCONCELOS, 2018). Ambos eram locais de estágios mencionados pelas autoras dos TCCs e tinham como finalidade a internação de “menores” – de sexo feminino no Maria Madalena e de sexo masculino no Melo Matos – considerados “delinquentes” ou “abandonados”, nestes locais, as crianças e adolescentes recebiam educação moral, cívica, religiosa e profissional (VASCONCELOS, 2018).

Conforme algumas autoras que estagiaram no Instituto Maria Madalena, os problemas encontrados neste lócus foram: segundo Dagmar dos Anjos Feitoza (1972), a menor internada,

<sup>41</sup> Marilene B. Guimarães (1971) estagiou no Palácio Rio Negro que realizava alguns trabalhos de assistência social e em casos de emergência como exemplo enchentes, todavia, não é possível afirmar que este era um campo da assistência social.

visto que os internatos “tem apresentado uma tônica comum de deficiência bio-psicossocial (sic) aliada a precárias condições intelectuais e de capacidade de enfrentar problemas”, infância abandonada, adolescentes marginalizadas, sendo a causa fundamental, o ambiente familiar. Em consonância, Magali Martins (1971, p. 62) também menciona elementos geradores

os vícios, a ignorância total, a ausência constante dos pais, tudo isso influi sensivelmente na deformação da personalidade do adolescente. E essas causas resultam de conflitos que os indivíduos (contagiados pelo ar de ignorância) e as famílias (destituídas de qualquer base social) adquiriram do passado, e desapercivelmente.

Essa “delinquência” juvenil e adulta resultado de uma “educação mal orientada ou desleixada”, conforme Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 45), também é encontrada como uma das “problemáticas” da Penitenciária. Conforme Vania Maria Nery Santana (1972, p. 35), na sociedade manauara, de forma geral, há também o aumento do índice de criminalidade, surgimento de crimes como “sabotagens, sequestros, fuzilamentos, assaltos a mão armada e a propagação do consumo de drogas entre a juventude. Roubos com a utilização da violência tiveram um aumento na ordem de 150%”, “maior índice de detenções, entretanto, é de vadiagem, sendo enquadrados neste dispositivo todos aqueles que possuam passagens anteriores pela polícia.” (SANTANA 1972, p. 37).

Acerca do que seria o “vagabundo” e o crime de “vadiagem”, Carvalho (2006, p. 6) explica que “A identidade marginal do vagabundo é fruto do desenvolvimento do capitalismo, visto que este proporcionou o advento desse personagem ao causar a exclusão de uma vasta parcela de mão-de-obra do processo produtivo hegemônico”. Assim, em 1889, ocorre a criminalização da vadiagem tendo como pena, a prisão por 15 a 30 dias sendo obrigados a buscar uma ocupação dentro deste prazo, tal ação evidencia a lógica burguesa para os padrões de comportamentos aceitos na sociedade e as novas regras socioeconômicas impostas.

O uso desse termo não estava restrito ao Serviço Social, visto que fazia parte da lógica capitalista no período. Barbosa (2012, p. 37) aponta que “O projeto das elites era higienizar e disciplinar o espaço urbano de modo que ‘pobreza passou a significar sujeira, que significava degradação que significava imoralidade que significava subversão’.”. Durante a ditadura, esse conceito de subversão foi alargado, abrangendo não somente os pobres, “vadios”, “marginais”, mas todos os opositores políticos, independentemente de sua situação econômica.

No estágio na previdência Ruth Israel Lopes (1974, p. 59) identifica que “A falta de capacitação para o trabalho num mercado que, pelo desenvolvimento tecnológico, vem se tornando cada vez mais exigente em termos de mão-de-obra qualificada, é fator de

marginalização do segurado desempregado [...]”. Já no estágio na saúde, Maria de Fátima M. Prestes (1976, p. 8) afirma que “O êxodo rural é um dos grandes problemas observados nos hospitais da cidade”, ainda neste âmbito destacamos que Maria de Fátima de M. Prestes (1976, p. 8) e Eliana de Souza Vieira (1978, p. 16) escrevem a mesma passagem sobre o avanço tecnológico:

O avanço tecnológico tem trazido grandes problemas para a humanidade, tanto em organizações, quanto em instituições sociais, tem sido assunto de discussões para equipes interprofissionais e até para os leigos que já estão conscientizados de seu dever em ajudar o próximo a se promover, a se realizar com o seu próprio esforço e decisão.

Ainda comentando acerca das “problemáticas”, Clarice Pazuello Benzecry (1984) apresenta os indicadores de saúde (condições socioeconômicas, saneamento básico, nutricionais, etc.) ligados à população materno-infantil no Amazonas e assinala que, mesmo após o desenvolvimento advindo da Zona Franca de Manaus, os indicadores são bastante baixos. A autora também expõe tabelas acerca da natalidade e mortalidade infantil na cidade de Manaus, salientando como o fator renda e saneamento são primordiais para conter a mortalidade infantil. Um ponto relevante é que a autora cita Juan César Garcia que afirma “que o estudo de problema de saúde deve ser ‘percebido de maneira dialética, ou seja, levando em conta as forças produtivas e as relações de produção, o que leva diferentes explicações e estratégias no campo da saúde’.” (BENZECRY, 1984, p. 13-14).

Notamos que a forma como Clarice Benzecry (1984) identifica e analisa a “problemática” da mortalidade infantil é diferente de Ruth Lopes (1974), que apenas identifica a moléstia como gerador de problemáticas para a instituição e para o trabalho, assim como Maria Prestes (1976) e Eliana Vieira (1978) que identificam o êxodo rural e a improdutividade do homem, mas não analisa de forma mais profunda ou relacionada com a situação da saúde de forma mais ampla.

Schweickardt e Martins (2017) nos dá alguns indicativos de como estava a situação da saúde na cidade de Manaus durante este período. Segundo estes autores, o crescimento demográfico da cidade resultou em consequências para os serviços de saúde. Fazia parte da rede de saúde de Manaus: Dispensário Alfredo da Matta (hanseníase), Dispensário Cardoso Fontes (tuberculose) e Hospital Colônia Eduardo Ribeiro (saúde mental), Hospital Geral Getúlio Vargas, o Hospital Colônia Antônio Aleixo, Hospital Infantil Dr. Fajardo, Hospital de Isolamento Chapôt Prevost, Maternidade Ana Nery, além dos postos de saúde nos bairros de Adrianópolis, Boulevard Amazonas, Glória, São Raimundo, Santa Luzia e São Jorge.

Todavia, “Devido ao crescimento populacional, segundo o Relatório do Secretário de Saúde na época, a rede não estava respondendo mais à demanda”, além disso, as ações governamentais tinham como foco, a assistência hospitalar curativa e havia poucas iniciativas de prevenção, ficando restritas aos campos de imunização e saneamento (SCHWEICKARDT e MARTINS, 2017, p. 29).

### **3.3. As expressões do conservadorismo na formação profissional em Serviço Social no Amazonas**

Ao longo desta dissertação foram apresentados diversos elementos referentes ao Serviço Social no Amazonas durante o período de 1970 a 1985 que podemos relacionar com o conservadorismo. Segundo Iamamoto (2013, p. 33), algumas características do pensamento conservador “encontram-se profundamente enraizadas no discurso e na prática profissional, tornando-se parte integrante da configuração da profissão”. Como mostra a literatura do Serviço Social, este foi um momento histórico marcado por revisões, discussões e encontros significativos na profissão, pois é nesta movimentação que o Serviço Social se aproxima da tradição marxista e solidifica as bases teóricas para crítica e ruptura com o conservadorismo.

É importante que se apreenda que “o conservadorismo nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional. Por vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, e também não é uma exclusividade do Serviço Social.” (BOSCHETTI, 2015, p. 639), pois entende-se que o conservadorismo é imprescindível para reprodução da sociedade capitalista; como vimos anteriormente, o conservadorismo no pós-48 deixa de ser restaurador e antiburguês e passa a ser contrarrevolucionário, tornando-se instrumento de manutenção da sociedade burguesa.

Netto (2011b, p. 77) afirma que a profissão “é dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem”. Nesse sentido, podemos afirmar que as autoras dos trabalhos analisados se mantiveram alinhadas ao paradigma da modernização conservadora, descreveram ações e reflexões voltadas hegemonicamente para a manutenção do *status quo*. No primeiro capítulo, visualizamos que a maioria das autoras dos trabalhos analisados não esboçava críticas a conjuntura ditatorial – até mesmo quando identificam os “problemas sociais” tanto nacionais como locais –, aparentando em alguns trechos, concordância com as ações governamentais para Amazônia.

Souza (2015, p. 3) indica que o Serviço Social concentra seus estudos sobre o conservadorismo que incide na profissão, a partir das diversas influências – como o



neotomismo, o positivismo, o estrutural-funcionalismo, a fenomenologia, e o pensamento pós-moderno – e do conservadorismo clássico, sendo o livro de Leila Netto (2011), a maior expressão deste último. Durante a análise dos TCCs foi possível visualizar as principais tendências teórico-metodológicas, apresentadas no segundo capítulo, que nos permitiram aproximação com a Doutrina Social da Igreja Católica, o neotomismo e o humanismo cristão, o funcionalismo, a perspectiva desenvolvimentista, o estrutural-funcionalismo, a matriz fenomenológica e as ideias de Paulo Freire.

A Doutrina Social da Igreja Católica se expressou em discursos mais utópicos referentes à ação profissional, à vocação necessária para ser Assistente Social e às encíclicas papais *Populorum Progressio*, *Mater et Magistra*, *Pacem in Terris* e *Rerum Novarum*. Da mesma forma destacamos outros trechos que nos permitem a visualização mais ampla desse aspecto religioso católico na escrita dos trabalhos.

Antonio Bittencourt Gomes (1973, p. 9) afirma que o postulado do Serviço Social são as palavras do Cristo ‘Ama teu próximo como a ti mesmo’, pois a profissão foi edificada sob a caridade e amor com o próximo: “é antes de tudo um sentido de amor, é talvez uma filosofia mais que técnica ou ciência. É o verdadeiro mandamento da vida e da amizade”. O autor Antonio Bittencourt Gomes (1973, p. 9) ainda menciona que “a base da vida é o trabalho do homem e a lei da vida é o auxílio entre os homens.”, tal afirmativa é relacionada a questão religiosa quando o autor aborda sobre a caridade, afirmando que

[...] é no amor mútuo, é na ajuda desinteressada que o homem poderá melhorar seu mundo, poderá emprestar ao meu mundo um pouquinho do Céu, poderá dar-lhe um novo colorido, um colorido de alegria e amor, pois ‘é amando que somos amados, e dando que recebemos e é dando a vida que vivemos eternamente’. (GOMES, 1973, p. 10).

Ainda no Trabalho de Antonio Bittencourt Gomes (1973, p. 12), acerca do histórico do Serviço Social, o autor afirma que “Com o cristianismo tomou o Serviço Social grande desenvolvimento mediante as palavras de Cristo ‘Ama o teu próximo como a ti mesmo’, teve por base a caridade.”. Em consonância, Marilene B. Guimarães (1971, p. 19) assinala que

Devemos salientar devidamente que data do Cristianismo o grande desenvolvimento tomado pelas instituições de auxílio ao próximo. Jesus disse ‘ame teu próximo como a ti mesmo’. Não está aí todo um programa do auxílio, de assistência social, de Serviço Social? Nada mais justo pois do que considerar Cristo como ‘o Assistente Social nº 1’.

O aspecto religioso também estava presente na descrição das ações profissionais quando os autores dos trabalhos mencionaram as comissões no Centro Social Urbano (CSU), no grupo de jovens e no clube de mães, todavia, os trechos que mais se destacam são de Vania Maria Nery Santana (1972, p. 32) e Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 26) que escrevem exatamente a mesma passagem quanto as condições existenciais para a aceitabilidade da penitenciária, nas quais está o ensinamento moral ou religioso:

o ensinamento moral é, com outras palavras, o ensinamento religioso. É um absurdo afirmar que se deve deixar ao delinquente a faculdade em aceitar o ensinamento religioso. Ele é imprescindível, é necessário para formar a consciência no indivíduo que não a tem. [...] Com o ensinamento moral ou religioso procura-se fortalecer e purificar o caráter dos delinquentes, despertando-lhes nobres sentimentos. Exerce esse ensinamento, a um tempo, uma função educativa e moralizadora.

No Trabalho de Dagmar dos Anjos Feitoza (1972, p. 83) é mencionada a responsabilidade “imensurável do Assistente Social diante do HOMEM, da SOCIEDADE e acima de tudo: DEUS!”. Em consonância, Magali Maria de Almeida Martins (1971, p. 12) ainda na Introdução, assinala

levamos uma bagagem bastante pesada, mas que traduz a necessidade do mundo que dependerá de nós- assistentes sociais, nas horas de doces e amargas realidades, seremos como uma sacerdotisa a pregar uma ‘religião’ que a própria Teologia, do homem e através dele, sempre deu um imperativo de defender – sociologia humana.

Essa relação do Serviço Social com o cristianismo existe desde o momento de gênese da profissão, pois como afirma Iamamoto (2013, p. 23) “o Serviço Social surge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”. Entretanto, é importante que se destaque a persistência de alguns elementos religiosos cristãos, como vimos nos discursos acima.

Cardoso (2016, p. 435) explica que a influência do pensamento conservador da Igreja Católica na formação profissional no início da profissão se dá por meio das encíclicas e, principalmente, nas “orientações moralizadoras, no sentido de ensinar à população comportamentos e formas de vida mais ‘adequadas socialmente’ [...]”. Desta forma, Cardoso (2016, p. 435) é enfática ao afirmar: “constitui-se uma formação acadêmico-profissional caudatária do pensamento conservador”.

Nesse sentido, salientamos também a presença do neotomismo e do humanismo cristão nos Trabalhos de Conclusão de Curso, principalmente, nas discussões sobre o sujeito “cliente” do Assistente Social. A influência do ideário conservador é marcada no Serviço Social por meio

do neotomismo, originário da influência franco-belga, tendo Jacques Maritain como seu principal expoente (LACERDA e GUEDES, 2006).

Tal autor, que era um conservador romântico, critica a modernidade, “pois acredita que nestes marcos rompe-se a ligação do homem com a ordem superior e se distancia do cristianismo, rompendo com o modelo de comunhão medieval.” (LACERDA e GUEDES, 2006, p. 6).

Ademais à estas questões, destacamos que as autoras dos trabalhos analisados também indicavam princípios do Serviço Social. Como por exemplo, Maria das Graças Alfaia do Lago (1974, p. 61) que indica o princípio fundamental do Serviço Social, que é “ajudar a ajudar-se quando e quanto necessário, ao indivíduo, ao grupo e a comunidade”.

Já Neuza de Souza Teixeira (1970, p. 9) afirma que “O Serviço Social, hoje, se firma nos princípios científicos da sociologia, psicologia, filosofia moral, Direito, Legislação Social, Higiene, Psiquiatria, Pedagogia e em Leis complementares de administração.”; além disso, a autora completa a assertiva, afirmando que o Serviço Social atua “em diferentes camadas, onde estiver o homem, o perigo, o desajustamento social, ele provoca efeitos em que se sinta mais feliz, tornando-se útil à si, à família, à sociedade, à Pátria e a Deus, sobre todas as coisas.” (TEIXEIRA, 1970, p. 9).

Os princípios citados pelas autoras envolvem a máxima da concepção profissional vista no capítulo anterior: atuação nos “desajustamentos” com vistas a “ajudar” o homem. Apesar da autora Neuza Teixeira (1970) citar que se baseia em princípios científicos de diversas áreas, visualizamos que a finalidade da ação do Serviço Social envolve a utilidade do homem à família, sociedade, pátria e à Deus.

Recordamos que as menções à Deus cristão são típicas do conservadorismo, Burke (1982, p. 112) afirma que “Nós sabemos, o que é melhor, sentimos interiormente que a religião é a base da sociedade civil e a fonte de todo o bem e de toda felicidade.”, tais menções a Deus estão presentes nos princípios do Serviço Social desde o primeiro código de ética aprovado em 1947.

Neste código de ética, nos “Deveres fundamentais”, visualizamos sua vinculação religiosa, pois é colocado “Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus.” (CFESS, 2016).

Segundo Oliveira e Chaves (2017), este primeiro código foi reformulado devido a regulamentação da profissão, as mudanças no cenário brasileiro e os questionamentos internos quanto a metodologia e teleologia, sendo aprovado outro código em 1965, e de forma geral:

O conteúdo e os princípios do novo código continuam tendo por base as influências dogmáticas do neotomismo. Prevalece a visão do homem como ser abstrato, universal e a compreensão da sociedade, na qual os fatos ocorrem isoladamente, como processos evolutivos que independem da ação humana. A solidariedade, o amor ao próximo e a doação permanecem sendo os valores propulsores do Serviço Social (OLIVEIRA e CHAVES, 2017, p. 151).

O terceiro código data de 1975, resultado das reflexões originadas nos Seminários e do próprio contexto sócio-histórico. Nesse sentido, segundo Oliveira e Chaves (2017, p. 152), este código mantém a influência neotomista e seus pressupostos acrílicos, entende o Estado como gestor do bem-comum e assume uma perspectiva de transformação e participação social, todavia, “Esses princípios [...] apenas reproduzem a ordem estabelecida, uma vez que não enfatizam a capacidade crítica e transformadora do homem como ser histórico”.

Alguns trabalhos também citam elementos fundamentais à ética a partir da atividade profissional, tais como: Maria Lenize Tapajós Maués (1971, p. 46) aponta a questão do “segredo profissional”, no sentido de “garantir um clima de confiança de seu cliente, sem prejuízo digo prejudicar também a confiança dos dirigentes da empresa”. Já Dislene Maria Castro do Casal (1979, p. 7) afirma

O respeito pela liberdade do paciente é um dos pontos básicos na tarefa executada pelo Assistente Social. O oferecimento de ajuda e a liberdade de aceitar ou não, pode levar o paciente a entender o que vem a ser o Serviço Social.

Nos chama atenção as menções à liberdade e “segredo profissional”. No primeiro, pois nenhum código de ética mencionado anteriormente escreve sobre “liberdade”, os deveres do Assistente Social em relação ao “beneficiário” se restringem ao respeito pela “dignidade da pessoa humana” ou somente pela “pessoa humana”. No segundo, nota-se que o “segredo profissional” (atualmente, sigilo) já aparecia no Código de 1947 “Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos policiais, sobre o que saiba em razão do seu ofício.” (CFESS, 2016, p. 2), já nos Códigos de 1965 e 1975, aparece com uma dimensão maior sendo um capítulo destes documentos.

O “segredo profissional” como mencionado nos Códigos de 1965 e 1975 remete a “guardar segredo sobre todas as confidências recebidas e fatos de que tenha conhecimento ou haja observado no exercício de sua atividade profissional” (CFESS, 2016, p. 3). Nos dois

códigos é “admissível a revelação do segredo profissional para evitar um dano grave, injusto e atual ao próprio cliente, ao assistente social, a terceiros e ao bem comum” (CFESS, 2016, p. 3), além disso, em ambos os documentos se afirma que caso seja chamado como testemunha “deverá comparecer perante à autoridade competente para declarar-lhe que está ligado à obrigação do segredo profissional, de acordo com o art.144 do Código Civil” (CFESS, 2016, p. 4).

Diante do exposto, podemos aludir o entendimento de Cardoso (2017) sobre a evidente vinculação do Serviço Social ao pensamento conservador. Segundo Cardoso (2017, p. 329):

[...] Tal projeto político-pedagógico marcou a constituição de um ethos (modo de ser) profissional conservador que compreendia o papel da assistente social na busca da harmonia, do ajuste e da correção dos desequilíbrios e desajustes dos indivíduos e famílias. Identidade e ethos que mantêm suas raízes até os dias de hoje, tendo, no entanto, perdido sua hegemonia enquanto projeto profissional e sua expressão na formação acadêmico-profissional a partir dos anos 1980 [...].

Conforme Iamamoto (2013), com o processo de secularização da profissão, o Serviço Social se aproxima e passa a receber influência do pensamento conservador norte-americano, identificamos e apresentamos no segundo capítulo, a presença da matriz positivista em seu viés funcionalista em diversos trechos que salientam a atuação voltada para o ajustamento/reajustamento e integração – enraizadas na tradição conservadora – do sujeito “cliente” do Serviço Social, bem como a forte presença dos métodos de Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade.

Em consonância, Cardoso (2016) indica que a influência da metodologia norte-americana no Serviço Social se faz visível também a partir da incorporação do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Tal apropriação é resultado do próprio movimento sócio-histórico do mundo, pois como mencionado anteriormente, os Estados Unidos passam a expandir e exercer sua influência econômica e ideológica para o desenvolvimento dos países, principalmente, da América Latina. Essa influência e presença de tais conteúdos nos currículos “ganhará expressividade em nível nacional, demonstrando a hegemonia dessa perspectiva, a partir do currículo mínimo de 1953.” (CARDOSO, 2016, p. 439).

Como visto no primeiro tópico deste capítulo, uma das características do pensamento conservador é a centralidade da família. Em consonância, Iamamoto (2013, p. 33) expõe que uma característica do pensamento conservador é “a ênfase na formação social, moral e intelectual da família, considerada como célula básica da sociedade”.

Evidenciamos que as autoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso, ao fazerem julgamentos dos costumes/moral, também focalizam a família. Como por exemplo, Maria Auxiliadora Cruz da Silva (1983, p. 9) assinalando que “os desajustamentos conjugais, econômicos e sociais dos pais se refletem nos filhos, e dificilmente o menor consegue por si mesmo, transpor os desajustamentos paternos”. Além disso, a autora comenta que “O problema familiar forma-se de uma decorrência da falta de preparação do casal para o casamento, quando há casamento” (SILVA, 1983, p. 9).

Icléa Costa Moreira (1972, p. 54) aponta que no clube de mães, alguns aspectos eram observados como a

maneira como o operário se apresentava ao serviço, não somente pela aparência física de cada um, mas pelo aspecto higiênico, a falta de zelo, e maiores cuidados que demonstram o não conhecimento das normas primárias de higiene ou por outro lado a pouca importância para esse detalhe, esquecendo-se talvez do papel que cada um, pela natureza inata, pelo ‘status social’ desempenha uma missão importante no lar, na família, na comunidade.

Em tais colocações notamos um julgamento em relação à família (entendida como a “tradicional”), no que concerne seus aspectos higiênicos e harmonia familiar. Como vimos acima, Maria Auxiliadora Silva (1983) concentra sua fala em como os problemas de “desajustamentos” da família são refletidos nos filhos e podem ser advindos de uma falta de preparo para a vida conjugal, enquanto Icléa Moreira (1972) salienta no clube de mães (ou seja, para as mulheres), a falta de zelo e higiene dos operários ressaltando que estes podem acabar esquecendo-se do seu papel social.

Iamamoto e Carvalho (1982) apontam que para manter e reproduzir a dominação de classe, a prática social terá o importante aspecto de intervir de forma normativa na vida dos grupos sociais que são atendidos, no entendimento dos autores:

O enquadramento dos hábitos de saúde, alimentação, habitação, comportamento etc., são assim elementos essenciais no instituir-se, como natural (e universal), uma ordem que é fundamentalmente particular. O estímulo à cooperação de classes, o ajustamento psicossocial do trabalhador, são, entre outros, elementos básicos na ação de impor a aceitação e interiorização das relações sociais vigentes, a aceitação da hegemonia social do capital. (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 308).

Além disso, a autora Maria Auxiliadora Silva (1983, p. 10) continua sua argumentação e aponta que um dos fatores para a desagregação social é “a omissão dos pais perante os filhos”, considerando que um salário mínimo não é o suficiente para uma família inteira, as mães precisam sair de casa para trabalhar e ajudar na manutenção da casa, ficando os filhos soltos

nas ruas “e sob a influência de hábitos deteriorados de uma vizinhança deseducada, adquirem comportamento com características marginais, no sentido de se afastarem do tipo de conduta padrão das famílias e vizinhanças socialmente integradas” (SILVA, 1983, p. 10).

Dentre as causas da marginalização, Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 54) cita a causa moral e afirma

Quanto maior organização moral tem uma sociedade, tanto menor será o seu índice de criminalidade. Uma sólida formação religiosa e moral impede ou reduz grandemente o número de delitos. Também estes ocorrem raramente quando o indivíduo faz parte, íntegra, vive no seio de famílias bem constituídas e harmônicas, em lares unidos por forte laço espiritual, ou entre pessoas educadas sob a luz de uma crença divina. Ninguém põe em dúvida o quanto uma sincera fé religiosa concorre para melhorar o homem.

A referida autora também inclui mais uma causa que, segundo ela, cresce a cada dia: “um ressentimento, um ódio de classe das camadas humildes contra os favorecidos da sorte.” (ALENCAR, 1971, p. 54).

Destacamos aqui a ideia de “marginais/marginalização” e como ela está relacionada a moral. Maria Auxiliadora da Silva (1983) aponta o comportamento “marginal” como consequência da influência de hábitos deseducados e deteriorados que estão distantes de um padrão socialmente integrado, já Francisca Alencar (1971) indica que a marginalização se relaciona com uma organização moral da sociedade, uma formação religiosa forte e a constituição de famílias harmônicas e educadas, acentuando também como causa “o ressentimento e o ódio” dos pobres contra os “bem afortunados”.

A família e a moral são entendidos como formas de prevenção ao “comportamento marginal”, tal concepção decorre da centralidade da família apontado anteriormente. Conforme Barroco (2010, p. 81), o conservadorismo, enquanto projeto político, busca “garantir a reprodução de um sistema moral que assegure a ‘ordem’ [...]”. Durante a ditadura civil-militar, a moral e a família fizeram parte de rol de “preocupações” da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, segundo Setemy (2018, p. 179):

Um dos tópicos da Doutrina afirmava que uma das principais armas do inimigo era a propaganda veiculada por intermédio dos meios de comunicação de massa, que se encarregaria de desencadear o processo subversivo pelo afrontamento aos valores morais, aos fundamentos da família e pela disseminação de maus hábitos, especialmente entre os jovens. De acordo com os termos da Doutrina de Segurança Nacional a “crise moral” consistia em uma estratégia subversiva do “movimento internacional comunista”, que ameaçava tanto a ordem social interna quanto a segurança nacional.

Francisca Rita Rodrigues de Alencar (1971, p. 47) ainda destaca algumas condutas criminosas, como exemplo: estupro, que é crime gravíssimo; crimes contra os costumes “liberdade sexual, corrupção de menores, lenocínio” (ALENCAR, 1971, p. 48) e crimes contra a família; “Há depois as imoralidades menores e formas de conduta não convencional, como por exemplo, afagos condenáveis e modo imoral de dançar. A prostituição é banditismo acham-se diretamente ligados às transgressões sexuais.” (ALENCAR, 1971, p. 48)

A referida autora também destaca que há uma classificação para os delinquentes, aqueles de boa fé e os de má fé, “Aquele que faz o mal com intenção e conhecimento, pinta-se ao espírito como um homem mau e perigoso. Aquele que o fez sem intenção ou sem conhecimento não se apresenta como um homem a temer, senão em razão de sua ignorância.” (ALENCAR, 1971, p. 48). Além disso, os delitos são mais cometidos por homens “porque a alma feminina, mais delicada, sua educação no recesso do lar, seu afastamento das grandes contaminações mórbidas de certos meios, põe-na a salvo de erros e delitos” (ALENCAR, 1971, p. 55).

É importante observar as menções aos crimes contra os costumes e família, salientando a relevância dos costumes e família dentro da sociedade; recordamos que o “perigo comunista” ameaçava a família, o casamento, a juventude, os valores cristãos (SETEMY, 2018). Além disso, a diferenciação entre delinquentes de boa e má fé e a afirmação de que os homens são os que mais cometem delitos podem remeter a uma ideia cristã.

Por fim, sublinhamos a visão da mulher de Francisca Alencar (1971), como um ser livre de contaminações e reservada ao âmbito privado do lar. Acerca desta questão, Saffioti (1987) explica que há um processo de naturalização na sociedade, de que o espaço doméstico é de atribuição da mulher, visto sua capacidade de gerar filhos, nas palavras da autora:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categoriais de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Com o processo de renovação, o Serviço Social passou a discutir sobre sua cientificidade e seus métodos o que levou ao rompimento com o Serviço Social tradicional, segundo Lacerda e Guedes (2006, p. 6), “isso não significa a total superação do neotomismo de Maritain, antes, significa a junção deste com a tradição positivista (sendo um de seus expoentes Durkheim) pautada pela teoria desenvolvimentista defendida pela autocracia burguesa.”.



Além disso, conforme Lacerda e Guedes (2006, p. 6), o período ditatorial foi marcado pelo paradigma da teoria desenvolvimentista, assim, o Serviço Social focalizou sua atuação junto a comunidades incorporando uma nova vertente do conservadorismo. O alinhamento do Serviço Social a teorias desenvolvimentistas indica para a profissão que

é possível ‘elevar as massas’, promovendo um capitalismo harmônico e humanizado, sendo que este ideal de sociedade é, ainda, resquício da perspectiva do Bem Comum idealizado por Maritain, mas agora influenciado pelo funcionalismo.

Desta forma, destacamos a identificação dessa influência de teorias desenvolvimentistas nos trabalhos, principalmente, no que se refere à atuação profissional inserida nos programas de desenvolvimento, nas concepções de Serviço Social do II Congresso Brasileiro de Serviço Social e na relevância que é dada à discussão sobre comunidade, Serviço Social de comunidade e Desenvolvimento de Comunidade.

Envolta nesse mesmo processo, está a tendência do estrutural-funcionalismo que se evidenciou nos elementos do que Netto (2011) denomina de perspectiva modernizadora, como as discussões teóricas presentes nos encontros de Araxá e Teresópolis. Observamos que os trabalhos se voltam para discussões sobre micro e macroatuação e a distinção de aspectos como eficiência, teorização e cientificidade, marcas desta perspectiva no Serviço Social.

Como mencionado anteriormente, Iamamoto (2013, p. 36) indica que no pós-64 há uma atualização da herança conservadora que se expressa na “modernização da instituição Serviço Social”, a profissão passa a se esforçar para aperfeiçoar as ações técnicas instrumentais, enfatizando “metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, a sofisticação de modelos de análises, diagnóstico e planejamento”. Todavia, a autora salienta que:

Esse tipo de suporte científico mantém-se, porém, articulado à metafísica aristotélica-tomista que informa a base filosófica da visão de homem e da sociedade, o que permite à profissão atualizar seu caráter missionário, preservando seu componente utópico. (IAMAMOTO, 2013, p. 37).

Por fim, visualizamos a aproximação do Serviço Social com a perspectiva fenomenológica, também encontrada em um Trabalho de Conclusão de Curso. Lacerda e Guedes (2006) apontam que ao enfatizar a subjetividade do indivíduo e as explicações microsociais para os problemas individuais, a profissão acaba por reiterar o pensamento conservador.

De forma geral, observamos um alinhamento entre as grades curriculares, ementas e os TCCs. Os currículos do curso de Serviço Social em Manaus seguiam a mesma linha do currículo

brasileiro, indicado por Cardoso (2016), que era mais “modernizador” voltado para a apresentação das técnicas e da apreensão dos métodos de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, o que se expressa nos TCCs e é facilmente visualizado, já que as autoras enfatizavam tais métodos, em especial Serviço Social de Caso, expunham seus instrumentos e as principais ações no estágio – recordemos que os TCCs se assemelhavam com relatórios de estágio e tinham como objetivo geral, justamente a exposição da prática e da “teoria”.

Destacamos que essas descrições das técnicas e das atividades realizadas apontam, em sua maioria, para as perspectivas pragmática, empirista e conservadora, também percebidas nas ementas de Estágio, em que a teoria deveria ser aplicada na prática, discurso também encontrado nos TCCs. Assim ocorre com a discussão sobre a “evolução histórica” da profissão, visualizada na ementa da disciplina Serviço Social Aplicado e em diversos TCCs. Essa apreensão mecanicista da história influi em uma concepção conservadora sobre a própria conceitualização da profissão vinculada ao ideário doutrinário e à matriz positivista.

Ressaltamos também disciplinas que estavam nos currículos, mas não diziam respeito exclusivamente ao Serviço Social e possuíam temáticas consoantes a modernização conservadora, como as que eram voltadas para a discussão do desenvolvimento (exemplo Economia Social e Desenvolvimento), sendo este um conteúdo relevante para a região amazônica e que aparece também em alguns TCCs (ver tópico 1.2 e 2.4).

Assim, salientamos como o próprio ambiente universitário foi perpassado pelo conservadorismo da ditadura civil-militar, sendo evidente desde sua implantação vinculada ao projeto desenvolvimentista para Amazônia, até os traços da Reforma Universitária que se fizeram presentes nos currículos de Serviço Social, como exemplo a inclusão da disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros com caráter ideológico político conservador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo geral, analisar as tendências teórico-metodológicas presentes no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) entre os anos de 1970 e 1985. Ao longo deste percurso, encontramos as mais diversas dificuldades, seja pelo acesso limitado aos materiais de pesquisa ou pelo mix de emoções experienciadas durante esta pandemia, que, por vezes, impediam a plena concentração e foco no processo de construção desta pesquisa e, posteriormente, no momento de escrita deste trabalho.

As ações inerentes de uma pesquisa como ler, refletir e escrever se tornaram cada vez mais fatigantes. Todavia, este é um tema que é objeto de pesquisa desde a graduação, em especial, devido à escassez de literatura e a riqueza de contribuições que esta pesquisa poderia trazer para o processo formativo dos assistentes sociais no Amazonas, além da discussão sobre o contexto sócio-histórico da ditadura que, nos últimos anos, tem se tornado tão necessário.

Na análise do contexto da ditadura, a pesquisa envolveu a apreensão da modernização conservadora no país, sendo seus principais elementos: a exacerbação do planejamento como técnica de governo que escamoteia a aliança do capital monopolista com a ditadura, a ‘modernização’ do aparato estatal e o enfoque tecnocrático, a formação de uma ‘indústria cultural fascista’ e de um aparelho repressivo baseado em legislações como o AI-5, e por fim, já no momento de redemocratização, a crise do modelo econômico e a reorganização dos movimentos sociais.

A análise dos TCCs indica que as autoras estavam consoantes com toda a movimentação pós-1964 e não questionavam o paradigma desenvolvimentista estabelecido pela modernização conservadora. Para as autoras, as expressões do subdesenvolvimento – que são as “problemáticas” nos âmbitos da saúde, educação, habitação, previdência – deveriam ser superadas para que se atingisse o desenvolvimento. Observamos nestes discursos também, como o desenvolvimento estava sendo impulsionado se relacionando, principalmente, com a educação.

Apesar do alinhamento de concepções entre as autoras dos TCCs e as estratégias da ditadura civil-militar para a Amazônia, os textos analisados indicaram “problemáticas” urbanas relevantes, que permitiram visualizar as refrações da questão social no contexto da cidade de Manaus em contradição com as ações governamentais que visavam a integração e o desenvolvimento da região amazônica, como a construção de estradas, a Zona Franca de Manaus e a implantação da então Universidade do Amazonas (UA). Além disso, acentuamos que o curso de Serviço Social foi incorporado por esta Universidade ainda em 1967, sendo

perceptível o aumento de produções de TCCs a partir da década de 1970, o que sinaliza para um aumento de demanda por profissionais formadas.

A formação profissional do Serviço Social durante o período de 1970 a 1985 foi perpassada por diversas perspectivas teórico-metodológicas identificadas a partir dos TCCs:

- a Doutrina Social da Igreja Católica, expressa nas encíclicas papais, discursos mais utópicos e no elemento vocacional para a profissão;
- o neotomismo e o humanismo cristão de Jacques Maritain vistos na concepção de homem enquanto pessoa humana e ser social;
- positivismo em seu viés funcionalista, apreendido nas conceitualizações sobre o Serviço Social que envolviam ajustamento, adaptação, integração, recuperação do indivíduo e nos métodos de Serviço Social de Caso e Grupo;
- a perspectiva desenvolvimentista evidenciada nos discursos mais voltados para o desenvolvimento de comunidade, em que a ação profissional buscava levar os sujeitos a agir em prol do desenvolvimento e o Assistente Social era visto como um agente de mudanças;
- o estrutural-funcionalismo identificado a partir das considerações de Netto (2011) acerca da vertente modernizadora e expressa nos TCCs por meio das menções aos Documentos de Araxá e Teresópolis, bem como trechos em que as autoras citam a busca por cientificidade, teorização e eficiência;
- a fenomenologia evidenciada no TCC de Maria Amélia Alves de Freitas (1983), que tem como base teórica a teoria personalista cristã (citado Emanuel Mounier), a metodologia fenomenológica e o aconselhamento existencial;
- o ideário de Paulo Freire encontrado no TCC de Clarice Pazuello Benzecry (1984), que apesar dos equívocos desta aproximação, permitiu a construção de uma base para tradição marxista.

O traço comum destas perspectivas – exceto esta última – é a sua intrínseca relação com o pensamento conservador, enquanto subsídio de manutenção da sociedade burguesa. Sabemos que o surgimento do conservadorismo como força contraditória à Revolução Francesa teve como pioneiro Edmund Burke e características restauradoras, empiristas e irracionalistas. Após o contexto de revoluções democráticas com o protagonismo proletário de 1830 a 1848, o conservadorismo se transforma de antiburguês para antirrevolucionário (no caso específico, antiproletário) e sua estrutura teórica passa a fundamentar a filosofia burguesa no sentido de defesa do *status quo* criado.

Nesse sentido, podemos afirmar que o conservadorismo está presente na formação profissional em Serviço Social em Manaus durante o período delimitado nesta pesquisa (1970-1985), e se expressa nas perspectivas teóricas encontradas nos TCCs, nas marcas pragmáticas e empiristas das grades curriculares e ementas, no moralismo, no enfoque dado à família, Deus e a pátria e na reprodução dos papéis de gênero.

Apontamos que esta dissertação contribui para o adensamento da construção de uma postura crítica ao conservadorismo na profissão, visto que isso perpassa necessariamente pela elucidação do passado, resgatando elementos históricos que tanto instigam indagações sobre o presente quanto nos fazem refletir sobre aspectos que se reatualizam ou que foram rompidos pela profissão.

Acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir em reflexões sobre o conservadorismo no Serviço Social, principalmente neste momento de avanço da onda ultraconservadora no país, com forte incidência da profissão. Visualizamos o ressurgimento de velhos discursos quanto à questão social, que dão a ela um caráter moralizante e ajustador, além disso, como expressões desse conservantismo na profissão identifica-se posicionamentos como as “23 teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro” (OLIVEIRA, 2017) e movimentos como o “Serviço Social libertário”, que acusam grupos profissionais de fomentar um Projeto Ético-Político de orientação política comunista e reivindica um “Serviço Social livre”.

Contudo, como apontamos anteriormente, devemos considerar que as bases do conservadorismo são formadas e difundidas fora do âmbito profissional. É no contexto de acumulação capitalista e radicalização do neoliberalismo que se gestam as condições necessárias para seu aprofundamento, sendo possível identificar, no momento presente, uma ‘onda conservadora’<sup>42</sup> que se alastra por várias dimensões da vida social, como na política, na economia, na cultura, na educação e nas relações afetivas (DEMIER, 2016). Uma expressão explícita dessa hegemonia conservadora é o aumento de manifestações pedindo a volta da ditadura militar, demanda endossada<sup>43</sup> pelo próprio presidente da República.

Consideramos a relevância do resgate histórico aqui realizado, pois, em certa medida, foi feita uma leitura da conjuntura ditatorial no estado do Amazonas, a partir da visão de autoras de Trabalhos de Conclusão de Curso que estavam vivendo este momento histórico, o que

---

<sup>42</sup> Conforme Demier (2016), essa expressão foi utilizada pela primeira vez por Guilherme Boulos, em um artigo publicado na Folha de São Paulo após as eleições de 2014. Na ocasião, Boulos (2016) escreveu sobre a ascensão de uma onda conservadora, que se voltava não para a manutenção do *status quo*, mas para o aprofundamento do pior do conservadorismo político, econômico e moral.

<sup>43</sup> Conforme Mercier (2020), no dia 26 de abril de 2020, em meio a pandemia de *coronavírus* no Brasil, o presidente discursou para manifestantes que pediam intervenção militar em frente à sede do Exército em Brasília.

permitiu maiores detalhes sobre a sociedade manauara. Vale ressaltar que são poucos os trabalhos acadêmicos sobre a história da formação em Serviço Social no Amazonas, tendo como principal destaque pelo pioneirismo Rita de Cássia Montenegro (1986).

Além disso, salientamos as contribuições teóricas à comunidade acadêmica, principalmente, ao curso de Serviço Social no estado do Amazonas, pois além de poder fomentar novas pesquisas neste âmbito, esta dissertação poderá ser utilizada como material bibliográfico para caracterizar elementos históricos teórico-metodológicos da profissão a em nível local.

Todavia, ainda há muito no que avançar. Acentuamos a importância do diálogo direto por meio das assistentes sociais, ex-docentes e ex-estudantes, que não pôde ser realizado nesse momento dado o contexto pandêmico, porém fazemos esse registro na direção da construção de um retrato mais amplo sobre o tema.

No âmbito teórico, nos chamou atenção a perspectiva desenvolvimentista presente nos discursos dos TCCs analisados, assim, podemos indicar para pesquisas futuras, o aprofundamento dessa particularidade, relacionando o desenvolvimentismo impulsionado pelos Estados Unidos na Amazônia e o Serviço Social. Além disso, vislumbramos a necessidade de pesquisas que investiguem especificamente a moral conservadora da época e a relação com o Serviço Social no Amazonas, bem como pesquisas sobre o conservadorismo no Serviço Social do Amazonas na atualidade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia**: das origens a Araxá. 6.ed. São Paulo: Cortez. 2011.

ARAÚJO, Nice Ypiranga Benevides de. **O Milagre dos manauaras**: Zona Franca de Manaus: Uma análise do processo de industrialização implantado em Manaus e da Universidade como formadora da mão-de-obra especializada. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9339>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras. 1989.

AUDTEC. Tabelas de Valores de Salário Mínimo de 1940 a 2021. **AUDTEC Gestão Contábil**, 2021. Disponível em: <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?infoid=1336>. Acesso em: 24 ago. 2021.

BARBOSA, Júlia Letícia Camargos. **Conhecendo o inimigo**: criminalidade política e subversão, o dops mineiro na ditadura militar (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, p. 154, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Universitaires de Frances, 1977.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: Fundamentos Ontológicos. 8.ed. São Paulo: Cortez. 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BRITO, Rosa Mendonça de. **100 anos UFAM**. 2.ed. rev. amp. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Tradução de Renato de Assumpção Faria, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmen Lidia Richter Ribeiro Moura. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016.

CARDOSO, Priscila Fernandes Gonçalves. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017.

CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; NETA, Olívia Morais de Medeiros. **A educação no período da ditadura militar: o ensino técnico profissionalizante e suas contradições (1964-1985)**. Revista Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, ano 16, nº30, 2018.

CARVALHO, Marina Vieira. Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do rio de janeiro de 1888 a 1902. *In: Encontro Nacional de História, XII.*, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2006.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A reforma do ensino. **Discurso**, [s.l.], v.8, p. 148-159, 1978.

CISNE, Mirla Álvaro. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. 2004. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CFESS. Código de Ética 1947. **Conselho Federal de Serviço Social**, 2016. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP\\_1947.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_1947.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

COSTA, Mauro Gomes da. **A igreja católica no Brasil: as ações civilizatórias e de conversão ao catolicismo das Missões Salesianas junto aos povos indígenas do Alto Rio Negro/Amazonas (1960-1980)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.



CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014.

DANTAS, Rodrigo de Souza. A herança da ditadura e os impasses estruturais da “modernização” capitalista no Brasil. In: IASI, Mauro Luis; COUTINHO, Carlos Nelson. (Org.). **Ecoss do golpe**: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

DEMIER, Felipe. O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. In: DEMIER, Felipe. ROEVELER, Rejane (Orgs.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985. Disponível em: <http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/74301206/DEMO-Introducao-a-Metodologia-da-Ciencia.pdf>. Acesso em: 21 mai 2020.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FAGNANI, Eduardo. **Política social no Brasil (1964-2002)**: entre a cidadania e a caridade. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 605. 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que Serviço Social quer dizer. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 748-761, out./dez. 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara S.A, 1987.

FERREIRA, Amarílio Jr. BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

FGV, Zona Franca de Manaus: Impactos, efetividade e oportunidades. **Fundação Getúlio Vargas**, Escola de Economia de São Paulo, 2019.

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política**: a experiência dos manauaras. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 1996.

FREITAS, Tanise Dias; CASSOL, Abel; CONCEIÇÃO, Ariane Fernandes da; NIEDERLE, Paulo André. Sen e o desenvolvimento como liberdade. In: NIEDERLE, Paulo André;

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. (orgs). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

FORTI, Valeria. COELHO, Marilene. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, Valeria. GUERRA, Yolanda Demétrio. (Org.). **Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35. n.3. p. 20-29, 1995.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Hellen Bastos. **Infância e Adolescência Sob Análise: Um Retrato das Principais Violações de seus Direitos na Cidade de Manaus**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas. Amazonas, p. 193. 2014.

GUEDES, Olegna de Souza. A compreensão da pessoa humana na gênese do serviço social no Brasil: uma influência neotomista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 1, n.p., jul./dez. 2001.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. **A instrumentalidade do serviço social**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12.ed. São Paulo: Cortez. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15.ed. São Paulo: Cortez. 1982.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

KOCH, Adolar. **A disciplina de EPB- Estudos de problemas brasileiros na ditadura militar e civil brasileira- 1970/1993: o caso da UFRGS**. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2019.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Serviço Social e supervisão de estágio: saberes, formação, temporalidades.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo. p. 233. 2008.

KELLER, Suéllen B. Alves. **A ofensiva do conservadorismo: serviço social em tempos de crise.** Rio de Janeiro: Lemen Juris, 2019.

LACERDA, Lélica Elis Pereira. GUEDES, Olegna de Souza. Do conservadorismo à moral conservadora no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social em Revista**, Londrina, n.2, vol. 8, jan./jun. 2006.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneio. OGAMA, Danilo Ferraz de Oliveira. Relendo “os Dois Brasis”, de Jacques Lambert: o desenvolvimento econômico e sua apologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.38, n.133, p.245-258, jul./dez. 2017.

LIMA, Isteice Nogueira de. VALLINA, Marcelo Mario. A influência do higienismo na formação profissional do Amazonas (1941-1946). In:\_. ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. VALLINA, Marcelo Mario. ALBUQUERQUE, Renan. **Os nós da formação do profissional em Serviço Social: currículo, trabalho e debates contemporâneos.** Parintins: EDUA, 2017.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento.** São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LUCIANO, Francispaula. MELLO, Marcelo de. A questão da moradia na redemocratização do estado brasileiro. **Élisée**, Rev. Geo. UEG – Porangatu, v.8, n.2, e82194, jul./dez. 2019.

MACHADO, Aline Maria Batista; SILVA, Andrêsa Melo da; TOLENTINO, Graziela Mônica Pereira. Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010). **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 70-87, jan./abr. 2019.

MALAGUETA, Josino da Silva. **A aventura econômica na Amazônia: um estudo dos projetos de desenvolvimento econômico e social para estado do Amazonas nos últimos 30 anos.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

MANCEBO, Deise. VALE, Andréa Araújo do. Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado mercantil: o caso da UNESA. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 81-98, jan./mar. 2013.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1987.

MARINHO, Deidra Frazão. VALLINA, Marcelo Mario. **Serviço Social e Desenvolvimento de Comunidade no Amazonas na década de 1970**. PIBIC-PAIC 2018/2019. Relatório Final. 2019.

MARTINS, Ana Claudia Lopes. **Formação Profissional e Serviço Social: Um estudo sobre as influências teórico-metodológicas no Amazonas**. 2018. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

MATHIAS, Maíra. **Antes do SUS: como se (des)organizava a saúde no Brasil sob a ditadura**. In: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/antes-do-sus>. 2018. Acesso em: 27 maio 2021.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELO, Daisy. ADUA e docentes foram alvo de investigação durante a Ditadura. In: **Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA)**. [S. l.], 20 dez. 2019. Disponível em: [https://www.adua.org.br/frame1.php?pagina=noticia.php&ID\\_ARTIGO=370](https://www.adua.org.br/frame1.php?pagina=noticia.php&ID_ARTIGO=370). Acesso em: 18 jun. 2020.

MELO, Neli Aparecida. A ação territorial pública e as frentes pioneiras. In: MELO, Neli Aparecida. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Anna Blume, 2006.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas. Amazonas, p. 258. 2018.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e a sua reprodução**. 2.ed. São Paulo: Cortez. 2011.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. **A criação da escola de Serviço Social em Manaus**. 153 f. 1986. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

MOORE JR, Barrington. **As origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. [s.l.]: Zahar, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez. 2011b.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de. CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, Simone Eneida Baçal de. **Conhecimento e Prática Profissional: o saber fazer dos Assistentes Sociais em Manaus**. Manaus: Editora da EDUA, 2009.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses pela Reforma do Serviço Social brasileiro: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante**. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view?fbclid=IwAR0G7iOMRDQ2\\_0EWkvT7vy2pIi-XXKpdqsEU\\_r0zxVtIUfneT4uLtns\\_3TsE](https://drive.google.com/file/d/0B159LRiZwoG5TFFzMW9VSUs2THM/view?fbclid=IwAR0G7iOMRDQ2_0EWkvT7vy2pIi-XXKpdqsEU_r0zxVtIUfneT4uLtns_3TsE). Acesso em: 29 maio 2020.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014, p.15-35.

PAULO VI. Carta Encíclica Populorum Progressio. **A Santa Sé**, 1967. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/paulvi/pt/encyclicals/documents/hf\\_pvi\\_enc\\_26031967\\_populorum.pdf](https://www.vatican.va/content/paulvi/pt/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_26031967_populorum.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. **Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Humanos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ)**. Rio de Janeiro, Vol. 5 | N. 2, pp. 461 – 481, dezembro 2014. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>.

PINTO, Renan Freitas. Golpe militar e suas marcas da ditadura na Amazônia. **A Crítica**, [S. l.], 1 abr. 2014. Notícias, n.p. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/golpe-militar-e-suas-marcas-da-ditadura-na-amazonia>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PIRES, Murilo José de Souza. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. 2008. 146 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PRATES, Jane Cruz. BORDIN, Erica Bomfim. NUNES, Rodrigo dos Santos. Trabalho e formação do assistente social: um binômio indissociável. In: ANDRADE, Roberta Ferreira

Coelho de. CAVALCANTI, Lidianny de Lima. CUNHA, Marinez Gil Nogueira. PINHEIRO, Hamida Assunção. (Orgs.). **Serviço Social, trabalho e sustentabilidade**. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, 2019.

PREFEITURA DE MANAUS. **Portal da Transparência Covid-19**. Manaus, 2021. Disponível em: <https://covid19.manaus.am.gov.br/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

PONTE, Carlos Fidélis. Política econômica e alterações nos quadros epidemiológico e sanitário do país. In: PONTE, Carlos Fidélis, org. **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história/** Carlos Fidélis e Ialê Falleiros organizadores. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 1991.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RUSSO, Gláucia; CISNE, Mirla; BRETTAS, Tatiana. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social. **Revista SER Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, jan./jun. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. 1987.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. Exclusão social e lutas por moradia na cidade de Manaus. **SER Social**, [S. l.], n. 3, p. 135–162, 2009. DOI: 10.26512/ser\_social.v0i3.12836. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12836](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12836). Acesso em: 30 maio. 2021.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. **Revista Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SCHERER, Elenise Faria. **A trajetória da assistência social aos desassistidos manauenses**. Manaus: EDUA, 2016.

SCHWEICKARDT, Júlio César. MARTINS, Ludmila Rolim. História das políticas de saúde no amazonas: da zona franca ao sus, 1967-1990. In: Schweickardt, Júlio César. Ferla, Alcindo Antonio. LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa. KADRI, Michele Rocha. (orgs.). **História e política pública de saúde na Amazônia**. 1.ed. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 19, n. 54, p. 99-113, mai./ago. 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000200006](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200006). Acesso em: 20 jun. 2020.

SERÁFICO, Marcelo Bastos de Assis Carvalho. **O empresário local e a zona franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica.** 218 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018.

SILVA, Márcia Perales Mendes. **Serviço Social: da formação acadêmica ao exercício profissional.** Manaus: EDUA, 2015.

SILVA, Adriana Britto da. **O conservadorismo na atualidade e seus rebatimentos na direção ético-política do Serviço Social.** 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SILVA, Carla Andréia. Alves da. O sentido da reflexão sobre autonomia no serviço social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, vol. 6, n. 2, n.p., jan./jun. 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura.** São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Nayara Serrão da. **A manifestação do gênero nos Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade do Amazonas na década de 1970.** 2019. 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese do conservadorismo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, abr-jun. 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Portaria n° 626 de 13 de março de 2020.** [S. l.], 13 mar. 2020. Disponível em: [https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3061/1/SEI\\_23105.010531\\_2020\\_90.pdf](https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3061/1/SEI_23105.010531_2020_90.pdf). Acesso em: 25 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Decisão ad referendum CONSUNI 01/2020 de 26 de março de 2020.** [S. l.], 26 mar. 2020. Disponível em: [https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3090/1/SEI\\_23105.011580\\_2020\\_40\\_decisa%cc%83o%20ad%20referendum%20CONSUNI%2001.2020.pdf](https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/3090/1/SEI_23105.011580_2020_40_decisa%cc%83o%20ad%20referendum%20CONSUNI%2001.2020.pdf). Acesso em: 25 fev. 2022.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.) **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade.** São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELOS, Silvana Aurilla da Silva. **O pensamento de André Vidal de Araújo no período 1935 a 1952.** 2017. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

VASCONCELOS, Kelly Rocha de Matos. **Parques infantis no Amazonas: 1940 a 1996.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Amazonas, p. 233. 2018.

VIANNA, Luiz Werneck. Caminhos e descaminhos da *revolução passiva* à brasileira. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. et.all. (orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica.** 2.ed. Campinas: Papel Social. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 293-306, jul./dez. 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico- metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social no Brasil: História de Resistências e de Ruptura com o Conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez. 2016.



## APÊNDICES

## Apêndice A: TCCs acessados (1970-1985)

	Ano	Título	Autor/a	Tema	Lócus de estágio/ Instituição citada
1	1970	Desajustamento e Delinquência infanto-juvenil, como reflexo resultante do crucial problema do abandono do menor	Ângela Maria Ferreira Nunes	Menor	Instituto Maria Madalena
2	1970	A ação educativa e a integração sócio-cultural na Amazônia	Arabi Amed e Silva	Educação	MEB
3	1970	As escolas de formação profissional no processo do desenvolvimento	Maria de Fátima da Silva Abinader	Educação	SENAC
4	1970	O trabalho de grupo como fator preponderante na formação da juventude hodierna	Lucy Mary Araújo de Souza	Grupo	Iara Club e SESC
5	1970	Experiência de serviço social médico no dispensário Cardoso Fontes	Maria Genicia Lucena	Saúde	Dispensário de Tuberculose Cardoso Fontes
6	1970	O valor da instituição habitacional	Maria do Carmo Lyra Loureiro	Habitação	COHAB-AM
7	1970	O Serviço Social no INPS-AM e família previdenciária	Yacy Antonia de Souza	Previdência	INPS-AM
8	1970	Infância abandonada e suas consequências	Shigeko Kina	Menor	Instituto Maria Madalena
9	1970	A problemática do menor delinquente	Antônia do Perpétuo Socorro Lobo Effio	Menor	Instituto Maria Madalena, Colônia Agro Escola Melo Matos e Hospital Infantil Doutor Fajardo
10	1970	Uma experiência num grupo	Maria das Graças Vieira dos Santos	Grupo	SESC
11	1970	O Serviço Social atuando junto ao Palácio Rio Negro	Marilene B. Guimarães	X	Palácio Rio Negro
12	1970	O Serviço Social no campo da medicina	Nair Cardoso Dutra de Alencar e Silva	Saúde	Hospital Getúlio Vargas
13	1970	Atuação do Serviço Social junto ao previdenciário	Creuza Nazaré Lima	Previdência	INPS-AM
14	1970	O Serviço Social atuando na penitenciária central do estado do Amazonas	Suely Borges Oliveira	Penitenciária	Penitenciária Central do Estado
15	1970	Colonização- um processo de organização comunitária	Maria José Corrêa Siqueira	Comunidade	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário-INDA
16	1970	O Serviço Social numa empresa de energia elétrica e sua importância na comunidade operária	Mariangela Gioia	Empresa	Companhia de Eletricidade de Manaus
17	1970	O Serviço Social e a sistemática habitacional	Neuza de Souza Teixeira	Habitação	X
18	1971	O procedimento metodológico do Serviço Social nos clubes de mães	Maria Doranilze Rodrigues da Silva	Grupo	Clube de Mães da Campanha Educativa do Departamento Nacional da Criança
19	1971	O Serviço Social e sua interligação no campo da Saúde	Luiza Farias de Oliveira	Saúde	Hospital Getúlio Vargas

20	1971	A delinquência e seus vários aspectos	Rita de Cássia Tupinambá do Valle	Penitenciária	Penitenciária Central do Estado
21	1971	A marginalização fator de desintegração social	Francisca Rita Rodrigues de Alencar	Penitenciária	Penitenciária Central do Estado
22	1971	Contribuição do Serviço Social à medicina hospitalar	Neile Oliveira D'oran	Saúde	Hospital Getúlio Vargas
23	1971	A importância do Serviço Social em relação aos problemas psicossociais no âmbito empresarial	Cleonice Nunes Ribeiro da Silva	Empresa	Empresas, uma de juta e outra de energia elétrica
24	1971	Habitação direito fundamental da pessoa humana	Marly Bentes Nogueira	Habitação	COHAB-AM/Conjunto Habitacional Castelo Branco
25	1971	O menor abandonado-caso de manaus	Lieth Ferreira de Alencar	Menor	Instituto Maria Madalena
26	1971	A educação social na ação comunitária	Jair Cardoso Benarroz	Comunidade	Centro Social de São Lázaro
27	1971	Serviço Social de grupo atuando em uma obra de assistência social e numa escola primária	Iris Simonetti Ribeiro	Grupo	Legião Brasileira de Assistência (LBA) e Unidade Escolar
28	1971	Serviço Social e Previdência Social	Ozaira Frota da Silveira	Previdência	INPS-AM
29	1971	O homem - sua necessidade de socialização	Magalí Maria de Almeida Martins	Grupo	Instituto Maria Madalena
30	1971	Serviço Social e Lobismo-Caminho para educação integral	Laura Mitiyó Takahashi	Grupo	SESC- AM (Lobinhos)
31	1971	Serviço Social em grupos de educação	Hidja Vasconcelos de Miranda	Grupo	SESI (Lobismo)
32	1971	O Serviço Social Médico e a comunidade	Juliê Mustafa Barbosa Filha	Saúde	Hospital Getúlio Vargas
33	1971	O valor do Serviço Social dentro da política empresarial numa empresa de energia elétrica	Lucília C. Duarte Gaspar	Empresa	Companhia de Eletricidade de Manaus
34	1971	O Serviço Social de grupo e sua contribuição na comunidade	Eliza Maria Mittoso dos Santos	Grupo	SESI (Clube de Lobinhos/escotismo)
35	1971	Integração do Serviço Social Médico no Hospital Infantil Dr Fajardo	Débora Lins Falcone da Silva	Saúde	Hospital Infantil Dr Fajardo
36	1971	"Homem"- Este ser eminentemente social	Maria de Fátima Silva dos Santos	Grupo	Clube de Mães
37	1971	Aplicação do Serviço Social no campo da medicina pediátrica	Maria Irces Gomes de Oliveira	Saúde	Hospital Infantil Dr Fajardo
38	1971	Da atuação do Serviço Social num dispensário de tuberculose	Adelaide de Mendonça	Saúde	Dispensário de Tuberculose Cardoso Fontes
39	1971	A educação e a dinâmica do Serviço Social numa empresa mista	Vera Núbia Lins do Rêgo	Empresa	Moto-Importadora Ltda.
40	1971	O Grupo como fator de socialização	Marina Antela da Silva	Grupo	SESI
41	1971	O Serviço Social no ângulo empresarial	Maria Lenize Tapajós Maués	Empresa	Companhia de Eletricidade de Manaus

42	1972	Um Centro de Formação e Recreação para Menores	Sandra Ferreira Coelho	Grupo	Centro de Formação e recreação do bairro de Alvorada que é subordinado a secretaria de desenvolvimento comunitário da prefeitura
43	1972	Maternidade e Infância e os Problemas Médico-Sociais	Cléa Bessa da Costa	Saúde	Maternidade Ana Nery e o Hospital Infantil Dr Fajardo
44	1972	O Serviço Social atuando na recuperação de menores no Instituto Maria Madalena	Marilena de Figueiredo Marques	Menor	Instituto Maria Madalena
45	1972	O trabalho de grupo despertando consciências	Luzia Oliveira Reis	Grupo	Clube de Mães-Bairro São Cristóvão/ Centro Social da Paróquia de São Cristóvão
46	1972	Reestruturação de uma entidade social	Laurindo Côco	Comunidade	Obras sociais e educacionais no bairro Cachoeirinha
47	1972	Infância abandonada e suas consequências	Isa Silva de Menezes	Menor	Instituto Maria Madalena
48	1972	Nascer de novo!	Dagmar dos Anjos Feitoza	Menor	Instituto Maria Madalena
49	1972	O Serviço Social de empresa, como campo de trabalho	Nádia Lúcia da Costa Soares	Empresa	Centrais Elétricas do Amazonas (Celetramazon)
50	1972	Uma experiência de Serviço Social no Hospital Getúlio Vargas	Djanira Telles de Aquino Valle	Saúde	Hospital Getúlio Vargas
51	1972	Relâmpagos Previdenciários	Maria Madalena de Jesus Lopes	Previdência	INPS-AM
52	1972	O Serviço Social de grupo como agente de educação	Denice Estela da Motta	Grupo	SESC
53	1972	A maldição de ser menor	Evelyne Rayol Frederico Figliuolo	Menor	Instituto Maria Madalena
54	1972	O Serviço Social e a integração Escola-Família-Comunidade	Selma de Jesus Pinto Paixão	Comunidade	SESI- Comunidade Belo Horizonte
55	1972	A atuação do Serviço Social junto a Previdência Social	Nathalia Carvalho Pessoa	Previdência	INPS-AM
56	1972	Sistema Penitenciário: Importância de seu estudo	Vania Maria Nery Santana	Penitenciária	Penitenciária Central do Estado
57	1972	Colaboração do Serviço Social de grupo na comunidade de São Cristóvão	Maria Auxiliadora Batista Tinôco	Comunidade	Comunidade São Cristóvão
58	1972	A adaptação do homem ao trabalho	Maria Odete B. Hoff	Empresa	Cia Brasileira de fiação e Tecelagem de Juta (BRASILJUTA)
59	1972	Atuação do Serviço Social numa empresa em desenvolvimento	Dalila Negreiros de Queiroz	Empresa	Moto-Importadora Ltda.
60	1972	Da conveniência de transformar em atividade permanente a "cultura da juta"	Icléia Costa Moreira	Empresa	Cia Brasileira de fiação e Tecelagem de Juta
61	1972	O Serviço Social no processo desenvolvimentista empresarial	Ana Maria G. de Menezes	Empresa	Banco do Estado do Amazonas S.A. (BEA)

62	1972	Uma experiência de Serviço Social	Janice de Jesus da Silva	Grupo	Bairro São Cristóvão
63	1972	O Serviço Social de grupo numa perspectiva de educação social	Nilde Neves dos Santos	Grupo	SESC
64	1972	O câncer ginecológico: Uma preocupação do mundo moderno	Phileonila de Almeida Faber	Saúde	Hospital Getúlio Vargas/Ambulatório Araújo Lima
65	1972	Contribuição do Serviço Social de Grupo, na formação dos reeducandos	Maria Sônia Magaldi Barroso	Penitenciária	Penitenciária Central do Estado
66	1972	A delinquência infantil: esse fantasma que assola o Amazonas	Ruth Maria Melo Makarem	Menor	Colônia Agro Escolar Melo Mattos
67	1973	A importância do Serviço Social na área empresarial	Carmem Lúcia Teixeira de Moraes Mota	Empresa	Companhia de Eletricidade de Manaus
68	1973	A necessidade do Serviço Social numa comunidade popular	Nadir Santana dos Santos	Comunidade	Unidade Sanitária do Bairro Japiim
69	1973	A atuação do Serviço Social e ação social em favor do menor abandonado	Maria de Nazaré Braule Pinto de Melo	Menor	Serviço Social na Vara de Menores
70	1973	O Serviço Social e a participação do Assistente Social na evolução da Política Social da CERMAN	Graciete Veiga Mota	Empresa	CERMAN-Cervejaria Manaus S.A.
71	1973	Serviço Social de casos, grupos e comunidade	Antonio Bittencourt Gomes	Profissão	Não identificado
72	1973	Atuação do Serviço Social em grupos de educação integrada	Sandra Maria Lima Ferreira	Grupo	SESC
73	1973	A política de bem estar numa empresa de energia elétrica	Lucilene de Freitas Fernandes	Empresa	Companhia de Eletricidade de Manaus
74	1973	As implicações sociais da segurança e higiene do trabalho no âmbito empresarial	Maria de Fátima Costa da Silva	Empresa	Companhia de Eletricidade de Manaus
75	1973	Posição do Serviço Social do INPS no Amazonas	Maria do Rosário Silva	Previdência	INPS-AM
76	1973	A empresa um agente de promoção social	Rita de Cássia Montenegro	Empresa	Telecomunicações do Amazonas S.A.
77	1973	A face do homem à margem da vida	Maria das Graças Costa de Carvalho	Penitenciária	Penitenciária Central do Estado
78	1973	O acontecer do homem no presídio	Ivaneide Dantas Belém	Penitenciária	Penitenciária Central do Estado
79	1973	A intervenção do Serviço Social num Hospital do Estado	Edinelza de Souza Batista	Saúde	Hospital Getúlio Vargas
80	1973	Serviço Social do Menor-Prevenção à marginalização e educação integrada	Mariza Baraúna de Carvalho	Menor	Colônia Agro Escolar Melo Mattos
81	1973	Delinquência Juvenil	Maria Elizabeth Medeiros de Oliveira Moraes	Menor	Instituto Maria Madalena
82	1973	O Serviço Social como fator imprescindível em uma entidade pública	Maria Sydnéa da Cunha Lima	Saúde	Hospital Getúlio Vargas
83	1973	A atuação do Serviço Social numa entidade previdenciária	Denize de Queiróz Jauseu Pereira	Previdência	Instituto de Pensões e Aposentadora dos Servidores do Estado do Amazonas

					(IPASEA), Sanatório Adriano Jorge
84	1973	Uma experiência integral em Serviço Social	Garcilúcia da Silva Said	Penitenciária	Penitenciária Central do Estado
85	1973	Uma experiência de Serviço Social de Casos junto ao Serviço Assistencial	Thelma Astréa Munhóz de Araújo	Grupo	Serviço Assistencial do SESI
86	1973	Experiência de serviço social num centro de formação e recreação	Maria Zenir Silva de Jesus	Comunidade	Centro Social de Formação e Recreação do Alvorada
87	1973	A dinâmica do serviço social médico numa maternidade do estado	Dinah Maia Abecassis Filha	Saúde	Maternidade Ana Nery
88	1973	Serviço Social do menor no plano da reeducação e integração social	Ednaide Maria Prestes da Costa Val	Menor	Colônia Agro Escolar Melo Mattos
89	1973	Atuação do Serviço Social Médico na Maternidade Ana Nery do Estado do Amazonas	Terezinha de Jesus Arnaud Torres	Saúde	Maternidade Ana Nery
90	1973	Serviço Social - sua atuação na área escolar objetivando a integração e desenvolvimento da escola e da família com vista à comunidade	Yukie Batista de Lima	Educação	SESI (Comunidade São Jorge, Centro de Atividades Dr. Deoclécio Corrêa)
91	1973	A Contribuição do Serviço Social de Grupo num processo de educação esportiva	Maria das Graças Alves de Oliveira	Grupo	SESC
92	1973	Atuação do Serviço Social em uma empresa particular- CERMAN	Leila Maria Celani de Matos	Empresa	CERMAN-Cervejaria Manaus S.A.
93	1973	O problema do menor abandonado	Maria das Graças Soares Feitoza	Menor	Secretaria do Desenvolvimento Comunitário da Prefeitura
94	1973	A importância do Serviço Social na Previdência Social	Aldecy da Rocha Silva	Previdência	INPS-AM
95	1973	O econômico-social como causa das doenças carenciais	Maria das Graças Ferreira Gonçalves	Saúde	Ambulatório Araújo Lima-HGV
96	1973	Influência do fator econômico na atuação do indivíduo em sociedade.	Rejane Freire de Carvalho	Penitenciária	Penitenciária Central do Estado
97	1973	Serviço Social em grupos de educação	Raimunda Meirelles da Silva Cruz	Grupo	SESC e Instituto Maria Madalena
98	1973	O Serviço Social e a sua Valorização em uma Empresa Pública	Marli de Melo Martins	Empresa	Imprensa Oficial do Estado
99	1973	Uma experiência em Serviço Social de empresa com grupos de atividades culturais e esportivas	Maria Olinda Pereira Brito	Empresa	SESI
100	1973	O Serviço Social na administração do porto de Manaus	Jarilza Rocha de Souza	Empresa	Administração do Porto de Manaus
101	1974	Atuação do Serviço Social na previdência social	Ely da Silva Pereira	Previdência	INPS-AM
102	1974	Experiências do Serviço Social no campo previdenciário	Ruth Israel Lopes	Previdência	INPS-AM
103	1974	O Serviço Social e seu desenvolvimento no âmbito comunitário	Maria das Graças Alfaia do Lago	Comunidade	SESI

104	1974	O Homem, o Grupo e a Comunidade	Inêz de Souza Lima	Comunidade	Bairro da Cachoeirinha
105	1974	Uma experiência de ação comunitária	Lúcia Maria Ribeiro de Souza	Comunidade	Bairro de Belo Horizonte/SESI
106	1974	Prevenir o câncer ginecológico é salvar vidas	Luzelita Veras Carvalho	Saúde	Ambulatório Escola "Araújo Lima"
107	1976	Organizações comunitárias e o bem-estar social	Vermity Santos Pereira	Comunidade	Centros Sociais e Conselhos Comunitários
108	1976	Atuação do Serviço Social na área de internação de um Hospital Infantil	Maria de Fátima de M. Prestes	Saúde	Hospital Infantil Dr Fajardo
109	1977	Centro Social como instrumento de vida comunitária	Elenise Faria Scherer	Comunidade	Centro Social Urbano "André Araújo"
110	1977	Centro Social como instrumento de aproximação para a vida comunitária	Regina Lúcia Brandão Lima	Comunidade	Centro Social (convênio entre Sociedade de habitação do Amazonas-SHAM e Secretaria de Trabalho e Serviço Social-SETRASS) "Costa e Silva"- Raiz
111	1977	Centro Social Urbano: sua contribuição ao Desenvolvimento Comunitário	Ana Paulina Aguiar Soares	Comunidade	Centro Social Urbano "André Araújo" no Conjunto Costa e Silva (bairro raiz)
112	1977	Intervenção do Assistente Social na comunidade	Sheila Cordeiro de Moraes	Comunidade	Bairro Japiim-Conjunto 31 de março
113	1978	Dinamismo do Serviço Social no hospital infantil	Eliana de Souza Vieira	Saúde	Hospital Infantil Dr Fajardo
114	1979	Abordagem da hanseníase no contexto social e médico	Dislene Maria Castro do casal	Saúde	Ambulatório Araújo Lima e Ambulatório Alfredo da Matta
115	1979	O papel do Serviço Social na educação para a saúde	Carlos Alberto Carneiro Manhães	Saúde	Programa de Educação Comunitária para a Saúde-PES
116	1982	O Assistente Social e o programa de reabilitação profissional do INPS no Amazonas	Maria Amélia Gadelha dos Santos	Previdência	INPS-AM
117	1983	Atuação do Serviço Social junto a perícia médica do INPS	Alucila Galvão Gonçalves	Previdência	INPS-AM
118	1983	O programa de reabilitação profissional e o Serviço Social: contribuição para o processo reabilitório	Maria Amélia Alves de Freitas	Previdência	INPS-AM
119	1983	O Serviço Social no processo de "reeducação" do menor na Unidade "Desembargador André Araújo"	Maria Auxiliadora Cruz da Silva	Menor	Unidade "Desembargador André Araújo"
120	1984	Possibilidade de uma prática educativa nos grupos de situação do INAMPS	Ellen Grace Peter Moreira	Previdência	INAMPS
121	1984	Tentativa de investigação diagnóstica a partir do método "Paulo Freire" na clínica pediátrica e obstétrica do INAMPS	Clarice Pazuello Benzecry	Previdência	INAMPS

Apêndice B: Roteiro de Análise dos TCCs.

## INSTRUMENTAL/ROTEIRO PARA ANÁLISE DE PESQUISA DOCUMENTAL

Ficha: nº \_\_\_

### DADOS GERAIS

1. Documento analisado: Trabalho de Conclusão de Curso
2. Título:
3. Autor(a):
4. Ano:

### DADOS SOBRE A ESTRUTURA DO TRABALHO

5. Em qual área temática o trabalho se situa:
6. Breve resumo do TCC (tema e objetivos):
7. Como está dividido o trabalho:
8. A autora se refere a alguma instituição? Se sim, qual?

### DADOS SOBRE O CONTEÚDO DO TRABALHO

9. Qual a concepção de Serviço Social identificada?
10. Como o sujeito (“usuário”) é caracterizado?
11. Quais as questões regionais levantadas? Os “problemas sociais” identificados?
12. Como a dimensão técnico operativa é abordada?
13. São mencionados os ‘Serviço Sociais’ de caso, grupo e comunidade?
14. São identificados elementos de uma direção ética-política?
15. São evidenciados aspectos de uma formação técnica/moderna como exigido pela ditadura?
16. É mencionado algum elemento religioso?
17. Há alguma referência sobre a Reconceituação do Serviço Social?
18. Há alusão ao contexto sócio-histórico que estavam vivendo?



19. São identificados discursos voltados ao desenvolvimento?

20. A categoria Estado é citada no trabalho? Se sim, como esta é referenciada?

## Apêndice C: Quadro-síntese da disciplina de Serviço Social Aplicado I

<b>Nome do documento</b>	Programa de Serviço Social Aplicado I		
<b>Ano</b>	1973	1976	1977
<b>Objetivo da disciplina</b>	X	o objetivo principal do DSS é a orientação técnica e aplicação racional e lógica para a formação do profissional que é o Assistente Social. Este trabalho é desenvolvido através da Supervisão em Serviço Social, procurando mostrar um panorama global e sua aplicação dentro da realidade brasileira.	A orientação técnica e aplicação lógica para formação do AS é um dos principais objetivos do DSS. O trabalho que ora apresentamos é desenvolvido através da Supervisão em SS dando ênfase a um panorama global dentro de nossa realidade (brasileira).
<b>Unidades a serem trabalhadas</b>	1) evolução histórica do SS; 2) evolução do SS (I); 3) evolução do SS (II); 4) O SS e seus três métodos fundamentais; 5) SSC ou SSCI; 6) O SSG e sua natureza; 7) Primeiras providências assistenciais. *todas essas unidades tem subdivisões*	1) documentação em SS; 2) análise de documentação; 3) supervisão; 4) elaboração de uma monografia. *todas essas unidades tem subdivisões*	1) Documentação em SS; 2) análise de documentação; 3) supervisão; 4) elaboração de uma monografia. *todas essas unidades tem subdivisões*
<b>Metodologia</b>	X	Aula expositiva com participação do aluno; prática de estudos supervisionados individual e em equipe; coordenação de estágio.	Grupo de estudo com a participação do aluno; estudo supervisionado em equipe e individual; estágio coordenado.
<b>Meios a serem utilizados</b>	X	Leitura de textos; análise e discussão de relatórios; apresentação por escrito de análise de textos e relatórios; pesquisas bibliográficas; avaliação do conteúdo teórico e eficiência das realizações práticas; reuniões mensais com supervisores; visitas periódicas aos campos de estágio; trabalho integrado com professores das cadeiras teóricas.	Análise de relatórios; leitura de textos; pesquisas bibliográficas; avaliação do conteúdo teórico; reuniões mensais com supervisores; visitas periódicas aos campos de estágio; trabalho integrado junto aos professores teóricos.
<b>Prática de coordenação de estágio (funções)</b>		1) Orientar os alunos dentro das normas e técnicas de SS, para: preenchimento de fichas diversas – elaboração de modelos práticos de fichas; relatórios de atividades de estágio; auto-avaliação de estágio; elaboração do trabalho de estágio (monografia). 2) Coordenar e orientar as supervisoras das obras de campo de estágio através de: reuniões com supervisoras das obras para estabelecimento de critérios de aperfeiçoamento	1) Orientar tecnicamente os alunos para: elaboração e preenchimento de modelos diversos de fichas; relatórios de atividades do estágio; elaboração do trabalho monográfico. 2) coordenar e orientar as supervisoras diretas através de: reuniões com as supervisoras diretas, “dos aperfeiçoamentos” e critérios do aluno; avaliação de estágio da aluna.

		profissional do aluno; visita às obras de campo de estágio; avaliação de estágio da aluna.	
<b>Avaliação de aprendizagem</b>		Os conceitos serão atribuídos aos trabalhos escolares realizados ao término das atividades.	Os conceitos serão atribuídos aos trabalhos realizados ao término das atividades; a participação do aluno em Instituições Sociais indicadas pelo professor e as atividades realizadas na sala de aula serão levadas em consideração para efeito de nota.
<b>Condições de aprovação</b>	X	X	O aluno terá que cumprir 8 (oito) créditos e obter a média de cinco (5) resultante das três (3) notas das três (3) avaliações em cada período.
<b>Referências bibliográficas</b>	X	X	Consta 16 referências bibliográficas.
<b>Observações</b>		O documento indica que há continuação, mas não tenho as páginas seguintes.	

Fonte: Adaptado da ementa de Serviço Social Aplicado I (2021)

## Apêndice D: Quadro- síntese das disciplinas de Estágio I e III.

Nome do documento	Estágio I			Estágio III
	1978	1979 (possivelmente)	1980	1978
Ementa	X	X	X	
<b>Objetivo da disciplina</b>	A disciplina Estágio I, ministrada no 5º período do curso de Serviço Social, tem por objetivo principal proporcionar aos alunos à aplicação racional e lógica da teorização para formação do Assistente Social, estabelecendo contínuas relações entre a Realidade Brasileira e os Programas de Bem Estar Social.	Oportunizar ao aluno uma experiência de estágio não só como uma exigência curricular, mas como complementação indispensável para a sua formação profissional; possibilitar o estudo e análise da especificidade do Serviço Social, bem como a relação teoria x prática no contacto com a realidade social, visando a retro-alimentação de ensino.	X	Aplicação dos métodos de SS nos campos da prática profissionalizando as técnicas específicas que favorecem o desenvolvimento dos processos de SS, através da supervisão direta aos campos de estágio.
<b>Unidades a serem trabalhadas</b>	Introdução à matéria; objetivos da supervisão; instrumental técnico de supervisão. Tipos de entrevista; recursos da comunidade – planos e programas. *todas essas unidades tem subdivisões*	(Programa): distribuição dos alunos nos campos de atuação do SS (divisão em sub-grupo); conceituação dos vários campos de atuação do SS; caracterização da clientela pelos alunos; elaboração de diagnósticos, planos de atuação e suas atribuições como estagiários; orientações didáticas; visitas às instituições para observação, com apresentação de relatório; reuniões periódicas com as Supervisoras Docentes e instituições.	“Apresentação”; supervisão; documentação utilizada pelo SS; especificidade dos campos de atuação. *todas essas unidades tem subdivisões*	Documentação em SS (Obj. específico: conhecimento e aplicação da documentação necessária para o desenvolvimento das atividades profissionais). Análise de documentação (Obj. específico: utilização da documentação como fonte de material para treinamento em SS). Supervisão (Obj. específico: importância da supervisão para um bom desenvolvimento). *todas essas unidades tem subdivisões*
<b>Metodologia</b>	Tendo em vista os objetivos teórico-práticos da disciplina, e processo de aprendizagem será desenvolvido através de atividades supervisionadas e Instituições Sociais e estudo crítico do material na sala de	(procedimento didático): aulas expositivas; debates; trabalhos em grupo; seminários; visitas as instituições.	X	aulas expositivas; debates; trabalhos em grupo; exercícios práticos em classe.

	aula; os procedimentos didáticos, abrangerão: visitas à recursos da comunidade, observação participada nas Instituições Sociais, aulas de discussão, aulas expositivas, conferencias, leituras e pesquisa.			
<b>Meios a serem utilizados</b>	X	X	X	X
<b>Prática de coordenação de estágio (funções)</b>	Orientar os alunos dentro das normas técnicas de SS, para: elaboração do Plano de estágio; relatório de atividades; auto-avaliação de estágio; coordenar e orientar as supervisoras das obras, campos de estágio de curso de SS através de: reuniões com supervisoras das obras, para estabelecimento de critérios de aperfeiçoamento profissional do aluno; visita às obras e campo de estágio; avaliação de estágio da aluna.	X	X	X
<b>Avaliação de aprendizagem</b>	Conceitos serão atribuídos aos trabalhos escolares, realizados ao término das atividades; a participação do aluno nas atividades em Instituições Sociais indicadas pelo professor, e as atividades realizadas na sala de aula será levada em consideração, para efeito de nota.	X	X	Provas e trabalho prático.
<b>Condições de aprovação</b>	O aluno necessita realizar créditos na disciplina e obter a média de cinco (5) resultante das três (3) notas do período.	X	X	X

<b>Referências bibliográficas</b>	X	X	Consta 7 referências bibliográficas.	Consta 16 referências bibliográficas.
<b>Observações</b>				

Fonte: Adaptado da ementa das disciplinas de Estágio I e III (2021)

## **ANEXOS**

Anexo 1: Resolução nº 050/72- Fixa o currículo de 1972.

SIGLA	NOME	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
FAD-23	Direito Previdenciário	3	FAD-11 <sup>(3)</sup>
FAD-24	Direito da Família	3	FAD-11 <sup>(3)</sup>
IHE-11	Introdução à Economia	5	-
IHE-21	Economia Social e Desenvolvimento	5	IHE-11
IHS-11	Sociologia I	4	-
IHS-21	Sociologia II	4	IHS-11
IHS-31	Sociologia III	4	IHS-21
IHS-12	Teoria do Serviço Social I	5	-
IHS-22	Teoria do Serviço Social II	5	IHS-12
IHS-32	Fundamentos do Serviço Social Aplicado	4	IHS-22
IHS-42	Serviço Social Aplicado	4	IHS-32
IHS-23	Política Social	4	IHS-22
IHS-33	Estágio de Serviço Social I	4	IHS-23
IHS-43	Estágio de Serviço Social II	4	IHS-33
IHS-53	Estágio de Serviço Social III	4	IHS-43
IHS-63	Estágio de Serviço Social IV	4	IHS-53
IHS-34	Serviço Social de Grupo I	4	IHS-23
IHS-44	Serviço Social de Grupo II	4	IHS-34
IHS-35	Serviço Social de Casos I	4	IHS-23
IHS-45	Serviço Social de Casos II	4	IHS-35
IHS-36	Serviço Social da Comunidade I	4	IHS-23
IHS-46	Serviço Social da Comunidade II	4	IHS-36
IHS-01	Ética Profissional em Serviço Social	3	-
IHS-02	Pesquisa Social	4	IEM-01
IHS-54	Atividade de Grupo	4	IHS-44
IHS-56	Desenvolvimento da Comunidade e Planejamento	4	IHS-36
IHS-55	Administração e Supervisão em Serviço Social	4	FAA-11
IHS-73	Tese de conclusão do curso	5	IHS-53
IHS-13	Estudo de Problemas Brasileiros I	2	-
IHS-23	Estudos de Problemas Brasileiros II	2	-



-3-

SIGLA	NOME	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
FAA-11	Introdução à Administração	4	-
FSM-01	Higiene e Medicina Social	3	-

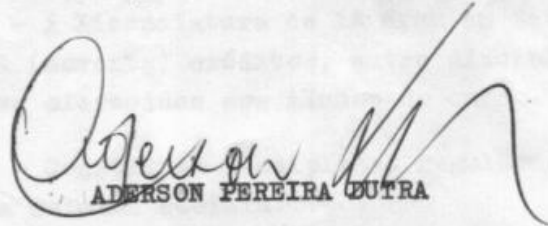
Art. 4º - Para a adaptação das turmas que estão cursando, atualmente, a 2ª e 3ª séries, ao novo currículo estabelecido por esta Resolução, será necessária a integralização dos seguintes créditos:

I - Atual 2º ano, 83 créditos, incluindo as seguintes disciplinas regulares: IHS-33, IHS-43, IHS-53, IHS-63, IHS-73, IHS-23, IHS-44, IHS-45, IHS-36, IHS-46, IHS-54, IHE-11, FEP-22, IHE-21, FAA-11, IHS-13, IHS-56 e IHS-55.

II - Atual 3º ano, 38 créditos, incluindo as seguintes disciplinas regulares: IHS-53, IHS-63, IHS-73, FEP-22, IHS-23, IHS-46, IHS-56 e IHS-13.

Art. 5º - Esta resolução entrará em vigor no ano letivo de 1973, revogadas as disposições em contrário.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de novembro de 1972.

  
 ADERSON PEREIRA DUTRA  
 PRESIDENTE

AD/zso.

Anexo 2: Resolução nº 023/74- Fixa o currículo de 1974.

RESOLUÇÃO Nº 023/74

Fixa o Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS e PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, usando de suas atribuições estatutárias,

e

CONSIDERANDO a necessidade de revisão dos currículos ' dos diversos cursos de graduação, em consequência da Reforma Universitária;

CONSIDERANDO, finalmente, o que decidiu o Conselho Universitário, em reunião desta data, apreciando o Proc. nº023/74,

R E S O L V E :

Art. 1º - Para a conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social são necessários 167 (cento e sessenta e sete) crêditos, em disciplinas oferecidas aos alunos do Curso, inclusive no Primeiro Ciclo, a serem integralizados no mínimo de 3 (três) e no máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º - São as seguintes as disciplinas do Curso de Graduação em Serviço Social:

SIGLA		CRÉDITOS	PRÉ REQUISITO
a) <u>Currículo Mínimo</u>			
IHS-11	SOCIOLOGIA I	4	-
IHS-21	SOCIOLOGIA II	4	IHS-11
IHS-31	SOCIOLOGIA III	4	IHS-21
FEF-11	PSICOLOGIA GERAL I	4	-
FEF-21	PSICOLOGIA GERAL II	4	-
FEF-23	PSICOLOGIA SOCIAL	4	FEF-11
FEF-13	PSICOLOGIA EVOLUTIVA	4	FEF-11
FAE-11	INTRODUÇÃO À ECONOMIA	5	-
FAD-13	DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL	6	-

SIGLA		CRÉDITOS	PRÉ REQUISITO
FAD-23	DIREITO DA FAMÍLIA	4	FAD-13
IHS-12	TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL I	6	-
IHS-22	TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL II	6	IHS-12
IHS-32	POLÍTICA SOCIAL	6	IHS-22
IHS-33	ÉTICA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	4	-
IHS-35	SERVIÇO SOCIAL DE CASOS I	6	IHS-32
IHS-45	SERVIÇO SOCIAL DE CASOS II	6	IHS-35
IHS-34	SERVIÇO SOCIAL DE GRUPO I	6	IHS-32
IHS-44	SERVIÇO SOCIAL DE GRUPO II	6	IHS-34
IHS-36	SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADE I	6	IHS-32
IHS-46	SERVIÇO SOCIAL DE COMUNIDADE II	6	IHS-36
	SUB-TOTAL DE CRÉDITOS	101	

b) Complementares obrigatórias

IHS-13	ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS	2	-
ILP-12	LÍNGUA PORTUGUESA I	5	-
ILE-1	LÍNGUA ESTRANGEIRA I	5	-
IHS-42	SERVIÇO SOCIAL APLICADO I (Estágio)	8	IHS-32
IHS-52	SERVIÇO SOCIAL APLICADO II (Estágio)	8	IHS-42
	SUB-TOTAL DE CRÉDITOS	28	

c) Complementares Optativas

IHB-15	INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DA PESQUISA	4	-
ILE-21	INGLÊS II	5	ILE-11
ILE-22	FRANCÊS II	5	ILE-12
ILP-72	LÍNGUA PORTUGUESA VII	5	ILP-12
IEM-01	COMPLEMENTOS DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	4	-
IHS-43	PESQUISA SOCIAL	6	IEM-01
IHS-02	GEOGRAFIA HUMANA	4	-

## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

3.

## Conselho Universitário

Cont. da

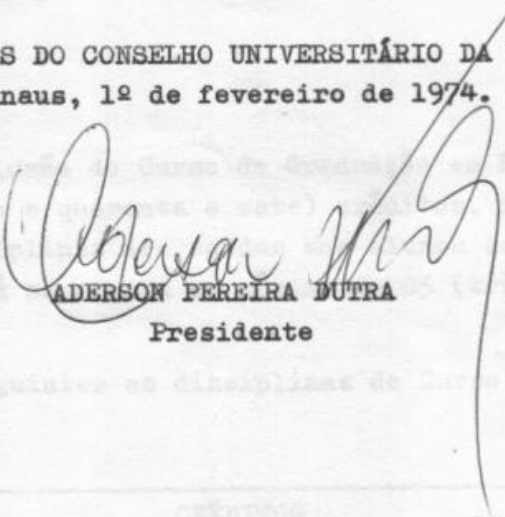
RESOLUÇÃO Nº 023/74

SIGLA	CRÉDITOS	PRÉ REQUISITO	
FAA-11	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	4	-
FSC-21	HIGIENE	2	-
FSC-11	SAÚDE COLETIVA	4	-

Parágrafo único - Constituem, também, disciplinas complementares optativas as demais disciplinas oferecidas pela Universidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, em Manaus, 1º de fevereiro de 1974.

  
ADERSON PEREIRA DUTRA  
Presidente

Anexo 3: Resolução nº 26/76- Dispõe sobre o concurso vestibular de 1977.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 26/76

Dispõe sobre o Concurso Vestibular para o ano letivo de 1977.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS e PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, usando de suas atribuições estatutárias, e CONSIDERANDO que o Estatuto da Universidade, em seu art. 29, § 1º, determina que o Concurso Vestibular será centralizado em sua execução;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 68.908, de 13/7/71, que dispõe sobre o Concurso Vestibular para admissão aos cursos superiores de graduação, em seu art. 8º, permite que o planejamento e a execução do Concurso sejam deferidos a organizações especializadas, públicas ou privadas, pertencentes às próprias instituições ou estranhas a elas;

CONSIDERANDO que a Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, em expediente protocolado na Reitoria sob nº 005739/76, encaminhou proposta para o planejamento e execução do Concurso Vestibular de 1977, no âmbito da Universidade do Amazonas;

CONSIDERANDO que se trata de organização especializada, com larga experiência na matéria, cujos serviços poderão ser contratados independentemente de licitação, nos termos do art. 126, § 2º, alínea "d", do Decreto-lei nº 200/67;

CONSIDERANDO que a Fundação Carlos Chagas planejou e executou, a contento, os Concursos Vestibulares de 1974, 1975 e 1976, desta Universidade, de acordo com as normas emanadas deste Conselho Universitário;

CONSIDERANDO, finalmente, o que decidiu o Conselho Universitário, em reunião desta data, apreciando o referido Proc. nº ... 005739/76,

R E S O L V E :

Art. 1º - A admissão aos cursos de graduação mantidos pela Universidade do Amazonas será feita mediante classificação, em Concurso Vestibular, dos candidatos que tenham escolaridade completa de nível colegial ou equivalente.



## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 26/76

2.

Art. 2º - O Concurso Vestibular far-se-á rigorosamente pelo processo classificatório, com o aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas fixadas no edital de inscrição.

Art. 3º - O Concurso Vestibular abrangerá as seguintes áreas de conhecimentos:

- I - Ciências Exatas;
- II - Ciências Biológicas; e
- III - Ciências Humanas.

§ 1º - As áreas referidas neste artigo relacionar-se-ão com o ciclo profissional dos seguintes cursos de graduação:

- I - ÁREA DE CIÊNCIAS EXATAS: Engenharia (Civil, Elétrica, Mecânica, Florestal e de Pesca), Matemática, Física, Química, Estatística, Agronomia, Geologia e Licenciatura do 1º Grau em Ciências;
- II - ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS: Medicina, Farmácia, Odontologia, Licenciatura em Ciências Biológicas e Educação Física;
- III - ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS: Direito, Economia, Administração, Contabilidade, Serviço Social, Filosofia, Pedagogia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Letras (Licenciatura Plena e do 1º Grau) e Estudos Sociais.

§ 2º - Os Cursos de Educação Física, de Licenciatura do 1º Grau em Ciências, de Estudos Sociais e de Letras, não têm o primeiro ciclo.

§ 3º - Para o Curso de Educação Física as vagas serão fixadas separadamente para os dois sexos.

§ 4º - Para os cursos que funcionem em horários diurno e noturno, as vagas também serão fixadas separadamente.

§ 5º - Os candidatos aos Cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Florestal e Engenharia de Pesca, farão o ciclo básico em Manaus, devendo o ciclo profissional ser feito na Universidade Federal do Paraná, quanto aos três (3) primeiros, e na Universidade Federal do Ceará, em relação ao último, salvo se a Universidade do Amazonas vier a criar tais cursos, hipótese em que o ciclo profissional aqui será feito.

## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO N.º 26/76

3.

§ 6º - Aos estudantes carentes de recursos que devam deslocar-se de Manaus, na forma do parágrafo anterior, a Universidade do Amazonas concederá bolsa de estudos, mediante o compromisso de retornarem a esta cidade, imediatamente após a conclusão do curso, para aqui exercerem suas atividades.

Art. 4º - Limitadas ao núcleo comum obrigatório do ensino de 2º grau, nos termos da Lei n.º 5.692/71, as provas serão as seguintes, comuns a todas as áreas:

- a) Comunicação e Expressão, abrangendo conhecimentos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira;
- b) Inglês ou Francês, indicada a preferência no requerimento de inscrição;
- c) Estudos Sociais, abrangendo conhecimentos de Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil;
- d) Matemática e Física;
- e) Química e Biologia.

§ 1º - Os escores alcançados pelos candidatos serão padronizados, segundo o critério indicado na Portaria n.º 54-A, de 25 de janeiro de 1976, do Ministro de Estado da Educação e Cultura, e ponderados de acordo com os pesos estabelecidos no quadro abaixo:

Prova	Peso	Ciências Exatas	Ciências Biológicas	Humanidades
Comunicação e Expressão		100	100	100
Língua Estrangeira		50	50	50
Estudos Sociais		50	50	100
Matemática e Física		100	75	50
Química e Biologia		75	100	50

§ 2º - Na correção das provas será utilizada a técnica de padronização dos escores brutos alcançados pelos candidatos, conforme recomendação da Portaria-Ministerial n.º 54-A/76.

Art. 5º - O edital de inscrição, além de outros elementos julgados necessários, indicará as vagas oferecidas para o primeiro período do ano letivo de 1977.

## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 26/76

5.

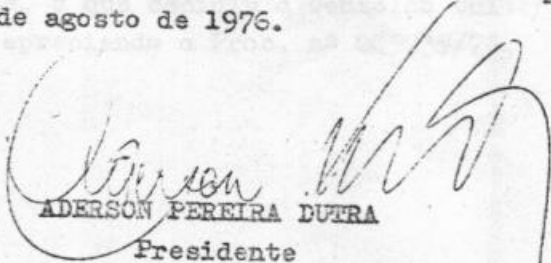
Art. 10 - A taxa de inscrição é fixada em Cr\$260,00 (duzentos e sessenta cruzeiros), ficando mantido o preço de Cr\$10,00 (dez cruzeiros) para o "Manual do Candidato" e "Formulário de Inscrição".

Art. 11 - Não será permitida a inscrição por procuração, devendo o candidato assinar o requerimento no ato de sua apresentação.

Art. 12 - Fica a Reitoria autorizada a contratar os serviços da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, para o planejamento e execução do Concurso Vestibular de 1977, nos termos do art. 126, § 2º, alínea "d", in fine, do Decreto-lei nº 200, de .... 25/2/967, combinado com o art. 8º, do Decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971.

Art. 13 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, em Manaus, 06 de agosto de 1976.



ADERSON PEREIRA DUTRA

Presidente



Anexo 4: resolução nº 93/1970- dispõe sobre o concurso vestibular de 1970.

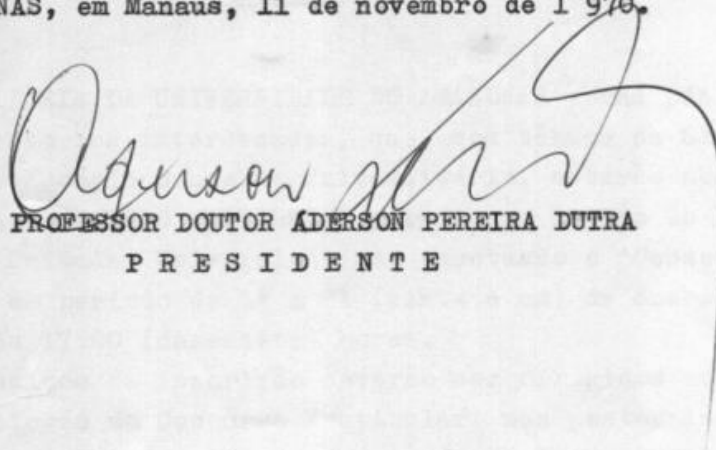
GABINETE DO REITOR		
RESOLUÇÃO nº 93/70, de 11 de novembro de 1970		
REVIGORA a Resolução nº 80/69, de 19.XII.1969.		
O Professor Doutor ADERSON PEREIRA DUTRA, Magnífico Reitor e Presidente do Conselho Universitário da Universidade do Amazonas, usando das suas atribuições e		
CONSIDERANDO a decisão do Egrégio Conselho Universitário tomada em sessão extraordinária do dia 11 de novembro corrente,		
R E S O L V E:		
REVIGORAR para o ano letivo de 1971, a RESOLUÇÃO nº 80/69, de 19 de dezembro de 1969, que fixou o número de vagas à matrícula da 1ª série nos diversos cursos da Universidade do Amazonas e que é o seguinte:		
FACULDADE DE DIREITO	:Curso de graduação em direito	90 vagas
FACULDADE DE MEDICINA	:Curso de graduação em medicina	120 vagas
FACULDADE DE ENGENHARIA	:Curso de graduação em engenharia	50 vagas
FACULDADE DE FARMÁCIA E		
ODONTOLOGIA	:Curso de graduação em odontologia	50 vagas
	:Curso de graduação em biofarmácia	50 vagas
FACULDADE DE CIÊNCIAS		
ECONÔMICAS	:Curso de graduação em economia	40 vagas
	:Curso de contador	40 vagas
	:Curso de administração	50 vagas
FAC.FIL.CIENC.LETRAS	:Curso de filosofia	30 vagas
	:Curso de pedagogia	50 vagas
	:Curso de Química	30 vagas
	:Curso de matemática	30 vagas
	:Curso de letras	40vagas
	:Curso de biblioteconomia	30 vagas
	:Curso de ciência (1º ciclo)	30 vagas

GABINETE DO REITOR

2.

	:Curso de jornalismo	40 vagas
	:Curso de educação física	30 vagas
ESCOLA DE SERVIÇO SO-		
CIAL	:	40 vagas

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, em Manaus, 11 de novembro de 1970.



PROFESSOR DOUTOR ADERSON PEREIRA DUTRA  
P R E S I D E N T E

AN/anf.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS  
GABINETE DO REITOR

CONCURSO VESTIBULAR

ANO LETIVO DE 1 971

**EDITAL**

A REITORIA DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS torna público, para conhecimento dos interessados, que, nos termos da RESOLUÇÃO nº 92/70, do Egrégio Conselho Universitário, estarão abertas as inscrições ao CONCURSO VESTIBULAR para o ano letivo de 1 971, para todas as Unidades Universitárias, excetuado o "Conservatório de Música", no período de 1º a 21 (vinte e um) de dezembro vindouro, até às 17:00 (dezessete) horas.

2. Os pedidos de inscrição deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão do Concurso Vestibular, nos postos instalados na Escola de Serviço Social "André Araújo", à Av. Getúlio Vargas, s/n, e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, situada à Rua Monsenhor Coutinho, nº 734, que funcionarão nos dias úteis, no horário de 8:00 às 11:00 e de 14:00 às 17:00 horas, salvo aos sábados, quando o expediente será apenas pela manhã, até às 12:00 horas. Na Escola de Serviço Social "André Araújo" deverão inscrever-se os candidatos cuja primeira opção fôr pelos cursos de MEDICINA, FARMÁCIA, ODONTOLOGIA, ENGENHARIA CIVIL, MATEMÁTICA e QUÍMICA. Os candidatos aos demais cursos inscrever-se-ão na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

3. O requerimento será feito em formulário fornecido pela Comissão do Concurso Vestibular (CCV), instruído com os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Prova do recolhimento a qualquer das Agências do BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A., da taxa de inscrição, igual a Cr\$30,00 (trinta cruzeiros) e da taxa de assistência ao Diretório Acadêmico, no valor de Cr\$10,00 (dez cruzeiros);
- c) Duas fotografias 3 X 4, de frente;
- d) Prova de conclusão do ciclo colegial ou equivalente, ou de estar cursando a última série desse ciclo. O candidato sujeito a Exames de Madureza (LDB, art. 99)

## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

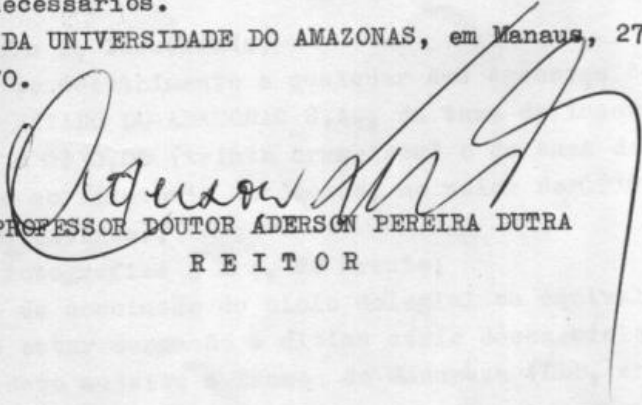
## GABINETE DO REITOR

2.

fará prova de haver iniciado os exames do segundo ciclo, com aprovação, pelo menos, em duas (2) disciplinas.

4. A inscrição será feita para cada conjunto de cursos afins, nos termos do art. 7º, da RESOLUÇÃO nº 92/70, sendo lícito ao candidato, além da opção básica por determinado curso, optar por outros cursos compreendidos no conjunto, por ordem de crescente de interesse, observado o disposto no art. 3º, § 2º, da RESOLUÇÃO nº 92/70.
5. Não será permitida a inscrição por procuração, devendo o candidato assinar o requerimento no ato da sua apresentação.
6. O calendário das provas, bem como os locais e horários de sua realização, serão oportunamente divulgados pela Comissão do Concurso Vestibular.
7. É o seguinte o número de vagas oferecido aos interessados: DIREITO, noventa (90); MEDICINA, cento e vinte (120); ENGENHARIA CIVIL, cinquenta (50); ODONTOLOGIA, cinquenta (50); FARMÁCIA, cinquenta (50); ECONOMIA, quarenta (40); CONTABILIDADE, quarenta (40); ADMINISTRAÇÃO, cinquenta (50); FILOSOFIA, trinta (30); PEDAGOGIA, cinquenta (50); QUÍMICA, trinta (30); MATEMÁTICA, trinta (30); LETRAS, quarenta (40); BIBLIOTECONOMIA, trinta (30); CURSO DE CIÊNCIAS (1º ciclo), trinta (30); JORNALISMO, quarenta (40); EDUCAÇÃO FÍSICA, trinta (30) e SERVIÇO SOCIAL, quarenta (40) vagas.
8. A inscrição do candidato importa no conhecimento e aceitação de todas as normas do Concurso Vestibular, fixadas na RESOLUÇÃO nº 92/70, de 11/XI/70, do Egrégio Conselho Universitário.
9. A Comissão do Concurso Vestibular prestará aos interessados, nos Postos de Inscrição, os esclarecimentos e informações que se fizerem necessários.

REITORIA DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de novembro de 1970.

  
PROFESSOR DOUTOR ADERSON PEREIRA DUTRA  
REITOR

anf.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS  
GABINETE DO REITOR

CONCURSO VESTIBULAR

ANO LETIVO DE 1971

EDITAL

A REITORIA DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS torna público, para conhecimento dos interessados, que, nos termos da RESOLUÇÃO nº 92/70, do Egrégio Conselho Universitário, estarão abertas as inscrições ao CONCURSO VESTIBULAR para o ano letivo de 1971, para todas as Unidades Universitárias, excetuado o "Conservatório de Música", no período de 1º a 21 (vinte e um) de dezembro vindouro, até às 17:00 (dezesete) horas.

2. Os pedidos de inscrição deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão do Concurso Vestibular, nos postos instalados na Escola de Serviço Social "André Araújo", à Av. Getúlio Vargas, s/n, e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, situada à Rua Monsenhor Coutinho, nº 734, que funcionarão nos dias úteis, no horário de 8:00 às 11:00 e de 14:00 às 17:00 horas, salvo aos sábados, quando o expediente será apenas pela manhã, até às 12:00 horas. Na Escola de Serviço Social "André Araújo" deverão inscrever-se os candidatos cuja primeira opção fôr pelos cursos de MEDICINA, FARMÁCIA, ODONTOLOGIA, ENGENHARIA CIVIL, MATEMÁTICA e QUÍMICA. Os candidatos aos demais cursos inscrever-se-ão na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

3. O requerimento será feito em formulário fornecido pela Comissão do Concurso Vestibular (CCV), instruído com os seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Prova do recolhimento a qualquer das Agências do BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A., da taxa de inscrição, igual a Cr\$30,00 (trinta cruzeiros) e da taxa de assistência ao Diretório Acadêmico, no valor de Cr\$10,00 (dez cruzeiros);
- c) Duas fotografias 3 X 4, de frente;
- d) Prova de conclusão do ciclo colegial ou equivalente, ou de estar cursando a última série desse ciclo. O candidato sujeito a Exames de Madureza (LDB, art. 99)



## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

## GABINETE DO REITOR

2.

fará prova de haver iniciado os exames do segundo ciclo, com aprovação, pelo menos, em duas (2) disciplinas.

4. A inscrição será feita para cada conjunto de cursos afins, nos termos do art. 7º, da RESOLUÇÃO nº 92/70, sendo lícito ao candidato, além da opção básica por determinado curso, optar por outros cursos compreendidos no conjunto, por ordem de crescente de interesse, observado o disposto no art. 3º, § 2º, da RESOLUÇÃO nº 92/70.

5. Não será permitida a inscrição por procuração, devendo o candidato assinar o requerimento no ato da sua apresentação.

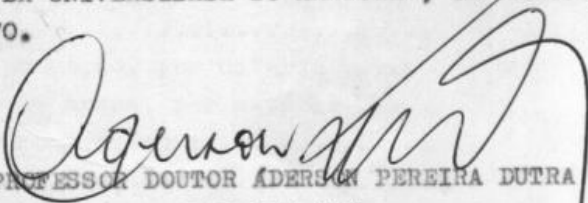
6. O calendário das provas, bem como os locais e horários de sua realização, serão oportunamente divulgados pela Comissão do Concurso Vestibular.

7. É o seguinte o número de vagas oferecido aos interessados: DIREITO, noventa (90); MEDICINA, cento e vinte (120); ENGENHARIA CIVIL, cinquenta (50); ODONTOLOGIA, cinquenta (50); FARMÁCIA, cinquenta (50); ECONOMIA, quarenta (40); CONTABILIDADE, quarenta (40); ADMINISTRAÇÃO, cinquenta (50); FILOSOFIA, trinta (30); PEDAGOGIA, cinquenta (50); QUÍMICA, trinta (30); MATEMÁTICA, trinta (30); LETRAS, quarenta (40); BIBLIOTECONOMIA, trinta (30); CURSO DE CIÊNCIAS (1º ciclo), trinta (30); JORNALISMO, quarenta (40); EDUCAÇÃO FÍSICA, trinta (30) e SERVIÇO SOCIAL, quarenta (40) vagas.

8. A inscrição do candidato importa no conhecimento e aceitação de todas as normas do Concurso Vestibular, fixadas na RESOLUÇÃO nº 92/70, de 11/XI/970, do Egrégio Conselho Universitário.

9. A Comissão do Concurso Vestibular prestará aos interessados, nos Postos de Inscrição, os esclarecimentos e informações que se fizerem necessários.

REITORIA DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, em Manaus, 27 de novembro de 1970.



PROFESSOR DOUTOR ADERSON PEREIRA DUTRA  
R E I T O R

anf.

Anexo 5: Resolução nº 041/79- reforma o currículo de 1974 e estabelece o currículo de 1979.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS		
<u>CONSELHO UNIVERSITÁRIO</u>		
<u>RESOLUÇÃO Nº 041/79</u>		
DISCIPLINAS	REQUISITO-PRÉVIO	HORAS
		Reforma o Currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social.
Teoria do Serviço Social I		4.0 60
Teoria do Serviço Social II		4.0 60
Pesquisa em Serviço Social	TR001	4.0 60
Metodologia do Serviço Social	TR022	4.0 60
Prática Profissional		4.0 60
Planejamento em Serviço Social	TR033	4.0 60
Serviço Social de Comunidade I	TR027	4.0 60
Serviço Social de Comunidade II	TR027	4.0 60
Desenvolvimento Comunitário		4.0 60
Tricologia Social	TR011	4.0 60
Pedagogia Evolutiva	TR011	4.0 60
Complemento Matemático		4.0 60
Introdução à Economia		5.0 75
Direito e Legislação Social		4.0 60
Língua Estrangeira		4.0 60

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS e PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, usando de suas atribuições estatutárias, e

CONSIDERANDO que a Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras submeteu ao Conselho Universitário novo Currículo Pleno do Curso de Serviço Social, em substituição ao fixado na Resolução nº 023/74;

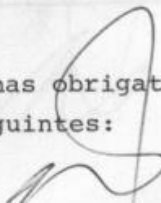
CONSIDERANDO que a proposta visa atualizar o referido currículo, ajustando-o às necessidades do ensino;

CONSIDERANDO, finalmente, o que decidiu o Conselho Universitário, em reunião desta data, apreciando o processo nº 006096/79,

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Para a conclusão do Curso de Graduação em Serviço Social, são necessários 169 (cento e sessenta e nove) créditos, equivalentes a 2.730 (duas mil, setecentos e trinta) horas-aula, cuja integralização deverá ser feita no mínimo de 3 (três) e no máximo de 5 (cinco) anos letivos, nos termos do Parecer nº 242/70 e da Resolução de 13 de março de 1970, do Conselho Federal de Educação.

Art. 2º - As disciplinas obrigatórias do Curso de Graduação em Serviço Social, são as seguintes:



## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO

## RESOLUÇÃO Nº 041/79

CÓDIGO	D I S C I P L I N A S	PRÉ-REQUISITO	CRÉDITOS	HORAS
IHA012	Teoria do Serviço Social I	-	4.4.0	60
IHA022	Teoria do Serviço Social II	IHA012	4.4.0	60
IHA019	Pesquisa em Serviço Social	IEM001	4.4.0	60
IHA027	Metodologia do Serviço Social	IHA022	4.4.0	60
IHA017	Ética Profissional	-	4.4.0	60
IHA032	Política Social	IHA013	4.4.0	60
IHA028	Seminário de Integração em Serv.Social	IHA022	2.0.2	60
IHA021	Planejamento em Serviço Social	IHA013	4.4.0	60
IHA015	Serviço Social de Casos I	IHA027	4.4.0	60
IHA025	Serviço Social de Caso II	IHA014	4.4.0	60
IHA014	Serviço Social de Grupo I	IHA027	4.4.0	60
IHA024	Serviço Social de Grupo II	IHA015	4.4.0	60
IHA016	Serviço Social de Comunidade I	IHA027	4.4.0	60
IHA026	Serviço Social de Comunidade II	IHA016	4.4.0	60
IHA023	Adm. e Sup. em Serviço Social	-	4.4.0	60
IHA018	Desenvolvimento de Comunidade	-	4.4.0	60
IHS021	Sociologia II	IHS011	4.4.0	60
IHS031	Sociologia III	IHS021	4.4.0	60
FEF021	Psicologia Geral II	FEF011	4.4.0	60
FEF023	Psicologia Social	FEF011	4.4.0	60
FEF013	Psicologia Evolutiva	FEF011	4.4.0	60
IEM001	Complemento Matemática e Estatística	-	4.4.0	60
FAE011	Introdução à Economia	-	5.5.0	75
FAD003	Direito e Legislação Social	-	4.4.0	60
IHE01-	Língua Estrangeira I	-	5.5.0	75
IHA091	Estágio I	IHA032	4.1.3	105
IHA092	Estágio II	IHA091	4.1.3	105
IHA093	Estágio III	IHA092	4.1.3	105
T O T A I S			112	1.845



## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

3.

RESOLUÇÃO Nº 041/79

Art. 3º - Ao primeiro ciclo, pré-requisito para o ciclo profissional, corresponderão 22 (vinte e dois) créditos , equivalentes a 330 (trezentos e trinta) horas-aula que ficarão incorporadas, para todos os efeitos de conteúdo e duração, ao currículo do curso.

Parágrafo único - O aluno que obtiver 3/4 (três quartos) dos créditos fixados para o primeiro ciclo, sem isenção do quarto restante, poderá matricular-se em disciplinas do ciclo profissional, desde que satisfaça os pré-requisitos exigidos e obtenha decisão favorável do Colegiado de Curso.

Art. 4º - Às disciplinas obrigatórias, acrescentar-se-ão 31 (trinta e um) créditos de disciplinas optativas , equivalentes a 465 (quatrocentas e sessenta e cinco) horas-aula.

Parágrafo único - Além das disciplinas optativas constantes do Anexo I desta Resolução, outras poderão ser cursadas com este caráter, desde que oferecidas pelo Departamento, com aprovação do Colegiado de Curso.

Art. 5º - Ao estágio corresponderão 12 (doze) créditos, equivalentes a 315 (trezentos e quinze) horas-aula, a serem cumpridas nos três últimos períodos do curso.

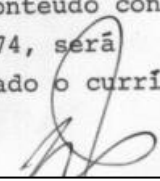
Parágrafo único - O estágio será dividido em Estágio I, II e III, equivalentes cada um, a 105 (cento e cinco) horas-aula, distribuídas em 15 (quinze) horas teóricas e 90 (noventa) práticas.

Art. 6º - À Educação Física, sob a forma de Prática Desportiva, corresponderão 60 (sessenta) horas-aula, equivalentes a 2 (dois) créditos, e será cumprida, obrigatoriamente, em dois períodos consecutivos.

Art. 7º - A Estudo de Problemas Brasileiros , corresponderão 2 (dois) créditos, equivalentes a 30 (trinta) horas-aula, lecionado de acordo com o disposto em resolução específica.

Art. 8º - O currículo fixado nesta Resolução aplicar-se-á, progressivamente, aos alunos que ingressarem a partir do ano letivo de 1980.

Parágrafo único - O conteúdo constante da Resolução nº 23/74, de 01 de fevereiro de 1974, será gradativamente extinto, à proporção que for sendo aplicado o currículo aqui estabelecido.



## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

4.

RESOLUÇÃO Nº 041/79ANEXO I

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA  
UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de dezembro de 1979.

IRS002 Geografia Humana

FBC001 Saúde Coletiva

IHS005 Antropologia Cultural

FAA011 Introdução à Administração

FAS018 História Econômica Geral

INF136 Ética

INF013 Evolução do Pensamento Filosófico

IHP016 Teoria do Conhecimento I

IHS037 Ciência Política

IHL01- Língua Estrangeira II

IHP072 Língua Portuguesa VII

  
 OCTAVIO HAMILTON BOTELHO MOURÃO

Presidente

## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

## CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 041/79

## ANEXO I

SUGESTÃO DE REORGANIZAÇÃO

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	PRÉ-REQUISITO
IHS002	Geografia Humana	4.4.0	-
FSC001	Saúde Coletiva	4.4.0	-
IHS005	Antropologia Cultural	6.6.0	-
FAA011	Introdução à Administração	4.4.0	-
FAE018	História Econômica Geral	4.4.0	FAE011
IHF136	Ética	5.5.0	-
IHF013	Evolução do Pensamento C. Filosófico	4.4.0	-
IHF016	Teoria do Conhecimento I	4.4.0	-
IHS037	Ciência Política I	4.4.0	-
IHE01-	Língua Estrangeira II	5.5.0	-
IHP072	Língua Portuguesa VII	5.5.0	-
	Complemento Mat. e Estatística	4.4.0	60

IV	Teoria do Serviço Social II	4.4.0	60	Teoria I
	Sociologia III	4.4.0	60	Soc. II
	Psicologia Social	4.4.0	60	P. Geral I
	Pesquisa Social	4.4.0	60	C.N.E.
	Optativa	4.4.0	60	-
		25	100	
49	Metodologia do Serviço Social	4.4.0	60	Teoria II
	Psicologia Evolutiva	4.4.0	60	P. Geral I
	Direito e Legislação Social	4.4.0	60	-
	Planejamento em Serviço Social	4.4.0	60	Psicologia
	Optativa	5.5.0	60	-
		21	110	

CONSELHO UNIVERSITÁRIORESOLUÇÃO Nº 041/79A N E X O IISUGESTÃO DE PERIODIZAÇÃO

PERÍODO	D I S C I P L I N A S	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO
1º	Língua Portuguesa I	5.5.0	75	-
	Introdução à Filosofia	5.5.0	75	-
	Sociologia I	4.4.0	60	-
	Psicologia Geral I	4.4.0	60	-
	Metodologia do Estudo	4.4.0	60	-
	Prática Desportiva I	1.0.1	30	-
		23	360	
2º	Teoria do Serviço Social I	4.4.0	60	-
	Língua Estrangeira I	5.5.0	75	-
	Sociologia II	4.4.0	60	Soc. I
	Psicologia Geral II	4.4.0	60	Psic. I
	Complemento Mat. e Estatística	4.4.0	60	-
	Prática Desportiva II	1.0.1	30	-
		22	345	
3º	Teoria do Serviço Social II	4.4.0	60	Teoria I
	Sociologia III	4.4.0	60	Soc. II
	Psicologia Social	4.4.0	60	P.Geral I
	Pesquisa Social	4.4.0	60	C.M.E
	Optativa II	4.4.0	60	-
		25	375	
4º	Metodologia do Serviço Social	4.4.0	60	Teoria II
	Psicologia Evolutiva	4.4.0	60	P.Geral I
	Direito e Legislação Social	4.4.0	60	-
	Planejamento em Serviço Social	4.4.0	60	Pes.Social
	Optativa	5.5.0	75	-
		21	315	

59	Seminário de Serviço Social	2.0.2	60	Teoria II
	Desenvolvimento de Comunidade	4.4.0	60	-
	Ética Profissional	4.4.0	60	-
	Política Social	4.4.0	60	Pesq.Social
	Optativa (Antrop. Cultural)	6.6.0	90	-
		20	330	
69	Serviço Social de Caso I	4.4.0	60	Met.S.Socia
	Serviço Social de Grupo I	4.4.0	60	Met.S.Socia
	Serviço Social de Comunidade I	4.4.0	60	Met.S.Socia
	Estágio I	4.1.3	105	Pol.Social
	Optativa	4.4.0	60	-
		20	345	
79	Serviço Social de Caso II	4.4.0	60	S.S.Caso I
	Serviço Social de Grupo II	4.4.0	60	S.S.GrupoI
	Serviço Social de Comunidade II	4.4.0	60	S.S.Com.I
	Estágio II	4.1.3	105	Estágio I
	Optativa	4.4.0	60	-
	E.P.B.I	1.1.0	15	-
		21	360	
89	Estágio III	4.1.3	105	Estágio II
	Adm. e Sup. em Serviço Social	4.4.0	60	-
	Optativa	4.4.0	60	-
	Optativa	4.4.0	60	-
	E.P.B.II	1.1.0	15	-
		17	300	
T O T A I S			169	2.700

ANEXO III						
QUADRO DEMONSTRATIVO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE AS MATÉRIAS DO CURRÍCULO MÍNIMO E AS DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO						
CURRÍCULO MÍNIMO	CURRÍCULO PLENO					
	CÓDIGO	DISCIPLINAS	PRÉ - REQUISITO	Nº DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
a)	. Sociologia	IHS011	.Sociologia I	-	4.4.0	60
		IHS021	.Sociologia II	IHS011	4.4.0	60
		IHS031	.Sociologia III	IHS021	4.4.0	60
	. Psicologia	FEF011	.Psicologia Geral I	-	4.4.0	60
		FEF021	. Psicologia Geral II	FEF011	4.4.0	60
		FEF023	.Psicologia Social	FEF011	4.4.0	60
		FEF013	.Psicologia Evolutiva	FEF011	4.4.0	60
		IHF011	.Introdução à Filosofia	-	5.5.0	75
	. Prática Desportiva	IHP012	.Língua Portuguesa I	-	5.5.0	75
		FET013	.Metodologia do Estudo	-	4.4.0	60
		IBE001	.Prática Desportiva I	-	1.0.1	30
		IBE002	.Prática Desportiva II	-	1.0.1	30
	. Economia	ILE01-	.Inglês/Francês	-	5.5.0	75
		IEM001	.Complementos de Mat.Est.	-	4.4.0	60
		FAE011	.Introdução à Economia	-	5.5.0	75
	. Direito e Leg. Social	FAD003	.Direito e Leg.Social	-	4.4.0	60
	. Teoria do Serv. Social	IHA012	.Teoria do Serv.Social I	-	4.4.0	60
IHA022		.Teoria do Serv.Social II	IHA012	4.4.0	60	
b)	. Serviço Social de Casos	IHA015	.Serv.Soc. de Casos I	IHA027	4.4.0	60
		IHA025	.Serv.Soc. de Casos II	IHA015	4.4.0	60
	. Política Social	IHA032	.Política Social	IHA019	4.4.0	60
	. Ética Profissional	IHA017	.Ética Profissional	-	4.4.0	60
	. Serviço Social de Grupo	IHA014	.Serv.Soc. de Grupo I	IHA027	4.4.0	60
		IHA024	.Serviço Soc. de Grupo II	IHA014	4.4.0	60
	. Serviço Soc.de Comunidade	IHA016	.Serv.Soc. de Comunid. I	IHA027	4.4.0	60
		IHA026	.Serv.Soc. de Comunid.II	IHA016	4.4.0	60
		IHA019	.Pesquisa em Serv.Social	IEM001	4.4.0	60
		IHA027	.Metod. do Serv.Social	IHA022	4.4.0	60
		IHA028	.Seminário do S.Social	IHA022	2.0.2	60
		IHA091	.Estágio I	IHA032	4.0.4	120
		IHA092	.Estágio II	IHA091	4.0.4	120
		IHA093	.Estágio III	IHA092	4.0.4	120
		IHA023	.Adm.e Sup. em S.Social	-	4.4.0	60
		IHA018	.Desenvolv.de Comunidade	-	4.4.0	60
		.Estudo de Prob.Brasileiros	IHS113	.Est.Prob.Brasileiros I	-	1.1.0
IHS123	.Est.Prob.Brasileiros II		-	1.1.0	15	



Anexo 6: ofício n 040/72- sobre a inclusão de disciplinas.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Of. nº 40/72. 21/02/72.

- Diretor da Escola de Serviço Social "André Araújo"  
- Magnífico Reitor da Universidade do Amazonas  
Comunicação (fas).

**Magnífico Reitores**

Levo ao Vosso conhecimento que o Egrégio Conselho Departamental desta Escola, em reunião realizada no dia 18 do corrente, por proposição apresentada pelo Conselheiro André Vidal de Araújo, resolveu em unanimidade de votos, sugerir a Vossa Magnificência, a inclusão de 3 (três) matérias no 1º ano do curso de Serviço Social, consideradas indispensáveis para a formação do Assistente Social, as quais colocamos à Vossa apreciação. São as seguintes:

- 1 - Introdução ao Serviço Social
- 2 - Higiene e Medicina Social
- 3 - Realidade Brasileira

A resolução acima foi tomada baseando-se o referi do Conselho Departamental no que segue:

Introdução ao Serviço Social - embora já faça parte do currículo do curso de Serviço Social a matéria Teoria Geral do Serviço Social (também no 1º ano), temos a esclarecer que a inclusão da disciplina 'Introdução ao Serviço Social' se justifica plenamente visto ser esta matéria que proporciona aos estudantes de Serviço Social, todo o fundamento (teórico e prático) para execução da prática de Serviço Social como profissão, enquanto que a Teoria de Serviço Social se limita ao estudo dos fundamentos mais remotos das raízes filosóficas do Serviço Social como ciência.

Higiene e Medicina Social - matéria fundamental no curso de Serviço Social, dado que, pelo seu caráter preventivo, se propõe a dar aos futuros assistentes sociais as bases para verdadeiro Serviço Social de Comunidade que tem nas normas de prevenção e tratamento das moléstias sociais um de seus mais decisivos baluartes.

Realidade Brasileira - poderia ser incluída como Estudos dos Problemas Brasileiros, contudo, numa Escola de Serviço Social, a matéria Realidade Brasileira se propõe a ver os problemas sociais sob o enfoque que do Serviço Social.

Por esta razão a ABESS (Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social) pretende, num futuro próximo, que esta disciplina seja ministrada por pessoa possuidora do diploma de Serviço Social, a fim de

Digita

## UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

melhor atender a tal necessidade ou melhor: ressaltar o emprego dos métodos de abordagem e a ação do Serviço Social em face da realidade brasileira.

Pelo exposto, fica Vossa Magnificência a par do que foi resolvido pelo Egrégio Conselho Departamental da Escola de Serviço Social, para o que esperamos a equiescência de Vossa Magnificência.

No ensejo apresento os meus protestos de elevada estima e merecida consideração.

CORDIAIS SAUDAÇÕES



Marco Aurélio A. Bezerra de Araújo  
Diretor, em exercício